Governo Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Rondônia

Resolução nº 550/CONSEA, de 30 de outubro de 2018.

Aprova a reformulação do Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Sociais - Licenciatura.

O Presidente do Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Processo 23118.003627/2017-57– Volumes I e II;
- Parecer 2343/CGR, do relator conselheiro Alisson Diôni Gomes;
- Deliberação 170ª sessão ordinária, em 04-10-2018;
- Deliberação na 96ª sessão ordinária do Conselho Superior Acadêmico (CONSEA) em 17-10-2018.

Art. 1º Aprovar a reformulação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais - licenciatura, anexo a esta resolução, nos seguintes termos:

- **Denominação do curso:** Licenciatura em Ciências Sociais;
- **Grau acadêmico conferido:** Licenciado(a) em Ciências Sociais;
- **Modalidade de ensino:** Presencial;
- **Regime de matrícula:** uma turma de ingressantes por ano, no primeiro semestre letivo, com matrícula semestral;
- **Duração:** mínima de 8 semestres letivos (04 anos); e máximo de 12 semestres letivos (06 anos).
- **Carga horária para integralização do curso:** 3.240 horas;
- **Turno de funcionamento**: Noturno;
- **Endereço:** Campus José Ribeiro Filho, da Universidade Federal de Rondônia: localizado à BR 364, Km 9,5, em Porto Velho. CEP: 76.801-059.

Art. 2º Revogadas as disposições contrárias, em especial a Resolução 128/CONSEA, no tocante ao curso de licenciatura em Ciências Sociais.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselheiro Ari Miguel Teixeira Ott
Presidente

ANEXO I DA RESOLUÇÃO 550/CONSEA, DE 30/10/2018

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)
***CAMPUS* JOSÉ RIBEIRO FILHO – PORTO VELHO**
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS (NCH)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (DCS)
www.CienciasSociais.unir.br

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO
DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
(de acordo com a Resolução n. 278/CONSEA, de 4 de junho de 2012
e a Resolução CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015)

Porto Velho
2018

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

REITORIA
Reitor: Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott
Vice-Reitor: Prof. Dr. Marcelo Vergotti

PRÓ-REITORIAS
Pró-Reitora de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis: Profª. Dra. Marcelle Regina Nogueira Pereira
Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Jorge Luiz Coimbra de Oliveira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Leonardo de Azevedo Calderon
Pró-Reitor de Administração e Gestão de Pessoas: Charles Dam Souza Silva
Pró-Reitor de Planejamento: Prof. Me. Otacílio Moreira de Carvalho Costa

NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
Diretor: Prof. Dr. Júlio César Barreto Rocha
Vice-Diretora: Profª. Drª. Walterlina Barboza Brasil

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (Portaria n. 77/NCH/UNIR/2017)
Prof. Dr. Luís Fernando Novoa Garzon, presidente
Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel, membro
Prof. Dr. Estevão Rafael Fernandes, membro
Prof. Dr. Sérgio Luiz de Souza, membro
Profª. Drª. Arneide Bandeira Cemin, membro
Prof. Dr. Gills Vilar Lopes, suplente
Prof. Dr. Humberto Alves da Silva Júnior, suplente

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO (OS Nº 07/DCS/NCH/UNIR, de 23/10/2017)
Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel, presidente
Prof. Me. Djanilson Amorim da Silva, membro
Prof. Dr. Humberto Alves Silva Júnior, membro
Profª. Drª. Patrícia Mara Cabral de Vasconcellos, membro
Representante discente Eliane Bastos, representante discente

CONSELHO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – CONDEPE DCS
Prof. Dr. Luis Fernando Novoa Garzon – Chefe do Departamento
Prof. Dr. Sérgio Luiz de Sousa – Vice-Chefe do Departamento

Prof. Me. Adilson Siqueira de Andrade
Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel
Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott
Profª. Drª. Arneide Bandeira Cemin
Profª. Me. Barby de Bittencourt Martins
Prof. Me. Djanilson Amorim da Silva
Prof. Dr. Estevão Rafael Fernandes
Prof. Dr. Gills Vilar Lopes
Prof. Dr. Humberto Alves Silva Júnior
Prof. Me. João Paulo Saraiva Leão Viana
Prof. Dr. Jorge Luiz Coimbra de Oliveira
Profª. Drª. Maria Berenice Alho da Costa Tourinho
Profª. Drª. Patrícia Mara Cabral de Vasconcellos
Prof. Me. Vinícius Valentin Raduan Miguel
Técnico Administrativo: Ícaro Albarã Franco Gomes
Representante Discente: Andressa da Silva Dias
Representante Discente: Deniele Ribeiro Mendonça

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1Migração por naturalidade do colono 19
Gráfico 2 Migração por Estado de emigração 20

Quadro 1 Matriz de equivalência entre os Cursos 27
Quadro 2 Componentes Específicos do Curso (por semestre letivo) 31
Quadro 3 Componentes Curriculares Complementares 32
Quadro 4Matriz Curricular do Curso (por Núcleo) 97
Quadro 5Matriz Curricular e Periodização do Curso 98
Quadro 6Docentes lotados no DCS-UNIR (2018) 108
Quadro 7Estrutura física do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UNIR 119
Quadro 8 Componentes Específicos do Curso (por semestre letivo) 149
Quadro 9 Componentes Curriculares Complementares 150

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Macrodados da região de abrangência do campus de Porto Velho (2015)..... 11
Tabela 2Macrodados sobre Rondônia e Porto Velho (1960/2000) 18

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES 5
LISTA DE TABELAS 6
SUMÁRIO 7
APRESENTAÇÃO 9
1 CONTEXTUALIZAÇÃO 10
1.1 Da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) 10
1.2 Da realidade econômico-social do *campus* de Porto Velho 11
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 12
2.1 Objetivos do Curso 12
2.1.1 Objetivo geral 12
2.1.2 Objetivos específicos 12
2.2 Concepção do Curso 14
2.3 Justificativa 18
2.4 Legislação 21
2.4.1 Legislação Federal Específica 21
2.4.2 Conselho Nacional de Educação 21
2.4.3 Conselho Superior Acadêmico – CONSEA/UNIR 22
2.5 Perfil do(a) Egresso(a) 22
2.6 Perfil do Curso 23
2.6.1 Contextualização e funcionamento do Curso 23
2.7 Estrutura Curricular 30
2.8 Representação gráfica do perfil de formação 97
2.8.1 Fluxogramas da Matriz Curricular por Núcleo, de acordo com Resolução n. 2, de 1º de julho de 2015 97
2.9 Avaliação 99
2.9.1 Avaliação institucional 99
2.9.2 Avaliação e autoavaliação do Curso de Ciências Sociais 100
2.9.3 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem 100
2.9.4 Informações para Sistema E-mec 101
3 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO 101
3.1 Gestão administrava e acadêmica do curso 101
3.2 RECURSOS HUMANOS 107
3.2.1 Corpo docente 107
3.2.2 Corpo discente 110
4 INFRAESTRUTURA 111

REFERÊNCIAS 121
APÊNDICE A – Quadro de disciplinas optativas por área de concentração 121
APÊNDICE B – Matriz Curricular e Periodização da Licenciatura em Ciências Sociais 122
APÊNDICE C – Regimento do Estágio Supervisionado em Prática de Ensino..... 124
APÊNDICE D – Regimento de Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento.... 131
APÊNDICE E – Regimento de Trabalho de Conclusão de Curso 133
APÊNDICE F – Regimento de Orientação Acadêmica 136
APÊNDICE G – Regimento da Participação em Programas Institucionais..... 139
ANEXO A – Instrumento de avaliação para alimentar o sistema e-MEC 141
Objetivo geral 143
Objetivos específicos 143

APRESENTAÇÃO

Este Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais (PPP) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) foi elaborado por comissão de docentes vinculados ao Departamento de Ciências Sociais, em colaboração estreita com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) desta Universidade. Sua finalidade principal é aprimorar o funcionamento dos Cursos de Graduação em Ciências Sociais vinculados ao Departamento de Ciências Sociais (DCS) da UNIR, existentes desde 2005, no sentido de garantir à sociedade novas possibilidades de formação profissional na área.

Este PPP contempla a habilitação de Licenciatura do Curso de Graduação em Ciências Sociais, que passará a funcionar, a partir do primeiro ENEM subsequente à sua aprovação, pelo Conselho Superior da UNIR, no período matutino. Com esta iniciativa, apostamos no futuro promissor da formação de cientistas sociais, nos campos da docência, da pesquisa e do planejamento, que venham a atender às demandas presentes na região amazônica.

A partir de intensos debates sobre o funcionamento do Curso de Ciências Sociais desta Instituição, conduzidos ao longo dos últimos 13 anos, ocorridos na comunidade acadêmica, chega-se ao presente Projeto, cujo formato de Curso aqui proposto, incluindo o perfil do egresso, procura contemplar os interesses da sociedade em que ele está inserido, em especial da rondoniense, no que diz respeito aos anseios mais urgentes e ao planejamento necessário de uma sociedade democrática, participativa e amparada nos direitos humanos.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

A UNIR foi criada pela Lei nº 7.011, de 8 de julho de 1982, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 9 de julho de 1982, após a criação do Estado de Rondônia, pela Lei Complementar nº 47, de 22 de dezembro de 1981. A sede Reitoria da UNIR está localizada à Av. Presidente Dutra, 2965, Centro, Porto Velho/RO, CEP: 76801-974. O *Campus* José Ribeiro Filho está situado na BR 364, Km 9,5, Porto Velho/RO, CEP: 76801-059.

A UNIR é a primeira instituição de ensino superior (IES) pública no Estado de Rondônia e preza pela formação acadêmica e de qualidade, visando ao desenvolvimento regional e à defesa dos direitos humanos. A Missão da UNIR é produzir e difundir conhecimento científico socialmente referenciado, considerando as peculiaridades amazônicas e visando ao desenvolvimento e à transformação da sociedade em que está inserida.

A região que compreende os municípios de Porto Velho e Candeias do Jamari possui uma população ativa de 378.053 pessoas (RONDÔNIA, 2010). De acordo com o censo brasileiro de 2010, o município de Porto Velho possui 428.527 habitantes. Já o Estado de Rondônia destaca-se na produção agropecuária, com proeminência do agronegócio de bovinos, soja e milho.

A partir de 1986, esta instituição federal de ensino superior (IFES) adotou políticas de interiorização e regionalização acadêmica. Em 1988, foram criados os *campi* de Vilhena e Ji-Paraná; e em 1989, os de Guajará-Mirim, Cacoal e Rolim de Moura. Seus cursos, de caráter permanente, destinam-se ao atendimento de demandas contínuas das principais cidades do interior rondoniense.

Desde então, a Universidade ampliou sua atuação na área de pesquisa e extensão em todo o Estado de Rondônia, tornando-se, nos últimos 20 anos, *multicampi* e contribuindo com a formação de profissionais capacitados a atender às demandas colocadas pela sociedade amazônica.

Atualmente, a UNIR possui oito *campi*, localizados nos seguintes municípios: Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena, os quais abrangem as regiões mais importantes do Estado. Ao todo, são 58 cursos de graduação presenciais, nas modalidades de bacharelado e

licenciatura, 11 cursos de mestrado acadêmico, cinco de mestrado profissional e três de doutorado.

A UNIR possui 1.286 servidores(as) efetivos(as), sendo 776 docentes e 510 técnico-administrativos(as), cuja média de estudantes matriculados(as) é de 12.000, divididos entre os cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*.

O *campus* de Porto Velho possui 29 cursos de graduação presencial que oferecem 1.190 vagas anuais; e 3 cursos de graduação de educação a distância (EAD), que oferecem 79 vagas anuais. Na pós-graduação *stricto sensu*, o *campus* da capital rondoniense conta com 14 mestrados, sendo 9 acadêmicos e 5 profissionais, bem como 3 doutorados, com um total de 581 estudantes matriculados(as) em 2016.

1.2 Da realidade econômico-social do *campus* de Porto Velho

A Tabela 1 apresenta dados da participação relativa e total dos municípios que integram a microrregião de Porto Velho, em termos de população, produto interno bruto (PIB), área e população no Ensino Médio.

Tabela *1* Macrodados da região de abrangência do *campus* de Porto Velho (2015)

FATORES E UNIDADES GEOGRÁFICAS	POPULAÇÃO	PIB AGROPEC	PIB INDUST	PIB-SERVIÇ	POP. ENS. MÉDIO	ÁREA
Rondônia	1.562.409	3.867.529	5.449.766	21.058.889	65.178	237.576,17
Região de Influência	448.306	322.811	2.841.364	7.097.684	16.550	40.940,27
Percentual da Região	28,69	8,34	2,48	33,70	25,39	17,23
Porto Velho	428.527	274.559	2.772.452	6.909.147	15.520	34.096,40
Candeias do Jamari	19.779	48.252	68.912	188.537	1.030	6.843,87

Fonte: IBGE, 2016.

A microrregião geográfica de Porto Velho, região de influência direta do *campus* de Porto Velho e, portanto, do Curso, compreende uma área de 40.940,27 km² e, por fazer fronteira com a Bolívia e divisa com os estados do Acre e do Amazonas, atende demandas sociais idiossincráticas de todo o Sudoeste da Amazônia.

A população total nesse território é de 448.306 habitantes (IBGE, 2010), que corresponde a quase um terço da população do estado de Rondônia. A participação

de seu PIB está assim configurada: 8,3% agropecuário; 2,8% industrial; e 33,7% de serviços. Esses dados, associados à abrangência geográfica e estratégica da microrregião, são determinantes para a importância do Curso de Graduação em Ciências Sociais, tanto de Bacharelado – haja vista o percentual de 33,7% de participação no PIB dos Serviços, notadamente em órgãos das três esferas governamentais, além de empresas privadas nas áreas ambiental e hidrelétrica – quanto de Licenciatura, em função do percentual de 25,39% de estudantes do Ensino Médio atendidos pela microrregião.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 Objetivos do Curso

2.1.1 Objetivo geral

Proporcionar sólida formação teórico-metodológica no escopo que forma a identidade do Curso (Sociologia, Antropologia, Ciência Política), privilegiando a formação da consciência crítica da realidade social e a capacidade de pensar a sociedade brasileira em suas múltiplas problemáticas, de modo a possibilitar o exercício da docência, da pesquisa social e da produção científica e tecnológica, com autonomia intelectual e participação política nos destinos da sociedade.

2.1.2 Objetivos específicos

Propiciar uma formação acadêmica teórico-prática, que possibilite o exercício da docência, tendo por base as dimensões do conhecimento científico, as competências e as habilidades da profissão, e os valores éticos de uma sociedade democrática:

a) Domínio epistemológico das Ciências Sociais;

b) Propriedade metodológica na pesquisa em Ciências Sociais;

c) Competência pedagógica para o ensino de Ciências Sociais;

d) Consciência crítica acerca dos problemas sociais da sociedade brasileira; e

e) Compromisso democrático com a diversidade social, cultural, política, religiosa, étnico-racial e de gênero.

A formação do licenciado em Ciências Sociais deve funcionar em três frentes: a primeira, atendendo às necessidades crescentes de aprofundamento, orienta para que o estudante escolha, a partir do 5º semestre letivo, um domínio específico de concentração em uma das três áreas que formam essas ciências (antropologia, ciência política ou sociologia), à qual dedicará maior esforço e maior tempo de integralização curricular, tendo em vista preparar-se com mais solidez às atividades profissionais, inclusive, mas não apenas, aquelas da pertinência acadêmica como a pós-graduação *stricto sensu*.

A segunda frente de formação do licenciado em Ciências Sociais visa a garantir o estreito diálogo entre as áreas, supondo tanto a matriz curricular obrigatória e comum às três áreas, quanto o incentivo a que o estudante cumpra, entre essas disciplinas do currículo básico profissional, optativas em áreas diversas daquela que escolheu como área de concentração de sua formação.

A terceira frente consiste em proporcionar condições objetivas para a ampliação do escopo da formação acadêmica, por meio da possibilidade de aprofundamento profissional nas três áreas de concentração, bem como na outra modalidade do curso de Ciências Sociais, de modo a favorecer maior atuação no mundo do trabalho.

Supõe, por fim, que o novo ementário proposto pelas três áreas de concentração forneça o necessário aporte teórico-metodológico para a formação crítica e orientada para a pesquisa, para a docência e para o planejamento social. É este o princípio que orienta a concepção, o objetivo e a estrutura do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

O profissional egresso do curso de Ciências Sociais está habilitado a atuar nas dimensões de pesquisas de programas governamentais ou do terceiro setor, dirigir ou executar projetos sociais, bem como fornecer assessoria e emitir laudos e pareceres, observando-se a titulação e as exigências legais, dentro das suas subáreas, além de, na prática da pesquisa, ser capaz de:

- Demonstrar competências metodológicas e epistemológicas para a efetiva intervenção de desempenho na pesquisa social e habilidades para a atuação cidadã, crítica e dentro dos parâmetros da ética, da solidariedade e do

respeito pela dignidade humana e pelos direitos humanos a partir das realidades sociais amazônicas;

- Compreender as questões político-sociais locais, nacionais e globais, valendo-se das teorias antropológicas, políticas e sociológicas como referências bibliográficas fundamentais na elaboração de seus temas de pesquisa.
- Entender os contextos e as conjunturas históricas de surgimento das desigualdades étnico-raciais, econômico-sociais e regionais no Brasil e na América Latina;
- Diagnosticar e avaliar políticas públicas e programas governamentais; e
- Produzir conhecimento científico sobre as realidades sociais estudadas que venham a dar suporte na intervenção direta na sociedade em que atua, questionando modelos de desenvolvimento que desconsideram os interesses de populações tradicionais e que degradam o meio ambiente.

2.2 Concepção do Curso

O cientista social, em quaisquer áreas de sua atuação (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), tem amplas possibilidades de inserção profissional. Além das competências e atribuições do Cientista Social, fixadas pela Lei n. 6.888/1980, o profissional de Ciências Sociais tem papel central para a compreensão dos fenômenos culturais, sociais e políticos.

Nesse sentido, caminhando em direção ao que prevê as Referências Curriculares Nacionais dos Cursos de Licenciatura, o Licenciado em Ciências Sociais atua na busca da compreensão do funcionamento dos sistemas sociais, estabelecendo relações entre seus agentes e a dinâmica das transformações políticas e sociais. O cientista social articula a teoria social, a pesquisa e a prática profissional para a compreensão de questões relevantes dos contextos social, político-econômico e cultural, podendo subsidiar a formulação, a execução, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas e programas em órgãos governamentais e não-governamentais.

O Curso de Ciências Sociais se propõe ao compromisso com as demandas culturais, sociais, políticas e ambientais, bem como aos paradigmas técnico-científicos de nosso tempo. Embora herdeira da tradição ocidental, a formação em

ciências sociais reconhece e preza pela diversidade e pelas diferenças culturais como elementos determinantes da formação étnico-racial brasileira. Assim, as ciências sociais postulam pela igualdade étnico-racial, a partir da qual todas as formas de organização social devem ser igualmente tratadas, desde que respeitados os direitos humanos fundamentais.

Do mesmo modo, o conteúdo das ciências sociais destaca como a formação histórico-social brasileira, desde o sistema colonial, fundado na instituição da escravidão de negros e índios e no latifúndio, resultou numa sociedade desigual e elitista. Por esta razão, o curso de ciências sociais almeja a uma formação que vise à superação de tais desigualdades.

Os cientistas sociais reconhecem que só muito recentemente, ao contrário de outras sociedades latino-americanas, o Brasil logrou conquistar o estado democrático de direito. Fundada num sistema colonial e imperial elitista, seguida por uma república sem bases políticas nacionais, a formação política brasileira tem por tradição o patriarcado, o regionalismo, o coronelismo e o clientelismo de grupos hegemônicos. Neste contexto, a gestão da coisa pública no Brasil atua em prejuízo da maioria da população que é excluída do acesso a direitos básicos, tais como alimentação, moradia e renda. Assim, sob esses pressupostos, o curso de ciências sociais é uma ferramenta para a consolidação da democracia, a partir do respeito à igualdade política dos cidadãos e do respeito às diversidades brasileiras: de credo, religiosa, de gênero, ideológica, política, bem como, no caso específico da formação acadêmica, às diferenças filosóficas e epistemológicas.

No século XXI, mais do que em qualquer outra época, é necessário pôr em pauta a discussão sobre os impactos ambientais dos modelos de desenvolvimento baseados nas especulações de crescimento econômico e na exploração dos recursos naturais não-renováveis. Por esse caminho, o curso de ciências sociais promove a formação profissional para a sustentabilidade humana. Entendemos que a noção de desenvolvimento, com sua eficiência econômica e tecnológica, somente é sustentável quando considera imprescindíveis a equidade econômico-social e a sustentabilidade ambiental das localidades em que tais projetos são implementados.

Um curso de graduação sincronizado com tal desenvolvimento humano e com as forças motrizes da sociedade deve estar integrado aos paradigmas técnico-científicos da contemporaneidade. Um curso com estas características possui alicerce em princípios epistemológicos, pedagógicos e políticos, por meio dos quais

possa proporcionar não só consistência técnica à formação universitária, mas também consciência ético-política. Para tanto, a formação do cientista social, por essa perspectiva, deve se sustentar:

1. Na **emancipação humana como princípio filosófico.** Considerar a emancipação humana como princípio motriz é reconhecer a natureza histórico-dialética da formação da humanidade do ser humano e, assim, reconhecê-lo como princípio e fim educativos, segundo três dimensões: enquanto humanização, por conceber o homem como produto histórico do trabalho, em suas contradições culturais, sociais e políticas em face de seu relacionamento com a natureza e com sua própria espécie, humanizando-as ao mesmo tempo em que se humaniza; enquanto consciência social, por reconhecer as possibilidades humanas de superação dos processos alienatórios; e, enquanto liberdade, por depositar na força social da ação humana a condição de sujeito da própria história.
2. No **trabalho como princípio educativo**. Indissociável do princípio anterior, pois é o meio através do qual o homem se faz humano, considerar o trabalho como princípio educativo por excelência significa admitir que o homem pode aperfeiçoar, por processos educacionais, a produção e reprodução de suas próprias condições de existência. Com este princípio a ciência encontra a base sobre a qual pode desenvolver sistematicamente o aprimoramento das capacidades humanas em suas múltiplas dimensões, a partir dos paradigmas técnico-científicos e tecnológico-produtivos contemporâneos.
3. Na **politecnia como princípio pedagógico**. Estabelecido o trabalho como princípio educativo, a ciência social proporciona as condições para criar princípios, a partir dos quais serão operacionalizados os processos de desenvolvimento das capacidades humanas. Nesse sentido, a politecnia é o princípio pedagógico que possibilita pensar o desenvolvimento das capacidades humanas de forma integral, tratando equilibradamente cognoscibilidade, habilidade, sensibilidade e sociabilidade. A cognoscibilidade como desenvolvimento das dimensões lógico-cognitiva e psíquica; a habilidade, enquanto expressão de capacidades psicomotoras e físicas; a sensibilidade como potencialização de todos os sentidos pela arte; e a sociabilidade como efetivo exercício político nas relações sociais.

4. Na **pesquisa como princípio metodológico.** Fundada em epistemologias das Ciências Sociais e seus métodos investigativos, a pesquisa dever ser o princípio condutor da prática acadêmica do curso, em que princípios epistemológicos sejam a base dos metodológicos, através dos quais a formação teórica encontre coerência com a prática, seja acadêmico-laboratorial, seja profissional, seja, ainda, social e política.
5. Na **interdisciplinaridade como princípio didático.** Orientação teórico-metodológica que deve se dá na perspectiva da síntese do conhecimento, não apenas pela integração dos saberes produzidos nas diversas áreas do estudo, mas também pela associação dialética entre teoria e prática, ação e reflexão, ensino e aprendizagem, conteúdo e forma, processo e produto, buscando a formação politécnica e integral do homem.
6. Na **cultura democrática como princípio político.** Com a adoção desse princípio, quer o Curso de Ciências Sociais enfatizar sua postura contrária às estruturas elitistas, autoritárias e ditatoriais sob as quais o país foi formado, para apostar no aprofundamento do modelo surgido na década de 1980, da qual a Constituição de 1988 é a sua expressão máxima. Assim, o curso procura educar as atuais e as futuras gerações, sob a égide do respeito aos princípios democráticos e à diversidade filosófico-epistemológica, ética, religiosa, étnico-racial, cultural, social, político-ideológica e partidária, bem como às diferenças regionais.

Esses princípios formam, no conjunto, a base sobre a qual a práxis educativa no Curso de Ciências Sociais, enquanto prática pedagógica, deve se concretizar, articulando sistematicamente teoria e prática, em busca da integração entre ensino, pesquisa e extensão. Tal práxis educativa está voltada para a formação profissional do cientista social, cuja atuação na sociedade possa proporcionar formas de sociabilidade, onde as relações humanas possibilitem o florescimento de uma juventude politicamente democrática, historicamente situada; culturalmente comprometida; pedagogicamente politécnica e, por tudo isso, socialmente crítico-participativa.

2.3 Justificativa

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais, no contexto amazônico, se justifica pela abrangência de uma região cuja formação sociocultural apresenta características específicas, desde sua formação histórica diferenciada da Colônia do Brasil até os recentes processos de ocupação socioeconômica da Amazônia, decorrentes do Plano de Integração Nacional.

Com efeito, tem-se de um lado o processo de formação sociocultural da Amazônia cabocla, que historicamente vai de 1616 à década dos anos 1960 e, de outro, um processo de formação sociocultural e econômico geopoliticamente planejado, cujo marco consolidador é o Plano de Integral Nacional, de 1970. O Estado de Rondônia, sem desconsiderar todo o processo de formação sociocultural e política do primeiro momento, é produto da nova formação de ocupação da Amazônia, do segundo momento.

Foi o PIN que tornou Rondônia o palco da maior explosão populacional da década de 1970. A população que havia aumentado 64,7%, de 1960 para 1970; na década de 1970, sobe para impressionantes 331,4% de crescimento absoluto, enquanto que a taxa média geométrica chega a 15,74% de crescimento anual. Na década de 1980, embora haja uma contenção do crescimento exponencial, o crescimento absoluto chega a 124,7%, mais que duplicando a população, e a taxa média geométrica anual a 7,64%, o dobro da região norte (3,85%) e o quádruplo da média brasileira (1,77%). Na década de 1990, enfim, a taxa média geométrica de crescimento, torna-se a menor da região (2,22%), ficando abaixo da média regional (2,86%) (Ver Tabela 2).

Tabela 2Macrodados sobre Rondônia e Porto Velho (1960/2000)

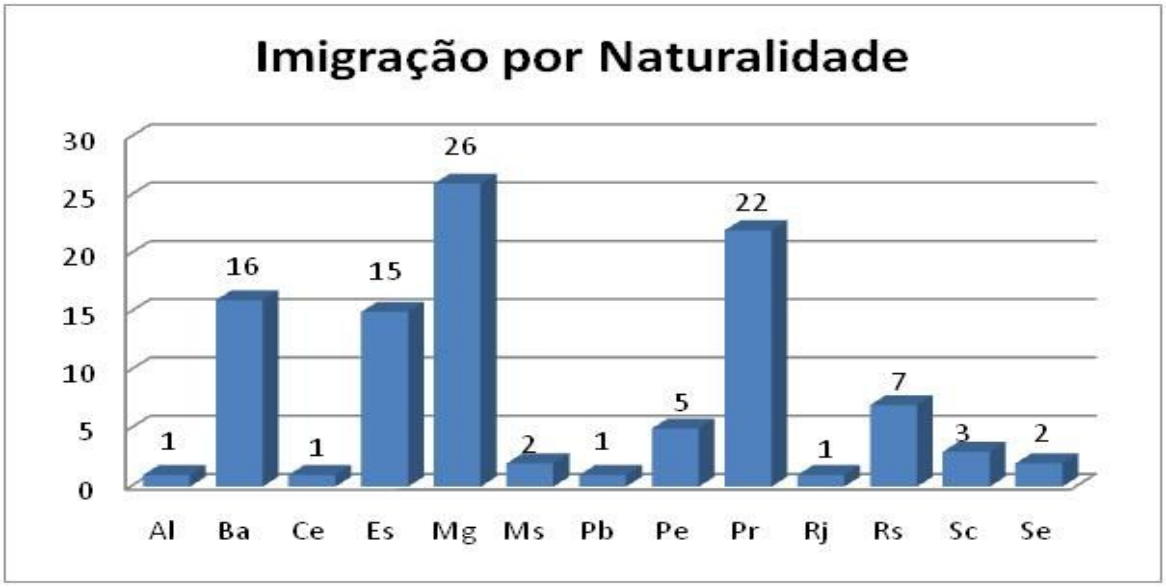
1-População participação (%)	Urbana	43,6	51,9	47,6	58,2	64,1
	Rural	56,4	48,1	52,4	41,8	35,9
2-Rondônia		70.783	116.620	503.125	1.130.874	1.377.792
3-Porto Velho		51.049	88.856	138.289	286.471	334.585
4-População da capital (%)		72,12	76,19	27,49	25,33	24,2
5-Taxa média geométrica de crescimento anual		-	4,75	16,03	7,91	2,2
6- Crescimento absoluto (%)		-	64,7	331,4	124,7	21,8
7-Densidade (hab/Km²)		0,30	0,49	2,12	4,76	5,8

Fonte: Para 1, 2, 3, 4, 6 e 7; para 4: IBGE – Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000, vol. 7, p. 1-30, 2-16, 2-18, 2-47.

Essa explosão demográfica, por correntes migratórias, no caso de Rondônia, ao contrário do que ocorre nos Estados do Amazonas e do Pará, para onde afluem grandes contingentes do Nordeste, se dará por contingentes do Sul e do Sudeste, que vinham de outras experiências de expropriação, nas décadas imediatamente anteriores (MARTINS, 1982) (Ver Gráficos 1 e 2).

A explosão demográfica, por correntes migratórios do Sul e Sudeste, faz do Estado de Rondônia, um Estado singular na Amazônia, não somente pela forma de ocupação socioeconômica, que projetou o Estado como uma potência nacional em se tratando de agropecuária, mas também pela composição social e cultural, cujas diferenças ficam evidentes nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1Migração por naturalidade do colono



Fonte: MACIEL, 2004.

O Gráfico 1 dá uma ideia, apesar de a amostragem ser restrita à região do PAD Burareiro e Marechal, da naturalidade da emigração para o Estado de Rondônia. O gráfico 2 mostra o ponto de partida da emigração. De um modo ou de outro, confirma-se a origem sulista e sudestina da ocupação antrópica a partir dos anos 1970.

Gráfico *2* Migração por Estado de emigração

Fonte: Maciel, 2004.

O resultado da ocupação econômica de Rondônia, pela migração camponesa majoritariamente sulista e sudestina, foi a profunda alteração na forma de ocupar e usar as terras no Estado. Transformou a estrutura fundiária, baseada nos seringais e sua correspondente forma de utilização, fundada no extrativismo vegetal, numa estrutura fundiária camponesa, baseada na exploração racional da agricultura familiar e da pecuária e, por conseguinte, na estrutura social do Estado.

Tal contexto é suficiente para justificar a necessidade do Curso de Ciências Sociais, mas há mais elementos que o justificam. Os impactos ambientais (no passado e no presente) causados pelo desflorestamento, pela construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, que têm causado também impactos sociais e culturais às populações ribeirinhas e indígenas. As transformações na sociedade (urbano e rural), com graves repercussões conflituosas entre as mais diferentes classes, grupos sociais e étnico-raciais e, em função de todos estes, educacionais.

O curso justifica-se por ser o egresso das Ciências Sociais um dos profissionais habilitados com o arcabouço teórico-conceitual e metodológico capaz de fornecer dados/subsídios por meio de pesquisas teórica e empírica para a produção de conhecimento científico sobre as potencialidades e dimensões do desenvolvimento social, sustentável e socioambientalmente equitativo, no qual o Cientista Social tenha papel destacado na formulação da vida social amazônica.

2.4 Legislação

2.4.1 Legislação Federal Específica

Lei 6.888, de 10 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo e dá outras providências.

Decreto 89.531, de 5 de abril de 1984. Regulamenta a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de sociólogo e dá outras providências.

Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Lei Nº 10.436, de 24 deabril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.

2.4.2 Conselho Nacional de Educação

Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001. Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

Resolução CNE/CES nº 17, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, superada pela **Lei 11.645, de 10 de março de 2008,** que se encontra no item anterior.

Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Resolução n. 1/CNE/CP, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

LEI Nº 13.146/2015, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

2.4.3 Conselho Superior Acadêmico – CONSEA/UNIR

Resolução nº 086/CONSEA, de 23 de maio de 2.004 ("Aprovar o projeto de implantação do curso de Ciências Sociais na UNIR").

Resolução nº 184/CONSEA, de 17 de outubro de 2.007 ("Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais do Departamento de Sociologia e Filosofia").

Resolução nº 278/ CONSEA, de 04 de junho de 2.012 ("Regulamenta os parâmetros para a Elaboração de Projetos Político-Pedagógicos de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Rondônia").

Resolução nº 472/CONSEA, de 7 de abril de 2017. Estabelece procedimentos para a matrícula de alunos regulares por inclusão de disciplinas nos cursos de graduação da Universidade Federal de Rondônia.

2.5 Perfil do(a) Egresso(a)

O perfil do(a) estudante que o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais possui é o compromisso ético com a sociedade e com as pessoas que a compõem. Dado que o objeto das Ciências Sociais, quase que invariavelmente, está intrinsecamente relacionado com questões sensíveis dos problemas sociais como a pobreza, a miséria, a fome e a desigualdade social, esse compromisso com a sociedade, com os grupos sociais se torna mais eloquente para o estudante de Ciências Sociais.

Espera-se do egresso, portanto, como pesquisador social em formação, que atente para a realidade regional, nacional e mundial; o seu trabalho, por isso, deve primar pelo respeito às pessoas e à empatia com os mais desfavorecidos,

compreender as causas dessa situação, analisar suas consequências e os impactos na sociedade. Do mesmo modo o, estudante deve adquirir um conhecimento consistente em Ciências Sociais e aliar a teoria e a prática através de uma reflexão crítica e atenta aos fenômenos sociais locais, nacionais e mundiais.

Nessa direção, o currículo do Curso de Ciências Sociais está constituído por um conjunto de conhecimentos, competências, habilidades, que qualifica o graduando para:

- Dominar e discutir as teorias sociais clássicas e contemporâneas nas áreas da Antropologia, Ciência Política e Sociologia;
- Aprender e aplicar instrumentos metodológicos de investigação, debater metodologias, produzir conhecimentos sobre a realidade social investigada cientificamente e principalmente compreender, discutir e intervir na sociedade munido da teoria e do arcabouço metodológico das Ciências Sociais;
- Realizar atividades de pesquisa e extensão, consideradas imprescindíveis para a formação do licenciado em Ciências Sociais;
- Elaborar pesquisas e estudos sempre pautados pela problematização da sociedade, aliando de modo indissociável a teoria, a pesquisa e a realidade social investigada.

2.6 Perfil do Curso

2.6.1 Contextualização e funcionamento do Curso

a) Nome do curso:

Ciências Sociais.

b) Modalidade: Licenciatura.

c) Endereço de funcionamento do curso:

Campus José Ribeiro Filho, da Universidade Federal de Rondônia: localizado a BR 364, Km 9,5, em Porto Velho. CEP: 76.801-059.

d) Ato de Criação para Autorização e Reconhecimento ou Ato autorizativo anterior para renovação de Reconhecimento:

Resolução nº 184/CONSEA, de 17 de outubro de 2007, e Portaria MEC n. 1.094, de 24 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) n. 247, de 28

de dezembro de 2015, sendo esta última a Portaria de Renovação de Reconhecimento do Curso.

e) Número de vagas pretendidas ou autorizadas:

20 vagas anuais.

f) Conceito Preliminar de Curso (CPC):

Inicialmente, o Curso foi avaliado com conceito 4 em 2008; depois, o conceito obtido diminuiu para 2 em 2011 e, posteriormente, aumentou para 3 em 2014.

g) Turnos de funcionamento do curso:

Matutino.

h) Carga horária total do curso:

3.240 horas.

i) Tempos mínimo e máximo para integralização:

Mínimo de 8 (oito) semestres letivos, equivalente a 4 (quatro) anos de curso, e máximo de 12 (doze) semestres letivos, equivalente a 6 (seis) anos consecutivos de curso.

j) Histórico do curso; portaria de criação (ou ato de convalidação):

O Departamento de Ciências Sociais foi constituído a partir do desmembramento do antigo Departamento de Sociologia e Filosofia, quando já estava em funcionamento o curso de graduação em Ciências Sociais e discutia-se a criação do curso de Filosofia, à época, vinculados ao Núcleo de Educação (hoje, renomeado como Núcleo de Ciências Humanas). Nesse contexto, com o objetivo de aumentar a especialização dos docentes de acordo com a área de atuação, foram constituídos os dois departamentos (Ciências Sociais e Filosofia), concedendo o direito de opção aos docentes que eram integrantes daquela formação originária. Marque-se que, durante esse período, o Departamento de Sociologia e Filosofia não era dotado de um curso de graduação ou pós-graduação, ficando responsável pelo atendimento das demandas de Ciências Sociais e Filosofia de todos os outros cursos da instituição.

Diante dessa proposta de institucionalização de um curso próprio, iniciaram-se os esforços para a apresentação do Projeto de Implantação do Curso de Ciências Sociais, cujo projeto inicial foi aprovado em maio de 2004. Ato contínuo, em 2005, foi realizado o primeiro vestibular para seleção de uma turma de 40 (quarenta estudantes), que iniciaram as aulas em março daquele ano. Iniciado o curso, em 2006, com o funcionamento do curso e aproveitando-se dessas experiências, foi

constituída uma comissão para reelaboração do Projeto Político do Curso (PPP). A equipe foi composta por Maria Berenice Alho da Costa Tourinho (Presidente), Jorge Luiz Coimbra de Oliveira (integrante) e Vinícius Valentin Raduan Miguel (representante estudantil no Conselho Departamental). Os trabalhos foram finalizados e a proposta foi aprovada no Departamento no mês de novembro, resultando, ao final da tramitação, na Resolução nº 184/CONSEA, de 17 de outubro de 2007, sendo o PPP que se mantém vigente até o ano de 2017.

Nesse interstício, ao menos duas modificações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação são significativas para o Departamento de Ciências Sociais (DCS) e seus egressos: a Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", além da Lei n. 11.684, de 02 de junho de 2008, que inseriu a Sociologia (e a Filosofia) "como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio". A primeira lei, ao instituir a temática transversal de "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" abriu um campo de reflexões que antropólogos e sociólogos eram afeitos, tornando premente que as unidades escolares buscassem esses profissionais para as adaptações curriculares. A segunda, tornou cogente que as instituições de ensino médio agora contassem com profissionais das referidas áreas, antes legados à categoria de "matérias optativas", de "matrícula facultativa", fortalecendo os conteúdos das áreas das Ciências Humanas, tão importantes para uma formação crítica e cidadã.

A Portaria MEC n. 1.094, de 24 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) n. 247, de 28 de dezembro de 2015, renovou o reconhecimento do Curso.

Em razão disso, considerando as inovações legislativas, as experiências na licenciatura e relatos dos discentes e egressos[1], uma proposta que diminua a dependência do Departamento de Ciências Sociais em relação aos demais, a forçosa necessidade de concentração em temáticas da área, bem como avaliação de Comissão do Ministério da Educação (MEC) e o decurso de 10 (dez) anos desde a Resolução nº 086/2004/CONSEA/Unir, passou a deflagrar a implantação do curso

[1] Tais relatos foram colhidos a partir de questionários encaminhados por *e-mail* aos egressos, além de audiência pública com os ingressantes do ano de 2013, momento em que se elaborava o presente instrumento.

de Ciências Sociais, visando pensar um novo PPP, resultando na atual proposta de reformulação para a Licenciatura.

k) Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão (descrição das atividades que integrem ensino, pesquisa e extensão):

Praticamente todas as disciplinas têm uma dimensão prática, como inclusive determina a lei. A dimensão prática das disciplinas envolve tanto extensão, no sentido de oferecimento de atividades vinculadas às disciplinas à população, quanto atividades de pesquisa sobre o objeto de conhecimento de cada disciplina.

Outras atividades envolvem pesquisa e extensão como as Semanas de Curso, Encontros Acadêmicos, Seminários Científicos, projetos de pesquisa e programas de extensão, oferecidos pelo Departamento de Ciências Sociais e seus Grupos de Pesquisa.

l) Titulação conferida aos egressos:

Licenciado em Ciências Sociais

m) Modos e períodos de ingresso e número de vagas por período de ingresso:

Ingressos via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e via processo avaliativo interno da Unir denominado “Vestibulinho”. São 20 (vinte) vagas para ingresso via Enem, acrescidas os 10%, sempre no primeiro período letivo do ano. As vagas e o período de ingresso via Vestibulinho seguem as vacâncias ocorridas no curso e o calendário da UNIR.

n) Regime de oferta e de matrícula:

20 (vinte) vagas, com entrada no 1º semestre letivo.

o) Calendário acadêmico (número de semanas de aula, eventos como semanas acadêmicas):

O calendário acadêmico é composto por 100 dias letivos por semestre, incluindo os sábados quando houver necessidade, que equivale a 20 semanas de aula por semestre. O curso realiza a Semana de Ciências Sociais uma vez por ano, sempre no segundo semestre.

p) Distribuição da carga horária:

Núcleo de Estudos de Formação Geral (Comum a Bacharelado e Licenciatura): 1.840 h.

2- Núcleo de Aprofundamento e Diversificação da Área de Atuação Profissional: 1.200 h.

3- Núcleo de Estudos Integradores: Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento por áreas de interesse dos estudantes: 200 h.

Carga horária total: 3.240 h.

q) Formas de ingresso no Curso

As formas de ingresso no curso por processos seletivos regulares, para vagas ociosas, transferência compulsória, regime especial, mobilidade acadêmica intra e interinstitucional, cotas especiais devidamente regulamentadas em lei, além de outras, obedecerão a legislação vigente no país, bem como as normas regulamentadas pelos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Rondônia.

r) Equivalência entre as Matrizes Curriculares:

A partir da aprovação desta nova matriz curricular, pelo Conselho Superior Acadêmico (CONSEA) da UNIR, o(a) discente que já esteja matriculado(a) do Curso de Ciências Sociais em data anterior à da entrada em vigor deste PPP poderá:

a) Seguir a trajetória da matriz curricular para a qual foi concursado(a); ou
b) Migrar para a nova matriz curricular, de acordo com as novas regras estabelecidas por este PPP.

Tal migração será realizada, por requerimento, ao CONDEP-DCS, pelo(a) interessado(a), mediante a condição exclusiva de submissão aos critérios existentes de aproveitamento de disciplina.

Quadro *1* Matriz de equivalência entre os Cursos

PPP de 2006 do Curso de Ciências Sociais da UNIR (código DIRCA: 42)		**Equivalência**	**Observação**
Código DIRCA	**Componente** [a)]		
FIS31001	ANTROPOLOGIA I	Antropologia I	
FIS31000	SOCIOLOGIA I	Sociologia I	
FIS31002	CIÊNCIA POLÍTICA I	Ciência Política I	
GEO31002	GEOGRAFIA HUMANA	Geografia Humana	
FIS31016	FILOSOFIA	Filosofia	
FIS31004	SOCIOLOGIA II	Sociologia II	
FIS31005	ANTROPOLOGIA II	Antropologia II	
FIS31006	CIÊNCIA POLÍTICA II	Ciência Política II	
HIS31000	HISTÓRIA MODERNA	História do Brasil	
ECO31000 + ECO31001	ECONOMIA POLÍTICA I + ECONOMIA POLÍTICA II	Economia Política	[b)]
FIS31019	CIENCIA POLITICA III	Ciência Política III	
FIS31007	SOCIOLOGIA III	Sociologia III	
FIS31008	ANTROPOLOGIA III	Antropologia III	
FIS31011	MÉTODO E TÉCNICA DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS	Metodologia Qualitativa em Ciências Sociais	

FIS31020	METODOLOGIA E EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS	Epistemologia das Ciências Sociais	
EDU001	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	--	
FIS31015	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	Filosofia da Educação	
FIS31013	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	Sociologia da Educação	
CED31015	LEGISLAÇÃO EDU. E GESTÃO ESCOLAR	Política e Legislação Educacional Gestão Educacional	
SOC30058	TOPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA: TEORIAS E PRÁTICAS DO URBANISMO	--	c)
SOC30057	TOP. ESP. SOCIOL.: SOCIOLOGIA DA ARTE	Sociologia da Arte	
SOC30056	TOP. ESP. EM ANTROP: ANTROPOLOGIA DO IMAGINÁRIO	--	c)
CED31002	DIDÁTICA GERAL	Didática	
MAT31046	ESTATÍSTICA	Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais	
FIS31063	TÓPICOS ESPECIAIS: ANTROPOLOGIA		d)
FIS31064	TÓPICOS ESPECIAIS: CIÊNCIA POLÍTICA		d)
FIS31065	TÓPICOS ESPECIAIS: FILOSOFIA	--	c)
FIS31124	TÓPICOS ESPECIAIS: SOCIOLOGIA I	--	d)
SOC30007	TÓP.ESP. EM CIÊNCIAS POLÍTICA; MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL	--	c)
FIS31021	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO I	Estágio Curricular em Ciências Sociais	b)
FIS31012	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO II		
FIS31014	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO III		
FIS31039	ESTÁGIO SUP. DE PRÁTICA DE ENSINO EM CIÊNCIAS SOCIAIS I	Estágio Supervisionado I	
FIS31066	TÓPICOS EM ANTROPOLOGIA II - TEORIAS FEMINISTAS	--	c)
FIS31067	ÓPICOS EM C. POLITICA II - INTRODUÇÃO AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Relações Internacionais	
FIS31068	TÓPICOS EM SOCIOLOGIA II - POLÍTICAS PÚBLICAS - INFÂNCIA E JUVENTUDE	--	c)
SOC30041	LIBRAS	--	e)
FIS31042	MONOGRAFIA I	--	
FIS31041	ESTÁGIO SUP. DE PRÁTICA DE ENSINO EM CIÊNCIAS SOCIAIS II	Estágio Supervisionado II	
FIS31043	MONOGRAFIA II	--	
FIS31044	ESTÁGIO SUP. DE PRÁTICA DE ENSINO EM CIÊNCIAS SOCIAIS III	Estágio Supervisionado III	
SOC30003	ATIVIDADE COMPLEMENTAR	Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento	
SOC30055	Top. Esp. em Leitura e Produção de Textos.	Produção de Textos Científicos em Língua Portuguesa	
SOC30054	Top. Esp. em Sociologia: Sociologia do Brasil	Sociologia do Brasil	

SOC30053	Top. Esp. em Sociologia: Modernidade, Alteridade e Desigualdade no Brasil	--	c)
SOC30052	Top. Esp. em Antropologia: História da Amazônia	Antropologia na Amazônia Antropologia da Amazônia	
SOC30051	Top. Esp. em Antropologia: Levi-Straus e sua Magia	--	c)
SOC30050	Top. Esp. em Antropologia: Leituras Etnográficas	Pesquisa em Antropologia I – Etnografia	
SOC30049	Top. Esp. em Ciências Política: Desenv. e Int. Regional	Poder e Desenvolvimento na Amazônia	
SOC30048	Top. Esp. em Soc: Sociologia Ambiental	Conflitos Socioambientais	
SOC30047	TÓP. PENSAMENTO ANTROPOLÓGICO BRASILEIRO	Pensamento Antropológico Brasileiro	
SOC30046	TÓP. SOCIOLOGIA: LEITURAS CONTEMPORÂNEAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS	--	c)
SOC30045	TÓP. ANTROPOLOGIA: IDENTIDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA	Antropologia na Amazônia	
SOC30044	TÓP. SOCIOLOGIA AFRO-BRASILEIRA	Estudos Afro-Brasileiros	
SOC30043	TÓP. EM POLÍTICA BRASILEIRA	Teoria dos Partidos e Sistema Partidário	b)
SOC30042	TÓP. ESP.: PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL		
FIS31036	TOPICOS EM SOCIOLOGIA III - SOCIOLOGIA RURAL	Sociologia e Questão Agrária	
FIS31037	TOPICOS EM CIÊNCIAS POL. II - PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL	Poder e Desenvolvimento na Amazônia	
FIS31038	TOPICOS EM ANTROPOLOGIA III - ETNOCONSERVAÇÃO...	--	c)
FIS31027	OP. ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA I- ESTADO E POLITICAS PUB.	Estado, Governo e Políticas Públicas	
FIS31028	TOP. ESP. EM CIENCIA POLITICA II	--	d)
FIS31029	TOP. ESP. EM ANTROPOLOGIA II- ANTROPOLOGIA DA RELIGIAO	Antropologia da Religião	
SOC30040	TOP. EM DIREITOS HUMANOS	Direitos Humanos	
SOC30039	TOP. EM ESTATUTO DA CIDADE, PLANEJAMENTO URBANO EM QUESTÃO	--	c)
SOC30038	TOP. EM BIOÉTICA INTERCULTURAL FEMINISTA E MULHERES INDÍGENAS: PLURALISMO E CONFLITO BIOÉTICO E JURÍ	--	c)
SOC30023	TÓPICOS EM SOCIOLOGIA II	--	d)
SOC30022	TÓPICOS EM SOCIOLOGIA I		d)
SOC30021	TOP. EM CIÊNCIA POLÍTICA II		d)
SOC30020	TOP. EM CIÊNCIA POLÍTICA I		d)
SOC30019	TÓPICOS EM ANTROPOLOGIA II		d)
SOC30018	TÓPICOS EM ANTROPOLOGIA I		d)
SOC30016	TÓP. EM POLÍTICA: CONSTITUCIONALISMO, DEMOCRACIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS	Direitos Humanos	
FIS31061	TÓP.ESP.: ANTROPOLOGIA DE GÊNERO E VIOLÊNCIA	--	c)

FIS31048	TÓP. DE SOCIOLOGIA: LEITURAS EM WEBER	Sociologia de Weber	
FIS31049	TÓP.ESP.CIÊNCIAS POLÍTICA: TEORIAS DO VALOR	--	c)
FIS31047	TÓP. DE SOCIOLOGIA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	--	c)
FIS31046	TÓP.ESP.ANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E QUESTÃO DE GÊNERO	--	c)
FIS31045	TEORIA DO VALOR	--	c)
SOC30015	TÓP.ESP. EM POLÍTICAS: NEUROPOLÍTICA	--	c)
SOC30014	TÓP.ESP. EM ANTROPOLOGIA: BIOÉTICA, VIOLÊNCIA E DIREITOS - GÊNERO E ETNIA NA AMAZÔNIA	--	c)
FIS31059	TÓP. ESP.: SOCIOLOGIA RURAL	Sociologia e Questão Agrária	
FIS31060	TÓP.ESP.: POLÍTICAS NEOLIBERAIS A. LATINA	Política e Governos da América do Sul	
SOC30001	TÓP.ESP. EM CIÊNCIAS POLÍTICA MÍDIA, POLÍTICA E PODER	--	c)
SOC30002	TÓP.ESP. EM ANTROPOLOGIA CULTURA BRASILEIRA	Cultura Brasileira	
SOC30004	TÓPICOS EM ANTROPOLOGIA HISTORICIDADES INDIGENAS NA AMAZONIA	Etnologia indígena	
SOC30005	TÓPICOS EM SOCIOLOGIA CRIMINAL	Desvio, Crime e Política	
SOC30006	NORMALIZACAO BIBLIOGRÁFICA	--	c)
SOC30009	TÓP. ANT. RITUAIS DRAMA E PERFORMANCE I	--	c)
SOC30010	TÓPICOS EM SOCIOLOGIA MOVIMENTO SINDICAL	--	c)
SOC30011	TÓP.C. POLÍTICA DESENVOLVIMENTO URBANO C. EM TORNO DE CIDADE E JUVENTUDE	--	c)
SOC30012	TÓP. ESP. C. POLÍTICA ESTADO E PODER NO BRASIL	Estado, Governo e Políticas Públicas	
SOC30013	TÓP. ANT. (EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA)	--	c)
SOC30017	TÓP. EM SOCIOLOGIA: A CIDADE E A QUESTÃO SOCIAL	--	c)

Legenda:

a) Os nomes dos componentes estão como conta no sistema SINGU/DIRCA/UNIR.
b) Para obter a equivalência deste componente, o(a) discente deve ter cursado os componentes indicados no respectivo campo "Código DIRCA".
c) Apesar de não haver Componente equivalente, o(a) discente poderá solicitar equivalência quando da oferta de tópico cuja ementa e referências forem similar.
d) Componentes com títulos genéricos só terá equivalência com uma Optativa da área, após deliberação do CONDEP-DCS.
e) Discente poderá pleitear a equivalência com qualquer Optativa Livre.

2.7 Estrutura Curricular

a) Componentes Curriculares Obrigatórios:

Os Componentes Curriculares Obrigatórios do Núcleo de Estudos de Formação Geral compreendem disciplinas nas três áreas de concentração do Curso. São disciplinas comuns a todos os estudantes de bacharelado e licenciatura, distribuídas ao longo dos cinco primeiros semestres letivos. O Estágio Supervisionado da licenciatura será realizado do 6º ao 8º períodos. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se iniciará no 6º período e será apresentado no final do 8º período. Tanto o Estágio Supervisionado, quanto o TCC serão normatizados por regimentos específicos do Departamento de Ciências Sociais da UNIR. Todos os Componentes Curriculares Obrigatórios priorizam o diálogo temático entre as três áreas de concentração. As disciplinas obrigatórias são sequenciais e exigem, a partir do 2º semestre, pré-requisitos específicos relativos às disciplinas que lhes antecede.

As disciplinas dos Componentes Curriculares Obrigatórios são oferecidas seguindo a distribuição nos semestres exposta abaixo:

Quadro *2* Componentes Específicos do Curso (por semestre letivo)

Semestre letivo	Componente Curricular	Créditos		Carga Horária	
		individuais	total	individual	total
1º	Introdução à Antropologia	4	12	80h	240h
	Introdução à Ciência Política	4		80h	
	Introdução à Sociologia	4		80h	
2º	Antropologia I	4	12	80h	240h
	Ciência Política I	4		80h	
	Sociologia I	4		80h	
3º	Antropologia II	4	12	80h	240h
	Ciência Política II	4		80h	
	Sociologia II	4		80h	
4º	Antropologia III	4	12	80h	240h
	Ciência Política III	4		80h	
	Sociologia III	4		80h	
5º	Estágio de Pesquisa em Ciências Sociais	4	4	80h	80h
8º	Trabalho de Conclusão de Curso	4	4	80h	80h
Total		**56**		**1.120h**	

b) Componentes Curriculares Complementares (Obrigatórios):

Os Componentes Curriculares Complementares (Obrigatórios) referem-se à formação complementar dos cientistas sociais relativas à construção do conhecimento científico nas ciências sociais, mas não fazem parte da episteme dessa área de conhecimento. Contemplam também as temáticas de Gênero e Sexualidade e das Relações Étnico-Raciais afro-brasileiras e indígenas no Brasil, de acordo com o Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004 e com a Resolução

CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Todas possuem pré-requisitos que são indicados na tabela da matriz curricular.

Estas disciplinas se distribuem ao longo dos cinco primeiros semestres letivos na seguinte sequência:

Quadro *3* Componentes Curriculares Complementares

Semestre letivo	Componente Curricular	Créditos		Carga Horária	
		individuais	total	individual	total
1º	Filosofia	4	8	80h	160h
	Produção de Textos Científicos em Língua Portuguesa	4		80h	
2º	Epistemologia das Ciências Sociais	4	8	80h	160h
	Produção Científica em Ciências Sociais	4		80h	
3º	Pensamento Social Brasileiro	4	8	80h	160h
	História do Brasil	4		80h	
4º	Metodologia Qualitativa em Ciências Sociais	4	8	80h	160h
	Relações Etnicorraciais afro-brasileira e indígena	4		80h	
5º	Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais	4	16	80h	320h
	Gênero e Sexualidade	4		80h	
	Economia Política	4		80h	
	Geografia Humana	4		80h	
Total		**48**		**960h**	

b.1) Componentes Curriculares Complementares (Optativas na área de concentração):

Cada estudante deve se matricular pelo menos em três disciplinas optativas da área de concentração escolhida. Recomenda-se a matrícula em disciplinas que abordem o tema de pesquisa a ser desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso.

As disciplinas optativas constam no quadro de disciplinas optativas por área de concentração (Anexo A) que são ofertadas de acordo com as demandas dos respectivos grupos de pesquisa e de extensão, cujos integrantes são docentes e estudantes do curso de ciências sociais. O curso de licenciatura em ciências sociais disponibiliza uma lista de, pelo menos, cinco disciplinas optativas por área de concentração.

Outras demandas são contempladas nas disciplinas de Tópicos Especiais, oferecidas por área, que tem a mesma validade dos componentes curriculares complementares (optativas na área de concentração).

b.2) Componentes Curriculares Complementares (optativas livres):

As disciplinas relativas aos componentes curriculares complementares (optativas livres) poderão ser contempladas com qualquer disciplina cursada em instituições de ensino superior, públicas e privadas, em cursos de graduação no Brasil (cursos reconhecidos pelo MEC) e no exterior (desde que devidamente validadas pelo Conselho Departamental do curso de licenciatura em ciências sociais da UNIR).

Antes de se matricular em disciplinas de outras instituições, que não seja a Unir, o discente deverá solicitar a matrícula, via requerimento, junto ao colegiado de curso com a anuência de seu orientador.

Os componentes curriculares complementares (optativas livres) poderão ser contemplados também, em até cinquenta por cento de sua carga horária máxima (200 h), com atividades diversas como a participação em eventos acadêmicos, atividades de extensão, dentre outras, a serem regulamentadas em regimento específico do Conselho Departamental do curso de licenciatura em ciências sociais.

Os componentes curriculares complementares (optativas livres) são uma oportunidade para o corpo discente ampliar seus horizontes de formação, bem como, para aprofundar temas específicos alusivos a suas pesquisas e seus interesses profissionais.

c) Matriz Curricular:

1º Semestre:

Introdução à Antropologia	Obrigatório	ANT00100	80	Não se aplica
Introdução à Ciência Política	Obrigatório	CPO00100	80	Não se aplica
Introdução à Sociologia	Obrigatório	SOC00100	80	Não se aplica
	Obrigatório	CSO00101	80	Não se aplica
	Obrigatório	CSO00102	80	Não se aplica

2º Semestre:

	Obrigatório	ANT00200	80	Introdução à Antropologia
	Obrigatório	CPO00200	80	Introdução à Ciência Política
	Obrigatório	SOC00200	80	Introdução à Sociologia
	Obrigatório	CSO00201	80	Filosofia

Produção Científica em Ciências Sociais	Obrigatório	CSO00202	80	Produção de Textos Científicos em Língua Portuguesa

3º Semestre:

	Obrigatório	ANT00300	80	Antropologia I
	Obrigatório	CPO00300	80	Ciência Política I
	Obrigatório	SOC00300	80	Sociologia I
Gênero e Sexualidade	Obrigatório	CSO00301	80	Antropologia I; Ciência Política I; Sociologia I
Libras	Obrigatório	CSO00302	80	

4º Semestre:

	Obrigatório	ANT00400	80	Antropologia II
	Obrigatório	CPO00400	80	Ciência Política II
	Obrigatório	SOC00400	80	Sociologia II
	Obrigatório	CSO00401	80	Antropologia I; Ciência Política I; Sociologia I
	Obrigatório	CSO00402	80	Antropologia I; Ciência Política I; Sociologia I

5º Semestre:

	Obrigatório	CSO00500	80	
Metodologia Qualitativa em Ciências Sociais	Obrigatório	CSO00501	80	Antropologia III; Ciência Política III; Sociologia III
Pensamento Social Brasileiro	Obrigatório	CSO00502	80	Antropologia I; Ciência Política I; Sociologia I
Economia Política	Obrigatório	CSO00503	80	Antropologia I; Ciência Política I; Sociologia I
Didática	Obrigatório	CSO00504	80	

6º Semestre:

	Obrigatório		80	Filosofia
	Obrigatório		80	Sociologia III
	Obrigatório		80	Ciência Política III
	Obrigatório		80	Didática
	Obrigatório		80	Didática

7º Semestre:

Antropologia da Amazônia	Obrigatório	ANT00702	80	Antropologia III
	Obrigatório		80	Política e Legislação Educacional
	Obrigatório		160	Estágio Supervisionado em Prática de Ensino I
	Optativo		80	Não se aplica

8º Semestre:

	Obrigatório	CSO00800	80	(*)
	Obrigatório	ANT00801	160	Estágio Supervisionado em Prática de Ensino II
	Obrigatório		200	

(*) A matrícula no TCC está condicionada aos critérios previstos em regimento específico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UNIR.

d) Libras:

Componente obrigatório, nos termos do Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

e) Estudos referentes à temática das Relações Étnico-Raciais:

Componente curricular obrigatório nos termos da Lei n. 11.645/2008 e Lei n. 12.796/2013.

f) Ementário:

Ementas do 1º ao 5º semestres das disciplinas comuns a Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais

1º semestre letivo:

Nome do componente: Introdução à Antropologia

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Apresentar uma introdução geral à Antropologia, a partir da discussão de trabalhos considerados significativos para o desenvolvimento da disciplina. Conhecer o campo e a abrangência da antropologia como produtora de conhecimento científico.

Ementa:

História da antropologia. Os cronistas: viajantes, missionários, filósofos e a questão da alteridade em Jean de Lèry, Pero Vaz de Caminha, Hans Staden, Montaigne e Rousseau. O "primitivo" como objeto de ciência. Conceitos fundamentais: evolucionismo (evolução e cultura; religião; parentesco); difusionismo (contato e círculos culturais); etnocentrismo e relativismo cultural; diferença cultural e desigualdade social. Evolucionismo e Trabalho de campo. A Europa e os contextos da colonização entre os séculos XV e XIX.

Referências bibliográficas básicas:

CASTRO, Celso (Org.). Evolucionismo Cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

KUPER, Adam. A Reinvenção da Sociedade Primitiva: transformações de um mito. Recife: EdUFPE, 2008.

TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América: a questão do outro. 3. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Referências bibliográficas Complementares:

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo. 2. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: EdUSP, 2000.

ERIKSEN, Thomas Hylland & NIELSEN, Finn Sivert. História da Antropologia. Petrópolis: Vozes, 2007.

MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril, 1978.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

ROCHA, Everardo & FRID, Marina (Orgs.). Os Antropólogos: de Edward Tylor a Pierre Clastres. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2015.

Periódicos da área:

Nome do componente: Introdução à Ciência Política

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Promover uma introdução ao pensamento político. Apresentar a trajetória da Ciência Política no Brasil. Propiciar o domínio dos conceitos fundamentais da disciplina como poder, dominação, Estado. Analisar o pensamento político clássico.

Ementa:

Objeto e métodos da Ciência Política. Conceitos fundamentais: Poder, Estado e Dominação. História da Ciência Política. A Ciência Política no Brasil. Pensamento político clássico.

Referências bibliográficas básicas:

ARISTÓTELES. Política. In: Obras Completas. Madrid: Aguilar, 1982.

DUVERGER, Maurice. (1981) Ciência Política: Teoria e Método. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

PLATÃO. A República. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Referências bibliográficas Complementares:

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política – a filosofia política e as lições dos clássicos. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2002.

SOARES, G. A. D. (2005), "O Calcanhar Metodológico da Ciência Política no Brasil". Sociologia, Problemas e Práticas n. 48, Oeiras maio 2005.

AMORIM, Octavio; SANTOS, Fabiano. (2015). La ciencia política en Brasil en la última década: La nacionalización y la lenta superación del parroquialismo. Rev. cienc. polít. (Santiago) [online]. 2015, vol. 35, n. 1, p. 19-31.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. História do Pensamento Político. Tomo 1. Editora Guanabara. Rio de Janeiro, 1982

ARENDT, Hannah. O que é a política? Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999

Bobbio, N. Matteucci e G. Pasquino. Dicionário de Política. 2ª ed. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986.

SARTORI, Giovanni. A política: lógica e método nas ciências sociais. Brasília, Ed. UnB, 1981.

Periódicos da área:

Nome do componente: Introdução à Sociologia

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Apresentar uma visão introdutória da Sociologia a partir do contexto histórico de seu surgimento, o positivismo e os autores clássicos: Émile Durkheim, Max Weber, Karl Marx. Discutir temas contemporâneos em Sociologia.

Ementa:

A disciplina aborda de modo panorâmico a Sociologia como ciência, o contexto

histórico do seu surgimento (a modernidade) e a filosofia Positivista. O curso pretende também apresentar os teóricos da sociologia clássica, contemporânea e os temas sociológicos da atualidade: os problemas socioambientais, as questões de gênero, as desigualdade sociais e as identidades afro-brasileiras e indígenas no Brasil.

Referências bibliográficas básicas:

COHN, Gabriel. Sociologia: Para Ler os Clássicos. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

FORACCHI, Marialice & MARTINS, José de Souza. Sociologia e Sociedade: Leituras de Introdução à Sociedade. Rio de Janeiro, LTC, 1997.

MARTINS, Carlos. O que é sociologia? São Paulo: Brasiliense, 1992.

Referências bibliográficas Complementares:

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Classes, Raças e democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MAX WEBER, A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, São Paulo: Pioneira, 1967.

MILLS, W. A imaginação Sociológica. Campinas, Ed. Papirus, 1995.

FERNANDES, Florestan – A herança intelectual da Sociologia, in: FORACCHI, M. M. Souza – Sociologia e Sociedade. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1978.

Periódicos da área:

Nome do componente: Produção de Textos Científicos em Língua Portuguesa

Carga horária: 80 horas, sendo: **Teórica**: 40 horas e **Prática**: 40 horas

Objetivos:

Proporcionar o aprendizado dos princípios normativos da língua portuguesa. Conhecer os gêneros da escrita acadêmica: resumo, resenha, artigo, relatórios etc. Produzir textos a partir das demandas propostas pelas disciplinas de introdução às Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). Aprimorar as atividades relativas ao estudo da variante padrão; propiciar a organização textual; diferenciar os gêneros textuais e os elementos da linguagem técnica. Praticar leitura e escrita. Praticar leitura e releitura, escrita e reescrita de textos.

Ementa:

Compreensão e produção de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros. Princípios normativos do texto científico e da metodologia científica. Fundamentos teóricos para a leitura e compreensão de gêneros acadêmicos. Caracterização/descrição dos principais gêneros acadêmicos: resumo, resenha, artigo científico, projeto de pesquisa, monografia, relatório de pesquisa; relatório de estágio. Os fatores da textualidade: coesão (sequencial, referencial e temporal) e coerência (intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade, intertextualidade). Argumentação. Revisão Gramatical e sinais de pontuação.

Referências bibliográficas básicas:

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *A palavra e a sentença: um estudo introdutório*. São Paulo: Parábola, 2011.

MACHADO, Anna Rachel (coord.). *Planejar gêneros acadêmicos: escrita científica, texto acadêmico, diário de pesquisa, metodologia.* São Paulo: Parábola, 2005.

MOTTA-ROTH, Désirée, HENDGES, Graciela Rabuske. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

Referências bibliográficas Complementares:

FARACO, Carlos Alberto, TEZZA, Cristóvão. *Prática de texto: para estudantes universitários*. Petrópolis, Editora Vozes, 2008.

MACHADO, Anna Rachel (coord.). *Resumo*. São Paulo: Parábola, 2004.

MACHADO, Anna Rachel (coord.) *Trabalhos de pesquisa: diários de leitura para uma revisão bibliográfica.* São Paulo: Parábola, 2007.

KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1993.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola.* Campinas: Mercado de Letras, 1996.

Periódicos da área:

Nome do componente: Filosofia

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Analisar as origens do pensamento grego, no qual a razão é a forma de conhecimento privilegiado e fundadora do conhecimento científico. Entender as relações entre Filosofia e Ciência, em especial, as Ciências Sociais.

Ementa: O curso pretende apresentar os fundamentos filosóficos das Ciências Sociais, aborda os pensadores que influenciaram teóricos sociais clássicos e

contemporâneos, enfatizando temas relacionados à teoria do conhecimento. A disciplina traça a relação entre o Mito e a concepção racional, entre Filosofia e Ciência (teoria, método e crítica). Para esse fim se torna indispensável as análises das obras da filosofia pré-socrática, socrática e a moderna, sobretudo as tendências filosóficas do Racionalismo, Empirismo e o Idealismo Transcendental Kantiano.

Referências bibliográficas básicas:

DESCARTES, René. Discurso do método. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

PRÉ-SOCRÁTICOS. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Pensadores, 1996.

PLATÃO. Diálogos. São Paulo: Edusp, 2007.

Referências bibliográficas Complementares:

ARISTÓTELES. Órganon. São Paulo: Edipro, 2016.

DURKHEIM, Émile. Montesquieu e Rousseau: Pioneiros da Sociologia. São Paulo: Madras, 2008.

LOCKE, John. Ensaio sobre o entendimento humano. São Paulo: Martins Editora, 2012.

KANT, Imanuel. Crítica da Razão Pura. Os pensadores Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

VENANT. As Origens do Pensamento Grego. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1989.

Periódicos da área:

2º semestre letivo:

Nome do componente: Antropologia I

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Promover a formação em teoria antropológica moderna. Discutir os seguintes temas: A formação da antropologia norte-americana (Boas e Cultura e Personalidade); A Escola Sociológica Francesa (Durkheim, Mauss e o funcionalismo); A Antropologia Britânica (Funcionalismo e Estrutural-funcionalismo) e seus desdobramentos.

Ementa:

Crítica ao evolucionismo. O particularismo histórico de Franz Boas (cultura versus raça; método e história). A Escola Sociológica Francesa: troca, reciprocidade, fato social, fato social total. O estrutural-funcionalismo britânico: Malinowski (observação participante e etnografia) e Radcliffe-Brown (sociedade x cultura, função e estrutura). Antropologia

americana: cultura, indivíduo e personalidade, linguagem. Antropologia social britânica (2ª geração): política, parentesco, magia e religião.

Referências bibliográficas básicas:

BOAS, Franz. A Formação da Antropologia Americana, 1883-1911. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2004.

MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril, 1978.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. Estrutura e Função na Sociedade Primitiva. 2. Petrópolis: Vozes, 2013.

Referências bibliográficas Complementares:

BENEDICT, Ruth. Padrões de Cultura. Petrópolis: Vozes, 2013.

CASTRO, Celso (Org.). Cultura e Personalidade – Ruth Benedict, Margareth Mead e Edward Sapir. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

ERIKSEN, Thomas Hylland & NIELSEN, Finn Sivert. História da Antropologia. Sessão 9 – 19/10 – Teoria da Reciprocidade Petrópolis: Vozes, 2007.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

ROCHA, Everardo & FRID, Marina (Orgs.). Os Antropólogos: de Edward Tylor a Pierre Clastres. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2015.

Periódicos da área:

Nome do componente: Ciência Política I

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Apresentar o pensamento político do século XVI até o XVIII. Fornecer subsídios à compreensão de temas fundamentais da teoria política moderna, como o poder político, o Estado moderno, o contratualismo e o ideário liberal democrático. Apresentar as origens do pensamento do Estado moderno. Analisar as obras de Maquiavel, Hobbes, John Locke, Montesquieu e Rousseau. Discutir as obras dos federalistas: Madison, Hamilton e Jay.

Ementa:

O curso tem como objetivo apresentar de forma panorâmica as questões fundamentais da tradição política ocidental dos séculos XVI, XVII e XVIII. A construção do Estado Moderno é um dos temas norteadores da disciplina, com a

análise dos principais autores da Teoria Política Moderna, a partir da transição do medievo à modernidade, o Renascimento, o pensamento de Maquiavel, a complexa relação entre ética e política, a formação dos Estados Nacionais e o conceito de soberania de Bodin. Posteriormente, o contrato social nas obras de Hobbes, Locke e Rousseau é objeto de reflexão. A disciplina segue o século XVIII, com o pensamento dos iluministas, Montesquieu, Kant e o ideário democrático rousseauniano da soberania popular, até as revoluções liberais: francesa e americana. Por fim, a obra de Os federalistas, Madison, Hamilton e Jay é analisada.

Referências bibliográficas básicas:

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Martin Claret, 2003.

BODIN, Jean. Os seis livros da República. (livro primeiro). Ícone Editora, 2016.

HOBBES. Leviatã. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Col. Os Pensadores)

LOCKE, J. Segundo Tratado do Governo. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Col. Os Pensadores)

MONTESQUIEU. As Leis. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Col. Os Pensadores)

ROUSSEAU. Jean Jacques. O Contrato Social. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Col. Os Pensadores)

KANT, Immanuel. A paz perpétua. São Paulo: Editora Mandamentos, 2008.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. Os Federalistas. Nova Fronteira, 1993.

Referências bibliográficas Complementares:

BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo. Brasília: Ed. UnB, 1982.

LARIVALLE, Paul. A Itália no tempo de Maquiavel. Companhia das Letras, 1988.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. História do Pensamento Político. Tomo 1. Editora Guanabara. Rio de Janeiro, 1982.

WEFFORT, Francisco. Os clássicos da política. São Paulo. Ed. Ática. Volume 1. 2006.

MAQUIAVEL, N. Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio. Brasília: Ed. UnB, 1986.

ROUSSEAU. Jean Jacques. Discurso sobre a origem das desigualdades. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores)

Periódicos da área:

Nome do componente: Sociologia I

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Analisar as obras dos autores clássicos da Sociologia (conceitos, métodos): Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Conhecer os pilares da Teoria Social, tanto clássica quanto contemporânea.

Ementa:

A disciplina tem por objetivo analisar as obras dos autores da Sociologia Clássica: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. A partir de um conjunto de temas (modernidade, racionalidade, cientificidade, mudança, estrutura social) o curso pretende apresentar as teorias clássicas mais representativas de modo comparativo, observando a contribuição de cada autor nos seus aspectos teórico-metodológicos para a fundamentação da sociologia como ciência e a permanência das obras clássicas na sociologia contemporânea.

Referências bibliográficas básicas:

DURKHEIM, Émile. As regras do Método Sociológico: São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v1, 2005.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. vol. I. Brasília: EdUnB, 1991.

Referências bibliográficas Complementares:

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins fontes, 1999.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política, São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

WEBER, M. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

Periódicos da área:

Nome do componente: Produção Científica em Ciências Sociais

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Entender as principais características do texto científico. Compreender os estilos do texto científico nas ciências sociais (voz passiva, voz ativa, argumento e apresentação de

dados). Praticar a leitura e releitura de textos acadêmicos. Produzir textos a partir da escrita, reescrita e revisões coletivas.

Ementa:

Clareza e coesão no texto acadêmico. Os caminhos para a produção do texto científico. O lugar social de quem escreve, para quem se escreve um texto acadêmico e com quais finalidades. A divulgação do conhecimento científico pela via escrita. A apresentação dos resultados da pesquisa na linguagem escrita (enunciação e dados que sustentam a argumentação).

Referências bibliográficas básicas:

BECKER, Howard S. Segredos e Truques da Pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BECKER, Howard S. Truques da Escrita: para começar e terminar teses, livro e artigos. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

ECO, Humberto. Como se faz uma tese em Ciências Humanas. 13. Lisboa: Ed. Presença, 2007.

Referências bibliográficas Complementares:

BACHELARD, G. A Formação do Espírito Científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

LATOUR, Bruno & WOOLGAR, Steve. A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

MACHADO, Anna Rachel (Coord.). *Planejar gêneros acadêmicos: escrita científica, texto acadêmico, diário de pesquisa, metodologia.* São Paulo: Parábola, 2005.

REVEL, Jacques (Org.). Jogos de Escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ZALUAR, Alba (Org.). Desvendando Máscaras Sociais. 3. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

Periódicos da área:

Nome do componente: Epistemologia das Ciências Sociais

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Discutir os principais temas da formação do conhecimento científico. Conhecer os fundamentos filosóficos e epistemológicos das Ciências Sociais.

Ementa:

O curso discute sobre a validade do conhecimento científico em especial, os aspectos científicos das Ciências Sociais, as rupturas e continuidades das epistemologias dos teóricos sociais clássicos e as críticas contemporâneas sobre a prática da pesquisa social. Aborda as concepções de métodos adotados nas Ciências Sociais, o modo teórico como são compreendidas as práticas de pesquisa na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia.

Referências bibliográficas básicas:

ADORNO, Theodor e HORKEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985.

BACHELARD, G. A Formação do Espírito Científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

HABERMAS, Jürgen. A Lógica das Ciências Sociais. Petrópolis: Vozes, 2009.

Referências bibliográficas Complementares:

DURKHEIM, Émile. Sociologia e Filosofia. São Paulo: Ícone, 2007.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. São Paulo: Nova Cultural (Os Pensadores), 1991.

KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Perspectiva, 2003

WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 20016.

ZIZEK, Slavoj. Um Mapa da Ideologia (org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Periódicos da área:

3º semestre letivo:

Nome do componente: Antropologia II

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Promover a formação em teoria antropológica sobre as noções de estrutura e de mudança. Discutir os seguintes temas: O estruturalismo e sua crítica; A Escola de Manchester e a crítica ao colonialismo; Marxismo, história e as novas abordagens teórico-metodológicas na teoria da prática; Rituais, dramas, performances e simbolismo na antropologia.

Ementa:

Lévi-Strauss, o estruturalismo e seus desdobramentos: modelo e estrutura, reciprocidade, parentesco, mito e pensamento simbólico. Crítica ao estruturalismo. Antropologia

moderna: o debate na Europa, Estados Unidos e América Latina. A Escola de Manchester: crise e crítica política da antropologia. Antropologia marxista: sistema e estrutura, materialismo histórico, modo de produção. Ecologia Cultural: o conceito de ambiente, energia e cultura como adaptação. Neoevolucionismo e materialismo cultural. Antropologia Dinâmica: situação colonial, dependência, dinâmica social (Balandier).

Referências bibliográficas básicas:

FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). A antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos. 2. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

KUPER, Adam. Antropólogos e Antropologias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

Referências bibliográficas Complementares:

DUMONT, Louis. O Individualismo: uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. e FORTES, Meyer (Org.). Sistemas Políticos Africanos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

LAECH, Edmund. Repensando a Antropologia. 2. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

LÉVI-STRAUSS, C. As Estruturas Elementares do Parentesco. 6. Petrópolis: Vozes, 2010.

LÉVI-STRAUSS, C. O Pensamento Selvagem. 2. Campinas: Papirus, 1997.

Periódicos da área:

Nome do componente: Ciência Política II

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Apresentar as discussões clássicas do liberalismo e seus críticos. Debater a relação entre democracia e liberalismo. Apresentar uma discussão aprofundada das derivações da relação do Estado com a sociedade através dos conceitos de neoliberalismo, autoritarismo e totalitarismo. Discutir os dilemas do Estado nacional no cenário contemporâneo.

Ementa:

O liberalismo no século XIX. Debate entre liberalismo e democracia. Neoliberalismo. Autoritarismo e Totalitarismo. Estado nacional, globalização terrorismo.

Referências bibliográficas básicas:

STUART, MILL. Sobre a Liberdade. São Paulo: Ibrasa, 1963.

FRIEDMAN. Liberdade de Escolher, Rio de Janeiro, Editora Record, S.d.

ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Referências bibliográficas Complementares:

WEFFORT, Francisco. Os clássicos da política. São Paulo. Ed. Ática. Volume 2. 2006

TOCQUEVILLE, Alexis de. Democracia na América, São Paulo, Companhia Nacional, 1969.

HAYEK, Friedrich August Von. O caminho da servidão. 2 ed. Globo, 1977.

HUNTINGTON, Samuel P. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HOBSBAWM, Eric J. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília: Editora UnB, 1982.

WALLESTEIN, Immanuel. Após o liberalismo – em Busca da reconstrução do mundo.RJ: Editora Vozes, 2002.

POLANYI, Karl. A Grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].

CONSTANT, Benjamin, “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos”, in Filosofia política, Porto Alegre, LePM Editores, n. 2, 1985.

MANNHEIM, K. Liberdade, poder e planificação democrática. Editora: Mestre Jou, 1972.

Periódicos da área:

Nome do componente: Sociologia II

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Discutir a teoria clássica da Sociologia e suas principais contribuições para a Sociologia Contemporânea.

Ementa:

A disciplina pretende discutir as formulações fundamentais da Sociologia Clássica e a sua importância para a compreensão da sociologia contemporânea, abordando as principais

correntes sociológicas tributárias do pensamento de Marx, Durkheim e Weber na contemporaneidade.

Referências bibliográficas básicas:

COULON, A. A Escola de Chicago. Campinas: Papirus, 1995.

DURKHEIM, Emile. As Formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

Referências bibliográficas Complementares:

ALTHUSSER, Louis. Os Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GOFFMAN, Erving. A Representação do Eu na Vida Cotidiana. Petrópolis, 1985.

LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PARSONS, Talcott. A Estrutura da Ação Social. Petrópolis: Vozes, 2010.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Periódicos da área:

Nome do componente: Língua Brasileira de Sinais

Carga horária: 80 horas

Objetivos:Proporcionar conhecimento da história da cultura dos surdos. Desenvolver habilidades para o domínio da língua de sinais. Treinar a comunicação por meio da língua de sinais.

Ementa: História da cultura dos Surdos. Aprendizagem da Língua de Sinais. Comunicação por meio da Língua de Sinais.

Referências bibliográficas Básicas:

BRASIL. MEC. Ministério da educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília, 2001

INES. **Instituto Nacional de Educação de Surdos.** Disponível em: <http://www.ines.org.br>

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos:** a aquisição de linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências bibliográficas Complementares:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** adaptações curriculares. Secretaria de Educação Fundamental/Secretaria de Educação especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

HOUT, Anne Van; ESTIENNE, Françoise. **Dislexia:** descrição, avaliação, explicação, tratamento. Porto Alegre: Artmed, 1997.

MACEDO, Lino de. **Ensaios pedagógicos:** como construir uma escola para todos? Porto Alegre: Artmed, 2005.

Nome do componente: Gênero e Sexualidade

Carga horária: 80 horas

Objetivos: Aprofundar os estudos de gênero e sexualidade, explorando o impacto das teorias feministas na teoria social e no campo político. Discutir as noções de gênero e suas interfaces com as noções de “poder”, de “sexualidade”, de “corpo”, de “violência” e de “família”. Entender a sexualidade como “dispositivo” ou construção social na rejeição dos determinismos biológicos implícitos no uso dos termos “sexo” e “diferença sexual”. Compreender os aspectos relacionais e culturais das construções do “feminino” e do “masculino” e entender essas construções como produtos, mas também como produtoras de espaços para práticas sociais e relações de poder.

Ementa:

A construção social e cultural do gênero; sexo e gênero; a divisão sexual do trabalho; as etapas do movimento feminista; pornografia e poder masculino; patriarcalismo; os estudos sobre a masculinidade; saúde e sexualidade; gênero, história e cultura; papéis sexuais e identidades sociais; feminismo, direitos humanos e multiculturalismo; sexualidades transversas; gênero e cultura ciborgue. Questões contemporâneas: novas tecnologias reprodutivas, famílias recompostas, relacionamentos homoafetivos etc.

Referências bibliográficas básicas:

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.

Referências bibliográficas Complementares:

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

HEILBORN, Maria Luiza (Org.). Família e sexualidade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ROMERO, Eliane (Org.). Corpo, mulher e sociedade. Campinas: Papirus, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero. Prefácio a gender and politics of history. Cadernos Pagu – Desacordos, desamores e diferenças. Campinas: UNICAMP, v. 3, p. 11 – 27, 1994.

Periódicos da área:

4º semestre letivo:

Nome do componente: Antropologia III

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Promover a formação em teoria antropológica contemporânea. Discutir os seguintes temas: O estruturalismo e sua crítica; A Escola de Manchester e a crítica ao colonialismo; Marxismo, história e as novas abordagens teórico-metodológicas na teoria da prática; Rituais, dramas, performances e simbolismo na antropologia.

Ementa:

Antropologia e história. A antropologia interpretativa e a antropologia pós-moderna: o antropólogo como autor e a crise da representação. Antropologia no mundo contemporâneo: Antropologias Simétrica, Reflexiva, Feminista, Reversa, Crítica. Os Estudos Culturais e o debate pós-colonial. Relação entre humanos e não-humanos.

Referências bibliográficas básicas:

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. 2. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 5. Petrópolis: Vozes, 1997.

SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

Referências bibliográficas Complementares:

FISCHER, Michael M. J. Futuros antropológicos: redefinindo a cultura na era tecnológica. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

INGOLD, Tim. Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.
RABINOW, Paul. Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
WAGNER, Roy. A Invenção da cultura. São Paulo, Cosac Naify, 2010.

Periódicos da área:

Nome do componente: Ciência Política III

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Discutir as perspectivas marxista e weberiana de Estado. Apresentar a teoria marxista clássica e as principais correntes contemporâneas de inspiração marxista. Compreender o método dialético. Discutir temáticas chaves: mais-valia, alienação, ideologia, valor-trabalho, luta de classes, revolução. Compreender o Estado em Max Weber. Discutir a relação entre democracia e burocracia em Weber.

Ementa:

Teoria Política Contemporânea. A relação entre o Estado e a sociedade civil. Estado e classes sociais. Estado e burocracia.

Referências bibliográficas básicas:

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
MARX, K. O dezoito brumário de Luís Bonaparte. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, Col. “Os Pensadores”, 1978.
WEBER, Max. Economia e Sociedade. Vol. 1. Brasília: EdUnB, 2000.

Referências bibliográficas Complementares:

LÊNIN, V.I. O Estado e a Revolução. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. Coleção Clássicos do Pensamento Político, 1988.
MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. Expressão Popular, 2008.
OFFE, Claus. Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1995.
POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RENAULT, Emmanuel; DUMENIL, Gérard, LOWY, Michael. Ler Marx. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
WEBER, Max. Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).
Periódicos da área:

Nome do componente: Sociologia III
Carga horária: 80 horas
Objetivos:
Apresentar as principais tendências teóricas da Sociologia Contemporânea, tais como: individualismo metodológico, teoria crítica, sociologia reflexiva e teoria da ação comunicativa.

Ementa:
Analisar as principais tendências teórico-metodológicas da sociologia contemporânea que, a despeito da heterogeneidade dos temas abordados pela disciplina, convergem com a discussão sociológica em torno das principais dualidades que conformam a teoria social hoje: explicação e compreensão, objetividade e subjetividade, estrutura e ação. O debate se situa nas obras de autores como Theodor Adorno, Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Michel Focault e Jürgen Habermas.
Referências bibliográficas básicas:
ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
BOURDIEU Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como ideologia. Lisboa: Edições 70, 1968.
Referências bibliográficas Complementares:
ALEXANDER, Jeffrey. O Novo Movimento Teórico. RBCS, nº4, v 2, 2 jun. 1987.
BOURDIEU, P. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
ELIAS, Norbert. O processo civilizador: Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. Teoria Social hoje. São Paulo, Ed. UNESP, 1999.
GIDDENS, Anthony. A Constituição da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
Periódicos da área:

Nome do componente: Relações Étnico-Raciais afro-brasileira e indígena

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Compreender historicamente as formações étnico-raciais afro-brasileira e indígena no Brasil. Entender os conceitos de "raça" e de "etnia" e suas implicações político-econômicas na sociedade brasileira. Discutir as discriminações e os preconceitos étnico-raciais existentes na sociedade brasileira.

Ementa:

Conceito de grupo étnico. Processos socioculturais de construção de identidade étnicas. Particularidades históricas e processos de diferenciação. Etnicidade e estrutura social. Antagonismo, discriminação e conflito. Status e mobilidade. Sociedades poliétnicas, cultura e política. As culturas Negras no Novo Mundo. A escravidão e a resistência negra. O racismo à brasileira. As religiões africanas no Brasil. Outros aspectos da cosmovisão e do ethos africano no Brasil (capoeira, samba, carnaval). Etnologia Indígena no Brasil. Compreensão da natureza da diversidade cultural dos povos indígenas. Reflexões sobre as relações entre os povos indígenas e a "sociedade brasileira": fricção interétnica e processos de etnogênese.

Referências bibliográficas básicas:

AZEVEDO, Thales de. Democracia Racial: Ideologia e realidade. Petrópolis: Vozes, 1975.

KABENGELE, Munanga. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, cultura e civilizações. São Paulo: Global, 2009.

SILVA, Aracy Lopes da. & GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Orgs.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

Referências bibliográficas Complementares:

BELLUCCI, Beluce. Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira. Rio de Janeiro: UCAM/Centro Cultural Banco do Brasil, 2003.

BRASIL. Educação antirracista: caminhos abertos pela lei federal no 10.639/03. Brasília:
Ministério da educação, 2005. (Coleção Educação para todos).

GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MOORE, Carlos. Racismo & sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

KABENGELE, Munanga (Org.). Superando o Racismo na escola. 2. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Periódicos da área:

Nome do componente: Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Apresentar os principais métodos estatísticos aplicados às Ciências Sociais. Contextualizar a aplicação do estilo quantitativo na pesquisa social. Interpretar dados quantitativos tabulares e visuais. Construir questionário e banco de dados.

Ementa:

População e amostragem. Tipos de variáveis. Estatística descritiva. Escalas. Dados agregados. Média, variância, desvio e erro padrão. Distribuição normal. Estatística inferencial. Teste de hipótese. Poder estatístico e efeito do tamanho da amostra. Análise paramétrica: Teste *t* de *Student*, Análise de variância (ANOVA). Análise não-paramétrica. Correlação. Regressão. Questionários.

Referências bibliográficas básicas:

BARBETTA, Pedro A. *Estatística aplicada às ciências sociais*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

CASTANHEIRA, Nelson P. *Métodos quantitativos*. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

CRESPO, Antônio Arnot. *Estatística fácil*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Referências bibliográficas Complementares:

BRUNI, Adriano Leal. *SPSS aplicado à pesquisa acadêmica*. São Paulo: Atlas, 2009.

CHARNET, Reinaldo. *Análise de modelos de regressão linear*: com aplicações. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. *Análise de dados*: técnicas multivariadas exploratórias com SPSS® e STATA®. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

GAPMINDER. [online]. 2017. Disponível em: <>. Acesso em: 30 set. 2017.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HENKEL, Karl. Análise da não resposta em surveys políticos. *Opinião Pública*, Campinas, v. 18, n. 1, p. 216-238, jun. 2012. Disponível em: <>. Acesso em: 1 out. 2017.

HUFF, Darrell. *Como mentir com estatística*. Tradução de: Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

NEIVA, Pedro. Revisitando o calcanhar de Aquiles metodológico das Ciências Sociais no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 79, p. 65-83, set. 2015. Disponível em: <>. Acesso em: 1 out. 2017.

5º semestre letivo:

Nome do componente: História da Educação (Obrigatória somente para a licenciatura)

Carga horária: 80 horas

Objetivos: Proporcionar uma visão histórica da influência da educação liberal na educação brasileira.

Ementa: Comênius, Herbart e a Educação. Rousseau, o iluminismo e a educação. A educação na Revolução Francesa. A educação no Brasil Colonial. A educação brasileira da primeira república. A educação brasileira após 1930. A educação pós LDB de 1961. A educação brasileira pós Lei 9.393/96.

Referências bibliográficas básicas:

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas.** São Paulo: Ática, 2005.
RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira:** a organização escolar. 14. ed. Autores Associados, 1995. 166 p.
SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

Referências bibliográficas Complementares:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 44. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.
CAMBI, Franco (1999). **História da Pedagogia.** São Paulo. Editora da UNESP.
GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil:** (1964-1985). São Paulo: Cortez, 1993.
LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 12. ed. São Paulo: Nacional, 1999.
ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

Nome do componente: Metodologia Qualitativa em Ciências Sociais

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Oferecer uma visão geral das técnicas de coleta e análise de dados. Compreender o processo de investigação científica nas Ciências Sociais. Apresentar as metodologias qualitativas nas Ciências Sociais (fenomenologia, interpretativismo, etnometodologia, interacionismo simbólico etc.).

Ementa:

O debate entre a sociologia positivista e a sociologia compreensiva. As ciências naturais e as ciências sociais. As metodologias qualitativas em Ciências Sociais. A relação entre teoria, métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais.

Referências bibliográficas básicas:

BECKER, H. S. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo, HUCITEC, 1994.

HAGUETTE, Tereza M. F. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 1987.

POUPART, Jean *et al*. A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4. Petrópolis: Vozes. 2014.

Referências bibliográficas Complementares:

BAUER, Martin W. e GASKELL, Geroge. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2000.

FEYERABEND, Paul. Contra o Método. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

MILLS, C. Wright. A Imaginação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

NUNES, A. Sedas. Sobre o Problema do Conhecimento nas Ciências Sociais. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, 1973.

THIOLLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Polis,1980.

Periódicos da área:

Nome do componente: Didática (Obrigatória somente para a licenciatura)

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Refletir sobre o papel da educação escolar, da didática e do ensino no Brasil. Caracterizar o processo ensino/aprendizagem a partir da prática escolar e as teorias a elas subjacentes. Elaborar uma proposta de plano de ensino a partir da realidade vivenciada e de conceitos teórico-práticos adquiridos.

Ementa:

A Didática numa perspectiva histórica; As teorias pedagógicas e à sua importância para a formação do educador; O panorama atual da Didática no contexto do pensamento educacional brasileiro; A prática docente a partir dos componentes didáticos e sua aplicabilidade no cotidiano da escola. Elementos teórico-metodológicos na área da Didática; Técnicas e Tecnologias de ensino e aprendizagem; Planejamento escolar, Projeto Político Pedagógico, Currículo e Avaliação.

Referências bibliográficas básicas:

CANDAU, Vera Maria. (org.) **A didática em questão**. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

ESTEBAN, Maria Teresa. (Org**.). Avaliação:** uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MACHADO, Nilson José. **Epistemologia e Didática**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Referências bibliográficas Complementares:

CANDAU, Vera Maria. **A didática em questão**. Petrópolis. Ed. Vozes: 1984.
COMENIUS. **Didática Magna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
ELIAS, M. C. **Célestin Freinet.** Uma pedagogia de atividade e cooperacão. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
FREIRE, PAULO. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.
GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 3. ed. SP: Autores Associados, 2005.

Nome do componente: Economia Política

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Identificar e diferenciar as escolas clássicas e neoclássicas da economia política. Compreender os elementos formativos do sistema capitalista. Analisar o significado de desenvolvimento. Analisar o processo de mundialização do capital. Discutir as consequências e diretrizes para os países em desenvolvimento.

Ementa:

O curso aborda as principais escolas da economia política: liberal clássica, marxista, liberal neoclássica, keynesiana, visão econômica da política, schumpeteriana e dependencista. Ordem econômica internacional pós II Guerra. Instituições e Regimes Internacionais na gestão da integração financeira e comercial (evolução desde 1945). O papel das empresas transnacionais. Estratégias de inserção internacional dos países em desenvolvimento.

Referências bibliográficas básicas:

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. ed. Nova Cultural, c1996. p. 1 v.

POLANYI, Karl. A Grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação. 2 ed. Nova Cultural, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. Introdução e Análise integrada do desenvolvimento. In: Dependência e desenvolvimento na América Latina. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

Referências bibliográficas Complementares:

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Petrópolis: Vozes, 2000.

GILPIN, Robert. As Três ideologias da economia política. In: A Economia Política das Relações Internacionais. Brasília: Ed. UnB, 2002 [1987].

MORAES, Reginaldo C. Estado, desenvolvimento e globalização. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia. Zahar, 1984.

SCHUMPETER, Joseph A. Teorias econômicas de Marx a Keynes: Zahar Editores, 1970.

EICHENGREEN, Barry. Privilégio exorbitante. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

CHESNAIS, François. A Mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

HARVEY, David. O Enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

Periódicos da área:

Nome do componente: Pensamento Social Brasileiro

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Discutir as concepções dos autores clássicos do pensamento social brasileiro. Entender os conceitos elaborados por esses teóricos para a compreensão da realidade histórica, econômica e social do Brasil, a partir do debate sobre a "formação da sociedade brasileira".

Ementa:

O curso pretende abordar as principais teorias que discutem a formação da sociedade brasileira, desde os precursores do pensamento social brasileiro, tornando-se referência para as ciências sociais, como Euclides da Cunha, Paulo Prado, Roquette-Pinto e Nina Rodrigues até os autores que consolidaram essa discussão como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

Referências bibliográficas básicas:

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Ática, 2009.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. São Paulo: Global, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Referências bibliográficas Complementares:

CUNHA, Euclides da. À Margem da História. São Paulo: Martin Claret, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do Paraíso. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

PRADO Jr, Caio. A Formação da Sociedade Brasileira. São Paulo Companhia das Letras, 2011.
ROQUETTE-PINTO, Edgard. Rondônia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
SCHWARTZ, Lilian. O Espetáculo das Raças. São Paulo Companhia das Letras, 2014.
Periódicos da área:

6º semestre letivo:
Nome do componente: Filosofia da Educação
Carga horária: 80 horas
Objetivos: Discutir as grandes questões relacionadas aos fundamentos filosóficos da educação no Brasil bem como desenvolver a capacidade de interpretação crítica das principais posições filosóficas sobre a educação vinculando a atividade filosófica ao cotidiano da prática pedagógica.
Ementa: Principais referências teóricas do pensamento filosófico contemporâneo que mais diretamente dizem respeito às teorias educacionais: liberalismo, positivismo, marxismo e pragmatismo.
Referências bibliográficas básicas:
DEWEY, John. **Como Pensamos**. São Paulo, Nacional.
LOPES, Eliana Marta Teixeira & outros**. 500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica.
SAVIANI, D. **Escola e Democracia:** Teorias da Educação, curvatura da vara e Onze teses sobre educação e política. 22. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
Referências bibliográficas Complementares:
ALTHUSSER, Louis**. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa, Editorial Presença.
BENINCÁ, E. Pedagogia e senso comum. In: DALBOSCO, C. A.; CASAGRANDE, E. A.; MÜHL, E. H. **Filosofia e Pedagogia:** Aspectos históricos e temáticos. Campinas: Autores Associados, 2008. Cap. 8, p. 181-203.
BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. **A Reprodução.** Rio de Janeiro, Francisco Alves.
DEWEY, John. **Democracia e Educação**. São Paulo, Nacional.
DURKHEIM, Emile. **Sociologia, Educação e Moral**. Porto, Res.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo**. Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GASPARIN, João Luis. **Comênio.** Rio de Janeiro, Vozes.

Nome do componente: Sociologia da Educação

Carga horária: 80 horas

Objetivos: Proporcionar ao aluno o acesso ao processo de análise sociológica do fenômeno educacional. Analisar as principais teorias sociológicas sobre educação; Compreender a relação educação e sociedade; Analisar e se posicionar sobre as questões sociais envolvidas na educação e as relações entre o ser humano, a sociedade em que vive e o tipo de educação resultante de todo o processo e contexto.

Ementa: Introdução ao pensamento sociológico. Antecedentes históricos do surgimento da sociologia: Revolução industrial e Revolução Francesa. O pensamento sociológico de Comte, Marx, Durkheim e Max Weber.

Referências bibliográficas básicas:

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: **Educação e Emancipação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 119-133.

BOURDIEU, Pierre. **A Escola conservadora:** as desigualdades frente à escola e à cultura. In: FORQUIN, J-C. **Sociologia da Educação**. Petrópolis, Vozes, 1995.

FREITAG, Bárbara**. Escola, estado e sociedade**. 6. ed. Moraes, 1986. 142 p.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. 2. ed. Cortez, 1993. 220 p.

SNYDERS, Georges. **Escola, Classe e Luta de Classes.** 2ª edição, São Paulo, Moraes, 1981.

Referências bibliográficas Complementares:

CUNHA, Luiz Antonio. **A Educação na Sociologia:** um objeto rejeitado? Cadernos Cedes, Campinas, n. 27, p. 9-22, 1992.

FORACCHI, M. H. (org.). **Educação e Sociedade.** São Paulo, Nacional, 1978.

KRUPPA, S. M. P. **Sociologia da educação**. Cortez, 1993. 157 p.

NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação.** 8.ed. Petrópolis RJ: Vozes, 1998.

SANTOS, Cleito P. dos. **Educação, Estrutura e Desigualdades Sociais.** In.: VIEIRA, Renato & VIANA, Nildo (orgs.). **Educação, Cultura e Sociedade.** Goiânia, Edições Germinal, 2002.

TEDESCO, J. C. **Sociologia da Educação.** São Paulo, Autores Associados, 1995.

Nome do componente: Política e Legislação Educacional

Carga horária: 80 horas

Objetivos: Compreender as políticas educacionais no contexto da história do processo político Brasileiro. Conhecer os dispositivos da LDB - Lei 9394/96, Constituição Federal de 1988 **e** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); compreender o contexto sócio-político, legal e administrativo em que se desenvolvem as atividades escolares e a sua importância no trabalho educacional.

Ementa: O papel do Estado e o atendimento das demandas da sociedade brasileira. A educação básica no Brasil vista do ângulo das políticas públicas. Aspectos socioeconômicos, políticos, administrativos e legais da estruturação o sistema de ensino no Brasil: O Direito à educação; Organização da educação básica no Brasil: aspectos históricos; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96 e sua contextualização nos aspectos sociais, políticos, econômicos e pedagógicos; etapas e modalidades da Educação Básica; gestão educacional: no planejamento, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola.

Referências bibliográficas básicas:

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Educação escolar brasileira**: estrutura, administração, legislação. 2. ed. Atual. e ampl. São Paulo: Thomson, 2003.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. **Guia prático da política educacional no Brasil**: ações, planos, programas e impactos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de Moraes; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional.** 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

Referências bibliográficas Complementares:

BIANCHETTI, R. G. Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez, 1996.

DORNAS, Roberto. **Diretrizes e Bases da Educação:** comentários e anotações. 2 ed., Belo Horizonte: Modelo Editorial, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo rea**l. São Paulo: Cortez, 1995.

GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

KUENZER, A. Z. **Política educacional e planejamento no Brasil.** Os descaminhos da transição. São Paulo: Cortez, 1993.

LIBÃNEO, José Carlos; OLIVEIRA. João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar:** Políticas, Estrutura e Organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCK, Heloísa (et ali). **A escola participativa**: o trabalho gestor. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Nome do componente: Estágio Supervisionado em Prática de Ensino I

Carga horária: 80 horas

Objetivos: Proporcionar ao estagiário conhecimento teórico-metodológico da docência em Ciências Sociais, buscando compreendê-la no contexto da realidade sociocultural e político-educacional da escola, para identificar o papel do professor de ciências sociais na Educação Básica.

Ementa: Introdução: Orientação básica sobre Estágio Supervisionado – Prática de Ensino em Ciências Sociais. Estudos da realidade sociocultural e político-educacional da escola pública rondoniense, no contexto amazônico e brasileiro. Pesquisa da prática docente. Prática docente: Planejamento de Ensino.

Referências bibliográficas básicas:

BARREIRO, Iraíde M. F.; GEBRAN, Raimunda A. (Orgs.). **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores.** São Paulo: Avercamp, 2006.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório do estágio de prática de ensino em ciências sociais.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GROSSI, Mirian P. O estágio no curso de ciências sociais: algumas experiências recentes. **Revista Mosaico Social**. Florianópolis, Ano 3, n. 3, dez., 2006.

LIMA, Manolita C.; OLIVO, Silvio. (Orgs.). **Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso.** São Paulo: Thomson Learng, 2007.

MACIEL, Antônio C.; BRAGA, Rute M. Politecnia e emancipação humana: uma metodologia para a formação histórico-crítica na universidade. In: **Formação docente e estratégias de integração universidade/escola nos cursos de licenciatura**. AMARAL, Nair F. G.; BRASILEIRO, Tânia S. A. (Orgs.). São Carlos-SP: Pedro & João; Porto Velho: EDUFRO, 2008.

Referências bibliográficas Complementares:

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Convênio N. 06/2013, celebrado entre a UNIR e a SEDUC/RO. **Estágio Supervisionado não Remunerado**. Porto Velho: UNIR/SEDUC, 2013.

MACIEL, Antônio C. A incansável luta da escola pública contra o diabo às portas do inferno. **Revista EDUCAmazônia**. Manaus, ano 6, v. XI, n. 2, p. 74-106, jul./dez., 2013.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. **Roteiro para elaboração de plano de estágio.** Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2015.

OLIVEIRA, Amurabi; BARBOSA, Vilma S. L. Formação de professores em ciências sociais: desafios e possibilidades a partir do Estágio e do PIBID. **Revista Inter-Legere**. Natal, n. 13, jul./dez., 2013.

XAVIER, Maria L. et al. **Planejamento em destaque:** análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos de Educação Básica).

Nome do componente: Avaliação Educacional

Carga horária: 80 horas

Objetivos: Compreender as concepções de avaliação e o uso dos instrumentos e procedimentos avaliativos como eixo organizador do trabalho pedagógico e como momento privilegiado de aprendizagens. Analisar documentos legais que orientam o sistema de avaliação do ensino de Porto Velho.

Ementa: Pressupostos epistemológicos da avaliação educacional; Avaliação: concepção e orientação na LDB, nos PCN's e em Normativas locais; Avaliação e organização do processo de ensino e aprendizagem; Procedimentos metodológicos do processo avaliativo; Avaliação: técnicas qualitativas e quantitativas.

Referências bibliográficas básicas:

AFONSO, A. J. **Avaliação Educacional:** Regulação e Emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 2003.

PERRENOUD, Phillppe. **Avaliação:** da Excelência à Regulação das Aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SOUSA, Clarilza Prado de. **Avaliação do Rendimento Escolar.** São Paulo: Papirus, 2003.

Referências bibliográficas Complementares:

DEMO, P. **Avaliação sob o Olhar Propedêutico.** São Paulo: Papirus, 2002.

ESTEBAN, M. T**. Avaliação:** uma Prática em Busca de Novos Sentidos. São Paulo: DP&A, 2003.

ESTEBAN, M. T. **Avaliação**: uma prática em busca de novos sentidos. 2 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

HADJI, C. **Avaliação Desmistificada**. Porto Alegre: ARTMED, 2001

RAPHAEL, Hella SONIA; CARRARA, Kster. **Avaliação sob Exame**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

7º Semestre letivo:

Nome do componente: Antropologia da Amazônia

Carga horária: 80 horas

Objetivos: Proporcionar uma visão antropológica da formação sociocultural da Amazônia. Aprofundar conhecimentos sobre os elementos constituintes das culturas amazônicas. Contribuir para a análise da formação sociocultural da Amazônia;

Ementa: O campo da Antropologia na Amazônia. Especificidades das realidades sociais na Amazônia. Formação sociocultural da Amazônia. Noções de desenvolvimento na Amazônia. As populações tradicionais na Amazônia. Formação sociocultural de Rondônia.

Referências bibliográficas básicas:

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. 3. ed. Manaus: Valer, 2009.

CARDOSO, Ruth L (Org.). **A aventura antropológica:** teoria e pesquisa. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

COSTA, Francisco de A. **Formação agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPa/NAEA, 2000a.

FERREIRA, Manoel R. **A ferrovia do diabo**: história de uma estrada de ferro na Amazônia. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patricarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Referências bibliográficas Complementares:

MACIEL, Antônio C. **Dinâmica do processo de ocupação socioeconômica de Rondônia: trajetórias e tendências de um modelo agropecuário na Amazônia.** 2004. 342 f. Tese (Doutorado em Ciências Sócio-Ambientais) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém-PA.

_____. A formação cultural da Amazônia e a ocupação econômica de Rondônia a partir de 1970: o último round da resistência cabocla. In: GOBBI, Márcia A.; NASCIMENTO, Maria Letícia B.P. **Educação e diversidade cultural:** desafios para os estudos da infância e da formação docente. Araraquara-SP: Junqueira & Marin, 2012.

_____. Identidade e diversidade na formação cultural da Amazônia: estudo comparativo entre Belém, Manaus e Porto Velho. In: GHANEN, Elie; NEIRA, Marcos G.. **Educação e diversidade cultural no Brasil:** ensaios e práticas. Araraquara-SP: Junqueira & Marin, 2014.

MARTINS, José de S. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

OLIVEIRA FILHO, João P. O caboclo e o brabo: notas sobre as duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. **Encontros Civilização Brasileira**, n. 11, p. 101-40. 1979.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2002. Disponível em: . Acesso em: 07 jun. 2016.

SOUZA, Márcio**. A expressão amazonense**. São Paulo: Alfa-omega, 1978.

TEIXEIRA, Carlos C. **Visões da natureza**: seringueiros e colonos em Rondônia. São Paulo: EDUC, 1999.

Nome do componente: Gestão Educacional

Carga horária: 80 horas

Objetivos: Possibilitar a reflexão sobre a organização do trabalho pedagógico e gestão escolar, ocupando-se de elementos teórico-práticos que desvelem situações correspondentes ao desafio de atuação profissional em unidades escolares.

Ementa: Analisar os fundamentos teóricos da gestão educacional e estudo dos modelos de planejamento e sua relação com o processo de desenvolvimento e de participação social. O processo de trabalho no interior da escola. A natureza do trabalho pedagógico. A função administrativa na unidade escolar. Matrizes teóricas dos estudos de Administração Escolar no Brasil. Tendências atuais de Administração Escolar no Brasil. A autonomia da escola e a participação na gestão escolar. Mecanismos de participação coletiva na gestão escolar.

Referências bibliográficas básicas:

LUCK, Heloisa [et al.]. **A escola participativa:** o trabalho do gestor. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar:** introdução crítica. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **Por dentro da escola pública**, 2. ed São Paulo: Xamã, 1996.

Referências bibliográficas Complementares:

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola.** Campinas: Papirus, 1994.

LIMA, Linício c. **A escola como organização educativa.** São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Gestão democrática da educação:** desafios contemporâneos. Petrópolis, Vozes, 1997.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ática, 2001.

SANDER, Benno. **Consenso e conflito:** perspectivas analíticas na pedagogia e na administração da educação. São Paulo: Pioneira, 1984.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento, Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**, São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

Nome do componente: Estágio Supervisionado em Prática de Ensino II

Carga horária: 160 horas

Objetivos: Proporcionar ao estagiário a vivência de situações reais (observação/participação/pesquisa/intervenção) nas quais possa, com base no conhecimento teórico desenvolvido nas diferentes áreas do Curso de Ciências Sociais, buscar não somente a unidade entre teoria e prática na realidade da escola, mas também reconhecer o seu papel enquanto educador, por meio da prática docente.

Ementa: Continuidade do desenvolvimento do Projeto de Atuação em Ensino. Ênfase na vivência do cotidiano escolar, como elemento para a produção de conhecimento na ciência pedagógica e relacionada à ciência específica do curso de formação. Orientação para elaboração do relatório final.

Referências bibliográficas básicas:

BARREIRO, Iraíde M. F.; GEBRAN, Raimunda A. (Orgs.). **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores.** São Paulo: Avercamp, 2006.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório do estágio de prática de ensino em ciências sociais.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GROSSI, Mirian P. O estágio no curso de ciências sociais: algumas experiências recentes. **Revista Mosaico Social**. Florianópolis, Ano 3, n. 3, dez., 2006.

LIMA, Manolita C.; OLIVO, Silvio. (Orgs.). **Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso.** São Paulo: Thomson Learng, 2007.

MACIEL, Antônio C.; BRAGA, Rute M. Politecnia e emancipação humana: uma metodologia para a formação histórico-crítica na universidade. In: **Formação docente e estratégias de integração universidade/escola nos cursos de licenciatura**. AMARAL, Nair F. G.; BRASILEIRO, Tânia S. A. (Orgs.). São Carlos-SP: Pedro & João; Porto Velho: EDUFRO, 2008.

MACIEL, Antônio C. Desafios da formação docente em face da expansão capitalista na Amazônia. **Argumentos Pró-Educação**. Pouso Alegre, MG, v. 1, n. 1, 19-44, jan./abr., 2016.

Referências bibliográficas Complementares:

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Convênio N. 06/2013, celebrado entre a UNIR e a SEDUC/RO. **Estágio Supervisionado não Remunerado**. Porto Velho: UNIR/SEDUC, 2013.

MACIEL, Antônio C. A incansável luta da escola pública contra o diabo às portas do inferno. **Revista EDUCAmazônia**. Manaus, ano 6, v. XI, n. 2, p. 74-106, jul./dez., 2013.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. **Roteiro para elaboração de plano de estágio.** Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2015.

OLIVEIRA, Amurabi; BARBOSA, Vilma S. L. Formação de professores em ciências sociais: desafios e possibilidades a partir do Estágio e do PIBID. **Revista Inter-Legere**. Natal, n. 13, jul./dez., 2013.

XAVIER, Maria L. et al. **Planejamento em destaque:** análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos de Educação Básica).

8º semestre letivo:

Nome do componente: Estágio Supervisionado em Prática de Ensino III

Carga horária: 160 horas

Objetivos: Proporcionar ao estagiário a vivência de situações reais (observação/participação/ pesquisa/intervenção) nas quais possa, com base no conhecimento teórico desenvolvido nas diferentes áreas do Curso de Ciências Sociais, buscar não somente a unidade entre teoria e prática em face realidade sociocultural e educacional da escola, mas também reconhecer o seu papel enquanto educador, por meio da prática docente.

Ementa: Orientações básicas sobre Estágio Supervisionado da Prática de Ensino em Ciências Sociais. A Docência em Ciências Sociais: Pesquisa e Exercício. Orientação para elaboração do relatório final.

Referências bibliográficas básicas:

BARREIRO, Iraíde M. F.; GEBRAN, Raimunda A. (Orgs.). **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores.** São Paulo: Avercamp, 2006.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório do estágio de prática de ensino em ciências sociais.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GROSSI, Mirian P. O estágio no curso de ciências sociais: algumas experiências recentes. **Revista Mosaico Social**. Florianópolis, Ano 3, n. 3, dez., 2006.

LIMA, Manolita C.; OLIVO, Silvio. (Orgs.). **Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso.** São Paulo: Thomson Learng, 2007.

MACIEL, Antônio C.; BRAGA, Rute M. Politecnia e emancipação humana: uma metodologia para a formação histórico-crítica na universidade. In: **Formação docente e estratégias de integração universidade/escola nos cursos de licenciatura**. AMARAL, Nair F. G.; BRASILEIRO, Tânia S. A. (Orgs.). São Carlos-SP: Pedro & João; Porto Velho: EDUFRO, 2008.

MACIEL, Antônio C. Desafios da formação docente em face da expansão capitalista na Amazônia. **Argumentos Pró-Educação**. Pouso Alegre, MG, v. 1, n. 1, 19-44, jan./abr., 2016.

Referências bibliográficas Complementares:

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Convênio N. 06/2013, celebrado entre a UNIR e a SEDUC/RO. **Estágio Supervisionado não Remunerado**. Porto Velho: UNIR/SEDUC, 2013.

MACIEL, Antônio C. A incansável luta da escola pública contra o diabo às portas do inferno. **Revista EDUCAmazônia**. Manaus, ano 6, v. XI, n. 2, p. 74-106, jul./dez., 2013.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. **Roteiro para elaboração de plano de estágio.** Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2015.

OLIVEIRA, Amurabi; BARBOSA, Vilma S. L. Formação de professores em ciências sociais: desafios e possibilidades a partir do Estágio e do PIBID. **Revista Inter-Legere**. Natal, n. 13, jul./dez., 2013.

XAVIER, Maria L. et al. **Planejamento em destaque:** análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos de Educação Básica).

Trabalho de Conclusão de Curso (4 créditos, 80 horas)

Os critérios de confecção do Trabalho de Conclusão de Curso estão definidos no Regimento Interno, na forma do Apêndice E deste Projeto.

Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento

De comum acordo com o dispositivo legal, as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento são aquelas que constituem o núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos nos 11 projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPP;

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Ementas das disciplinas optativas por área de concentração

a) Antropologia

Nome do componente: Antropologia Urbana

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Estudar as principais correntes da antropologia urbana. Aprender as perspectivas teórico-metodológicas da antropologia urbana no Brasil. Discutir a cidade e as formas de ocupação de espaços públicos e privados. Entender os fenômenos urbanos e suas implicações na vida das pessoas.

Ementa:

A antropologia e o estudo das sociedades complexas: a cidade, espaço de práticas culturais diferenciadas. A cidade na história e a cidade moderna. A vida cotidiana: moradia e vizinhança. Práticas de lazer: o tempo e espaço. A apropriação do espaço por grupos diferenciados: os cenários, os atores. Imagens da cidade: representações do espaço urbano. A cidade como variável dependente e independente: abordagens teóricas. A questão da cultura urbana e a dinâmica cultural na cidade: heterogeneidade *versus* homogeneização. Culturas locais, nacionais e transnacionais. Planejamento

urbano e preservação do patrimônio cultural. Origens do fenômeno urbano. Conceito, categorias e tipologias da cidade. Epistemologia de uma antropologia urbana: antropologia da cidade ou na cidade? Teorias socioantropológicas sobre o urbano e o urbanismo. Antropologia urbana no Brasil: correntes e núcleos de pesquisa principais.

Referências bibliográficas básicas:

HERZFELD, Michael. Antropologia – Prática Teórica na Cultura e na Sociedade. Petrópolis: Vozes, 2014.

MAGNANI, José Guilherme & TORRES, Lillian de Lucca (Orgs.). Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1996.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho & ECKERT, Cornelia (Orgs.). Etnografia de Rua: estudos de antropologia urbana. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

Referências bibliográficas Complementares:

CANEVACCI, Massimo. A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Livros Studio Nobel, 2004.

SENNET, Richard. Da carne e da pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. RJ/SP: Editora Record, 2003.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (org.). Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELHO, Otávio (Org.). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1967.

ZALUAR, Alba (Org.). Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

Periódicos da área:

Nome do componente: Antropologia do Consumo

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Apresentar o campo da antropologia do consumo. Discutir a complexidade das escolhas em torno do consumo na sociedade contemporânea. Entender a noção de sociedade de consumo. Compreender a relação entre produção e consumo presente nos meios de comunicação de massa.

Ementa:

O campo da antropologia do consumo. A cultura e a construção do imaginário do consumo. Consumo, representações e trocas simbólicas. Conceito de sociedade de consumo. Produção do consumo e do consumidor. Meios de comunicação e consumo

dos objetos simbólicos. O consumo como sistema de classificação cultural. Estudos de imagem, práticas e espaços do consumo. Consumo, cultura e indústria cultural.

Referências bibliográficas básicas:

APPADURAI, A. (Org.). A vida social das coisas – as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. 2. Lisboa: Edições 70, 2008.

DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron. O mundo dos bens. Rio de Janeiro: Editora UFFRJ, 2004.

Referências bibliográficas Complementares:

BARBOSA, Lívia & CAMPBELL, Colin. Cultura, Consumo e Identidade. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

BARBOSA, Lívia. Sociedade de consumo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

MILLER, Daniel. Trecos, troços e coisas. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MILLER, Daniel. Teoria das Compras: o que orienta as escolhas dos consumidores. 2. Rio de janeiro: Nobel, 2009.

RIAL, Carmem; SILVA, Sandra Rubia da; SOUZA, Angela Maria de. Consumo e cultura material: perspectivas etnográficas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

Periódicos da área:

Nome do componente: Antropologia e Culturas Populares

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Descrever e criticar diferentes abordagens acadêmicas sobre as noções de cultura popular. Compreender os conceitos antropológicos para o estudo das culturas populares. Entender a produção, o consumo e a recepção das produções culturais e midiáticas em diferentes sociedades. Discutir os contextos sociais, históricos e políticos de produção e reprodução das culturas populares.

Ementa:

Perspectivas teóricas e debates em torno da noção de “cultura popular”, com orientação crítica em antropologia. Foco nas noções de “cultura”, “povo/popular/populismo” e “práxis”. Análises em diferentes sociedades sobre a importância do contexto na construção dos significados das produções culturais, do consumo de massa e das trocas simbólicas.

Referências bibliográficas básicas:

ARANTES, Antônio Augusto. O que é cultura popular? 4. São Paulo: Brasiliense, 2006.
FERNANDES, Florestan. O folclore em questão. São Paulo: HUCITEC, 1978.
WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

Referências bibliográficas Complementares:

CERTEAU, Michel de. A cultura no plural. 4. Campinas: Papirus, 2005.
HERZFELD, Michael. Antropologia: prática teórica na cultura e na sociedade. São Paulo: Vozes, 2014.
LIMA, Luiz Costa (Org.). Teoria da cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no Pedaço: cultura popular e lazer na cidade. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998.
ORTIZ, Renato. Cultura Popular: românticos e folcloristas. São Paulo: Olho d'água, 1992.

Periódicos da área:

Nome do componente: Cultura Brasileira

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Entender a formação das culturas brasileiras. Compreender os discursos hegemônicos na formação da nacionalidade no Brasil. Discutir as contribuições das populações autóctones e dos imigrantes para a construção das culturas brasileiras. Conhecer as relações entre tradição e modernidade nas culturas brasileiras.

Ementa:

Fundamentos históricos da formação sócio-cultural brasileira. Conceitos fundamentais: cultura, raça, nacionalismo, identidade, diversidade, tradição e modernidade. As dinâmicas sociais e o movimento da cultura na construção na nação. A pluralidade cultural brasileira: "regional" e nacional.

Referências bibliográficas básicas:

CERTEAU, Michel de. A cultura no plural. 4. Campinas: Papirus, 2005.
GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
SCHWARCZ, Lília Moritz. Negras Imagens: ensaio sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: Edusp / Estação Ciência, 1996.

Referências bibliográficas Complementares:

AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira: Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 2. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Bahia; Pará; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1944.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence(Orgs.). A invenção das tradições. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ORTIZ, Renato. Cultura Popular: românticos e folcloristas. São Paulo: PUC-SP, 1985.

WISNIK, José Miguel & SQUEFF, Ênio. O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 2001.

Periódicos da área:

Nome do componente: Antropologia Econômica

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Apresentar o campo da antropologia econômica. Introduzir o objeto da Antropologia econômica, seus programas de pesquisa, seus temas, seus métodos e suas aplicações. Conhecer as principais correntes de pensamento na antropologia econômica.

Ementa:

Formação do objeto da antropologia econômica. Troca nas sociedades simples. Correntes teóricas na antropologia econômica. Articulações internas da economia. Os problemas no contexto de uma economia particular. As temáticas econômicas na pesquisa etnográfica. A economia e a construção das teorias antropológicas. Formalismo e substantivismo. Discussões sobre excedente e acumulação. A influência marxista. Abordagens simbolistas e materialismo cultural. A dádiva na sociedade moderna: desafios contemporâneos. Abordará a comparação entre sistema s econômicos e aspectos da economia informal moderna.

Referências bibliográficas básicas:

COPANS, J. et alli. Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas? Lisboa: Perspectivas do Homem/Edições 70, 1971.

FIRTH, R. W. Temas de antropologia econômica. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1974.

GODELIER, M. Horizontes da antropologia. Lisboa: Edições 70, 1973.

Referências bibliográficas Complementares:

APPADURAI, A. (Org.). A vida social das coisas – as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, 2008.

DEMONIO, L. et al. A antropologia economica: correntes e problemas. Lisboa: Edições 70, 1976.

HARRIS, M. Vacas, Porcos, Guerras e Bruxas: Enigmas da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Periódicos da área:

Nome do componente: Antropologia e Política

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Entender as relações entre antropologia e política. Compreender a dimensão simbólica do campo político. Conhecer a dimensão política na prática antropológica. Estudar os movimentos sociais na América Latina.

Ementa:

O campo da política na tradição antropológica. Estruturas de poder em sociedades sem Estado. Parentesco na organização política. Relações de poder e resolução de conflitos nas sociedades sem Estado. Cultura e política no contexto contemporâneo. A antropologia política e a questão do colonialismo. Relações entre poder e comportamento simbólico. Para uma Antropologia política das sociedades contemporâneas. Antropologia Política e Antropologia da Política: debates e questões contemporâneas.

Referências bibliográficas básicas:

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado: Pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

GELLNER, Ernest. Antropologia e Política: Revoluções no bosque Sagrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1997.

LEACH, Edmund. Sistemas políticos da Alta Birmânia. São Paulo: EDUSP, 1996.

Referências bibliográficas Complementares:

CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

DUMONT, Louis. O individualismo: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Os Nuer: Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
MONTERO, P.; ARRUTI, J. M.; POMPA, C. "Para uma antropologia do Político". In: Adrian G. Lavalle (org.). O horizonte da política: questões emergentes e agenda de pesquisa. São Paulo: UNESP, 2012.
WOLF, Eric. Antropologia e poder: Contribuições de Eric Wolf. Brasília/São Paulo: Editora UNB/Imprensa Oficial/Editora Unicamp, 2003.
Periódicos da área:

Nome do componente: Antropologia da Religião
Carga horária: 80 horas
Objetivos:
Conhecer as principais correntes de pensamento na antropologia da religião. Compreender o fenômeno religioso na sociedade contemporânea. Entender as relações entre religião, política e meios de comunicação de massa.
Ementa:
As principais teorias da religião, em antropologia e sociologia. A religião enquanto dimensão específica da vida social e como campo de saber. A religião e o mundo atual, exame de temas como secularização, sacralização, movimentos religiosos contemporâneos, globalização.
Referências bibliográficas básicas:
CSORDAS, Thomas. Corpo, significado, cura. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Paulinas, 1989.
GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
Referências bibliográficas Complementares:
EVANS-PRITCHARD, E. Antropologia social da religião. Rio de Janeiro: Campus LTDA, 1978.
DOUGLAS, Mary. As lágrimas de Jacó: o trabalho sacerdotal de reconciliação. São Paulo: Loyola, 2004.
LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
MONTERO, Paula (Org.). Deus na Aldeia: Missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006.
Periódicos da área:

Nome do componente: Etnologia indígena

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Conhecer o campo da etnologia indígena no Brasil. Estudar os aspectos que compreendem as cosmologias dos povos indígenas no Brasil. Compreender os processos de construção da etnologia indígena na antropologia.

Ementa:

Temáticas, abordagens e perspectivas teórico-metodológicas em etnologia indígena, com ênfase sobre as sociedades situadas no Brasil. O campo de estudo da etnologia indígena, panorama histórico e atual. Estudo dos aspectos sociais, econômicos, ecológicos, políticos, rituais, mitológicos, mágicos, religiosos e cosmológicos integrados em totalidades, através da leitura e discussão de monografias sobre algumas sociedades indígenas brasileiras.

Referências bibliográficas básicas:

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Índio e o Mundo dos Brancos. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). Sociedades Indígenas e indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora da UFRJ/Editora Marco Zero, 1987.

Referências bibliográficas Complementares:

COELHO, Vera Penteado. Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 1993.

BALDUS, Herbert. Ensaios de etnologia brasileira. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979.

GALVÃO, Eduardo. Encontro de Sociedades: Índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

NIMUENDAJÚ, Curt. Textos Indigenistas. Prefácio e Coordenação: Paulo Suess. São Paulo: Editora Loyola, 1982.

SCHADEN, Egon. Aculturação indígena: ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos indígenas em São Paulo: Pioneira, 1969.

Periódicos da área:

Nome do componente: Estudos Afro-Brasileiros

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Compreender os estudos afro-brasileiros. Entender a formação histórica do racismo no Brasil. Estudar os processos de exclusão da população afro-brasileira. Discutir as contribuições sociais, culturais, políticas e econômicas da população afro-brasileira na construção da "sociedade brasileira".

Ementa:

As culturas Negras no Novo Mundo. A escravidão e a resistência negra. O racismo à brasileira. As religiões africanas no Brasil. Roger Bastide e seus orientandos: Renato Ortiz, Maria Izaura Pereira de Queiroz e Florestan Fernandes. Outros aspectos da cosmovisão e do ethos africano no Brasil (capoeira, samba, carnaval).

Referências bibliográficas básicas:

AZEVEDO, Thales. Democracia racial. Petrópolis: Vozes, 1975.

BASTIDE, Roger. As religiões africanas no Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira, 1985.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Globo, 2008.

Referências bibliográficas Complementares:

ANJOS, José Carlos Gomes dos. No Território da Linha Cruzada: A Cosmopolítica Afro–Brasileira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Global, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

RAMOS, Arthur. O negro brasileiro. Rio: Graphia, 2001 [1934].

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Periódicos da área:

Nome do componente: Identidade e Relações Interétnicas

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Compreender as relações interétnicas no Brasil. Entender a formação histórica do "encontro" entre indígenas e não-indígenas. Conhecer a dimensão política do "contato". Discutir os processos de luta por reconhecimento dos povos indígenas.

Ementa:

Estudo das relações interétnicas e da identidade étnica focalizando, sobretudo, o Brasil. Examinam-se as noções de "aculturação", "transfiguração étnica", "fricção interétnica", e "situação histórica", assim como os conceitos de "identidade étnica", "etnicidade" e "cultura", "contato interétnico", dimensões da política indigenista e dos movimentos indígenas contemporâneos, e processos contemporâneos de reelaboração étnica entre povos indígenas.

Referências bibliográficas básicas:

GALVÃO, Eduardo. Encontro de Sociedades: Índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OLIVEIRA, João Pacheco. A Viagem de Volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro: ContraCapa Livraria, 1999.

SCHADEN, Egon. Aculturação indígena: ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos indígenas em São Paulo: Pioneira, 1969.

Referências bibliográficas Complementares:

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DAMATTA, Roberto & LARAIA, Roque de Barros. Índios e Castanheiros: A Empresa Extrativista e os Índios no Médio Tocantins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RIBEIRO, Berta G. O índio na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

SANTOS, Sílvio Coelho. Índios e brancos no sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973.

Periódicos da área: .

b) **Ciência Política**

Nome do componente: Poder e Desenvolvimento na Amazônia

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Discutir os processos de poder e desenvolvimento na região amazônica. Problematizar os conceitos de poder e desenvolvimento. Compreender os dilemas que envolvem a região amazônica, no que se refere aos projetos de desenvolvimento. Elencar as problemáticas visualizar entre os projetos de desenvolvimento, o poder local e a cultura e

os povos tradicionais da Amazônia. Conhecer as propostas e estratégias de cooperação e integração dos países amazônicos. Problematizar os discursos de defesa da Amazônia no cenário internacional.

Ementa:

O curso aborda a região Amazônia em sua perspectiva de conflito, envolvendo as dimensões de disputa de poder e projetos de desenvolvimento. Apresenta uma análise sobre a Amazônia brasileira, a partir do regime militar até os dias atuais e, também, situa a região amazônica no cenário regional e internacional.

Referências bibliográficas básicas:

AMARO, R. R. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria », Cadernos de Estudos Africanos [Online], 4 | 2003.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. Novos estudos CEBRAP. Nº 80. São Paulo. Mar-2008. Disponivel em: .

SERRA, Maurício Aguiar; FERNANDEZ, Ramón García Fernández. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. Economia e Sociedade, Campinas, v. 13, n. 2 (23), jul./dez. 2004. p. 107-131.

Referências bibliográficas Complementares:

SAUER, Sérgio & ALMEIDA, W. (Orgs.). Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília; EdUNB, 2011.

BECKER, Bertha. Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CASTRO, Edna. A Amazônia e seu Lugar na Integração Sul-Americana. In. NASCIMENTO, Rubens Martins. Relações Internacionais e Defesa na Amazônia. NAEA/UFPA, 2008.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

ANDRADE DE PAULA, Elder. Sociedade civil internacional e meio ambiente na Amazônia: um estudo do MAP na fronteira trinacional Peru/Brasil/Bolívia. Observatorio Latinoamericano de Geopolítica (online).

CARDOSO, Fernando Henrique. As ideias e seu lugar: ensaio sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993.

Periódicos da área:

Nome do componente: Direitos Humanos

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Dialogar sobre a temática de Direitos Humanos para estudantes da graduação em Ciências Sociais, em especial, da Ciência Política. Expor, de modo dialógico, as temáticas. Propiciar a reflexão, a partir de distintas concepções teóricas, sobre o conteúdo do ementário. Promover a crítica das narrativas estabelecidas, debatendo a discriminação, preconceito e outros aspectos de exclusão social.

Ementa:

Teoria dos Direitos Humanos no Pensamento Antropológico, Sociológico e Político. Direitos Humanos e a evolução histórica. Direitos Humanos e a Política Internacional. O contexto latino-americano e brasileiro. Etnocentrismo, relativismo e multiculturalismo. Políticas Públicas no caso pós-1988. Segurança Pública e Cidadania. Desenvolvimento, exclusão social, desigualdade e pobreza.

Referências bibliográficas básicas:

BOAVENTURA, S. S. Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2014.

HUNT, L. A invenção dos direitos humanos: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Referências bibliográficas Complementares:

FLORES, Joaquín Herrera. A (re) invenção dos direitos humanos. Fundação Boiteux, 2009.

LESBAUPIN, Ivo. As classes populares e os direitos humanos. Petrópolis. 1ª. Edição. Ed. Vozes, 1984.

MARSHALL, T.H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. O direito achado na rua. Brasília. 3ª. Edição. (org) . Ed. UnB, 1990.

Periódicos da área:

Nome do componente: Teorias da Dependência e do Sistema-Mundo

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Contextualizar a criação da Teoria da Dependência a partir dos estudos desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL/ONU); Apresentar a evolução do pensamento dependentista; Analisar as possibilidades e limitações da Teoria do Sistema-Mundo, bem como sua relação com a Teoria da Dependência.

Ementa:

A Teoria do Desenvolvimento e suas limitações para a América Latina. O neomarxismo e a Economia Política Internacional. América Latina para os latino-americanos: o papel político-econômico da CEPAL. Evolução da Teoria da Dependência. Alcances explicativos e limitações teóricas da análise dos sistemas-mundo: centro, periferia e semiperiferia.

Referências bibliográficas básicas:

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América latina: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PREBISCH, Raúl. Dinâmica do desenvolvimento latino-americano. Tradução: Vera N. Pedroso. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. (Perspectivas do nosso tempo).

SANTOS, Theotônio dos. A teoria da dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Referências bibliográficas Complementares:

BRUSSI, Antônio J. E. Semiperiferia: uma revisitação. Brasília: Editora UnB, 2015.

FALETTO, Enzo. Los años 60 y el tema de la dependência. Estudos Avançados, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 109-117, ago. 1998. Disponível em: <>. Acesso em: 24 out. 2017.

PAULA, Jônatas L. M. Curso de Ciência Política: Estado & justiça. 2. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2015. p. 503-514.

PRECIADO, Jaime. América Latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. Cadernos CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 251-265, ago. 2008. Disponível em: <>. Acesso em: 24 out. 2017.

SANTOS, Theotônio dos. Por uma bibliografia sobre a teoria da dependência. Estudos Avançados, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 137-146, ago. 1998. Disponível em: <>. Acesso em: 24 out. 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel et al. Para abrir as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1996.

Periódicos da área:

Nome do componente: Política Internacional Contemporânea

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Analisar acontecimentos internacionais do "pós-Guerra Fria" à luz de conceitos-chave e métodos da Ciência Política; Compreender o papel dos diversos atores no cenário internacional; Discutir temas e notícias atuais da agenda política internacional, especialmente da América Latina e do Brasil.

Ementa:

O poder na política internacional: soberania nacional *versus* anarquia internacional. O pós-Guerra Fria: novos atores, novas ameaças e nova agenda mundial. O papel das Nações Unidas para a manutenção da ordem e da paz internacionais. Novos desafios para um mundo interdependente: migrações, meio ambiente, crises econômicas, terrorismo, segurança cibernética, blocos regionais. Estudos comparados sobre as Américas: aspectos políticos, econômicos, securitários e sociais. O Brasil no século XXI.

Referências bibliográficas básicas:

MEI, Eduardo; SAINT-PIERRE, Héctor L. (Org.). Paz e guerra: defesa e segurança entre as nações. São Paulo Unesp, 2013. (Paz, defesa e segurança internacional).

SEITENFUS, Ricardo. Relações internacionais. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2013.

VIANA, João P. S. L.; VASCONCELLOS, Patrícia M. C. de; MIGUEL, Vinícius V. R. (Org.). Integração sul-americana: desafios e perspectivas. Porto Velho: EdUFRO, 2011.

Referências bibliográficas Complementares:

CASTRO, Marcus F. Política e relações internacionais. Brasília: Editora UnB, 2005. (Relações internacionais).

CERVO, Amado L.; LESSA, Antônio C. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 57, n. 2, p. 133-151, dez. 2014. Disponível em: <>. Acesso em: 24 out. 2017.

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. 2. ed. 38. reimp. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

MARCIAL, Eliane C. Megatendências mundiais 2030: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo? – Contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil. Brasília: IPEA, 2015.

MILANI, Carlos R. S.; MUÑOZ, Enara E.; DUARTE, Rubens de S. D.; KLEIN, Magno. Atlas da política externa brasileira. Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: EDUerj, 2014. Disponível em: <>. Acesso em: 24 out. 2017.

NYE JR, Hoseph S. Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história. 3. ed. Tradução: Tiago Araújo. Lisboa: Gradiva, 2002.

OLIVEIRA, Marcos A. G.; GAMA NETO, Ricardo B.; VILAR-LOPES, Gills. Relações Internacionais Cibernéticas (CiberRI): oportunidades e desafios para os Estudos Estratégicos e de Segurança Internacional. Recife: EDUFPE, 2016. (Defesa & fronteiras virtuais, 3).

PECEQUILO, Cristina S. Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. (Relações internacionais).

TALBOTT, Strobe; CHANDA, Nayan (Org.). A era do terror: o mundo depois do 11 de setembro. Tradução: Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VILLA, Rafael A. Duarte. Formas de influência das ONGs na política internacional contemporânea. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 12, p. 21-33, jun. 1999. Disponível em: <>. Acesso em: 24 out. 2017.

Periódicos da área:

Nome do componente: Política Externa Brasileira.

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Contextualizar e debater as principais diretrizes da política externa brasileira. Analisar a Política Externa Brasileira considerando a influência de fatores sistêmicos e domésticos no comportamento internacional do Brasil. Compreender quais são os atores do sistema internacional e como ocorre o processo decisório na política externa.

Ementa:

Objeto e área de estudo da Política Externa Brasileira. Paradigmas dominantes nas relações internacionais brasileiras. Evolução e fases da Política Externa Brasileira. Estrutura institucional, atores e novos temas da política externa brasileira. Processo Decisório da Política Externa Brasileira.

Referências bibliográficas básicas:

BUENO, C. & CERVO, A. História da Política Exterior do Brasil. Ed. Ática, S. Paulo, 1992.

CEPALUNI, G.; VIGEVANI, T. A Política Externa Brasileira. São Paulo: UNESP, 2011.

Guilhon Albuquerque, José Augusto. Sessenta Anos de Política Externa Brasileira. São Paulo: Cultura/Nupri.

Referências bibliográficas Complementares:

Hirst, M., & Pinheiro, L. (1995). A política externa do Brasil em dois tempos. Revista Brasileira de Política Internacional, 38(1), 5-23.

Malamud, A. (2011). A leader without followers? The growing divergence between the regional and global performance of Brazilian foreign policy. Latin American Politics and Society, 53(3), 1-24.

LAFER, C. Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CERVO, Amado Luiz. O desafio internacional – a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

MOURA, Gerson. Sucessos e ilusões. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

SEITENFUS, Ricardo A.S. O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos (1930-1942). São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

Periódicos da área:

Nome do componente: Política e Governos da América do Sul.

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Fornecer um panorama sobre a política dos governos da América do Sul. Avaliar o contexto sul-americano e a liderança brasileira. Avaliar a conjuntura política dos países da América do Sul. Compreender o modelo econômico, os dilemas do regime de governo e as perspectivas de integração. Apresentar os interesses que configuram a agenda internacional dos países sul-americanos com o Brasil. Compreender o processo de transição democrática na região.

Ementa:

O curso aborda o contexto e configuração das políticas governamentais dos países da América do Sul, em especial, após a década de 1960. Situação político-econômica. Ditadura e Democracia. Diretrizes para o Desenvolvimento. Diretrizes para a Política

Externa. Relações Exteriores com o Brasil. Abordagem com ênfase nos seguintes países: Chile, Uruguai, Paraguai, Argentina, Bolívia, Peru e Venezuela.

Referências bibliográficas básicas:

Bitar, Sergio. Transição, socialismo e democracia. Chile com Allende. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

Duhalde, Eduardo Luis. El Estado terrorista argentino. Quinze años después, una mirada crítica. Buenos Aires: Ed.Universitário de Buenos Aires, 1999.

PRADO, Maria Lígia. O populismo na América Latina. SP, Brasiliense, 1984.

DÉVES VALDÉS, E. O pensamento Latino Americano (1950 – 2000). Buenso Aires: Biblos, 2002. v.2.

CUNHA FILHO, C. M; VIANA, J.P.S.L. A Bolívia no Século XXI: Estado Plurinacional, Mudança de Elites e (Pluri)Nacionalismo. Editora Appris, 2016.

Referências bibliográficas Complementares:

Beired, José Luis Bendicho. Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LOWY, Michel. O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

GALEANO, Eduardo.As veias abertas da América Latina. RJ, Paz e Terra, 1983.

IANNI, Otávio. Imperialismo na América Latina. .RJ, Civ. Bras.,1974.

_____. O Estado populista na América Latina. RJ, Civ. Brasileira, 1974.

ROUQUIÉ, Alain. O Estado militar na América Latina.SP, Alga-Ômega, 1984.

Periódicos da área:

Nome do componente: Desvio, Crime e Política.

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Identificar as diferenças conceituais entre crime e desvio. Avaliar as implicações sociais das políticas de controle ao crime. Discutir as variáveis que criminalizam o indivíduo. Compreender o complexo punitivo da sociedade brasileira. Identificar a natureza política das agências oficiais de controle social. Mostrar a relação entre o Sistema de Justiça Criminal e a estrutura social e política.

Ementa:

O curso aborda as teorias sobre conflitualidade e controle social, no intuito de avaliar as políticas criminais. Visões sócio-política-antropológicas relacionadas à segurança

pública, violência e criminalidade. Criminalidade e violência como um fenômeno social. Crime e Desvio. Concepções sobre o criminoso. O processo de criminalização de condutas. Prevenção e reinserção social do desviante. O uso legítimo da força física. Polícia, Justiça e Prisões. Violência e Segurança pública no Brasil. Criminalidade na sociedade brasileira contemporânea – criminalidade urbana, crime organizado, criminalidade feminina, penitenciarias.

Referências bibliográficas básicas:

KANT DE LIMA, Roberto. Misse Michel MIRANDA, Ana Paula. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia. Revista BIB, No 50, 2000.

Foucault, Michael. Vigiar e Punir – história da violência nas prisões. Editora Vozes, 2000.

Robert. K. Merton. Sociologia: teoria e estrutura. SP: Editora Mestre Social, 1968.

Becker, Howard S. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Referências bibliográficas Complementares:

ADORNO, S. Violência, controle social e cidadania: dilemas da administração da justiça Criminal no Brasil. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.41, 1994, p.101-127.

BIONDI, Karina. Junto e Misturado: uma etnografia do PPP. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

VELHO, Gilberto. O desafio da violência. ESTUDOS AVANÇADOS 14 (39), 2000.

WACQUANT, Loïc. Prisões da Miséria. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

ANIYAR DE CASTRO, Lola. Criminologia da Reação Social. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1983.

Periódicos da área:

Nome do componente: Estado, Governo e Políticas Públicas

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Apresentar o Estado da Arte; Expor as principais contribuições teóricas; Refletir sobre as dimensões do neoliberalismo.

Ementa:

Políticas Públicas e o pós II Guerra. Keynesianismo, Desenvolvimentismo e o Welfare State. As crises fiscais do Estado e o Neoliberalismo.

Referências bibliográficas básicas:

Marques, E. (2013). As políticas públicas na ciência política. Marques, E. e Faria, C. (org.) A Política Pública como campo multidisciplinar. São Paulo: Ed. Unesp/CEM.

Ham, C. e Hill, M. (1993). O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno. Campinas.

SECCHI, L. Políticas Públicas: Conceitos, esquemas, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning. 2013.

Referências bibliográficas Complementares:

SOUZA, C. Política Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias. Porto Alegre, n.16, p.20-45, jun/dez. 2006.

WU, X; RAMESH, M; HOWLLET, M; FRITZEN, S. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. FURTADO, C. (várias edições) Análise do Modelo Brasileiro, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.

EVANS, P. (1980). A Tríplice Aliança: As Multinacionais, as Estatais e o Capital Nacional no Desenvolvimento Dependente Brasileiro, Rio de Janeiro, Zahar Ed.

CARDOSO, F.H. “Estatização e Autoritarismo Esclarecido: Tendências e Limites”, in: Estudos Cebrap no. 15, janeiro-março, 1976.

CASTRO, A.B. (1985). A Economia Brasileira em Marcha Forçada, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.

TAVARES, M.C. e DAVID, M.D. (1982). A Economia Política da Crise: Problemas e Impasses da Política Econômica Brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Vozes/Achiamé.

Periódicos da área:

Nome do componente: Estado e Sociedade Civil

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Dialogar sobre as dinâmicas entre sociedade civil e Estado. Fomentar a discussão sobre as inovações de organizações. Controle social, participação popular e democratização. Conselhos, conferências e participação ativa.

Ementa:

Movimentos Sociais, sindicalismos, organizações políticas. ONGs e Terceiro Setor. Novos Movimentos Sociais. Globalização, Multidão e Altermundialismo.

Referências bibliográficas básicas:

AVRITZER, Leonardo (Org.) Sociedade Civil e Democratização. Belo Horizonte: editora Del Rey

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. 1995. "Estado, sociedade civil e legitimidade democrática". Lua Nova, no.36, pp. 85-104.

COSTA, Sérgio. 1997. "Contextos da construção do espaço público no Brasil". Novos Estudos CEBRAP, n. 47.

Referências bibliográficas Complementares:

Gohn, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. "Sociedade Civil, entre o político-estatal e o universo gerencial". Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol. 18 nº. 52, junho/2003.

Sherer-Warren, Ilse. Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba: Appris, 2012.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1, n. 2, 1986, p. 41-47.

Periódicos da área:

Nome do componente: Política, Sociologia e Direito

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Propiciar o acesso à literatura sobre a temática; Fornecer instrumentais teóricos para a análise do Direito.

Ementa:

Sociologia e Direito. Pensamento sociológico e instituições jurídicas. Sistema de Justiça e Acesso a Justiça.

Referências bibliográficas básicas:

HONNETH, A. "Identidade pessoal e desrespeito: violação, privação de direitos, degradação". in. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2011.

LUHMANN, N. Sociologia do Direito. V. I e II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

Referências bibliográficas Complementares:

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e direito internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002.
RAWLS, John. O direito dos povos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
EIS, F. W. “Direitos humanos e sociologia do poder”, Lua Nova, 15, São Paulo, Oct. 1998, pp. 124-132.
SEN, Amartya. Desigualdade Reexaminada. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
VITA, Álvaro de. “Liberalismo, Justiça Social e Responsabilidade Individual”, Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 4, 2011, pp. 569-608.
Periódicos da área:

c) Sociologia

Nome do componente: Sociologia da Arte
Carga horária: 80 horas
Objetivos:
Compreender a arte como um fenômeno social, as implicações da obra de arte na sociedade. Para isso se analisa principalmente os elementos sociais da produção artística e da recepção do público. Enquanto o primeiro modo privilegia as representações sociais contidas nas obras, para assim compreender quais ideias predominam em uma determinada sociedade, o segundo analisa a reação do público diante das expressões artísticas.
Ementa:
O curso deve abordar as relações entre a arte e a sociedade, tanto do ponto de vista da produção quanto da recepção do público referente a obra artística. O curso pretende através analisar a obra de arte a partir do prisma da sociologia, enfocando questões epistemológicos da arte, a crise do conceito de arte na sociedade contemporânea e as expressões artísticas de vanguarda.
Referências bibliográficas básicas:
ADORNO/HORKHEIMER. A Indústria Cultural: o Esclarecimento como Mistificação de Massas. In Dialética do Esclarecimento. Jorge Zahar Editor.
ARGAN, GIULIO. A Arte Moderna. Companhia das Letras. São Paulo. 1995. Companhia da Letras. São Paulo. 1995.
BASTIDE, Roger. Arte e Sociedade. Companhia Editora Nacional. SP. 1979.
Referências bibliográficas Complementares:

BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: Obras Escolhidas. Ed. Brasiliense. 1985.
FRANCASTEL, P. Problemas da Sociologia da Arte.
GOLDMAN, Lucien. A Sociologia do Romance. Paz e Terra. SP. 1976.
JAMESON, Fredric. Espaço e Imagem. Teorias do Pós-Moderno e outros escritos. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
LUKACS, G. Marxismo e Teoria da Literatura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
Periódicos da área:

Nome do componente: Sociologia do Trabalho
Carga horária: 80 horas
Objetivos:
Apresentar o debate atual sobre as transformações no mundo do trabalho a partir da análise realizada pelos autores da sociologia clássica sobre o tema, passando pelas categorias do fordismo e taylorismo e tratando de temas atuais como a inovação tecnológica no trabalho, a reestruturação produtiva e a precarização do trabalho.
Ementa:
O curso pretende analisar a problemática do trabalho na visão da sociologia de hoje partindo das concepções do trabalho dos autores clássicos da Sociologia (Marx, Durkheim e Weber) e debater as novas configurações do mundo do trabalho, como: os processos de flexibilização e precarização do trabalho, as condições de trabalho no Brasil e as relações de gênero e raça no mundo do trabalho.
Referências bibliográficas básicas:
ANTUNES, Ricardo (e outros). Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos – Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.
CASTEL, Robert. As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes.
DRUCK, Graça; BORGES, Ângela. Terceirização: balanço de uma década. Caderno CRH, Salvador, n. 37, p. 111-139.
Referências bibliográficas Complementares:
FREDERICO, Celso. Crise do Socialismo e Movimento Operário. São Paulo: Cortez, 1994.

GORZ, André. Adeus ao Proletariado: para além do socialismo. Tradução Ângela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle. Estrutura Social, Mobilidade e Raça. São Paulo: Edições Vértice, 1988.

HONNETH, Axel. Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

SILVA, Jair Batista. Racismo e Sindicalismo – reconhecimento, redistribuição e ação política das centrais sindicais acerca do racismo no Brasil (1983-2002). 1. São Paulo: Annablume, 2017.

Periódicos da área:

Nome do componente: Sociologia e Questão Agrária

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Apresentar as principais discussões da sociologia rural, principalmente sobre o campesinato no Brasil e a história da luta pela reforma agrária. Abordar a modernização no campo, as novas ruralidades e as pesquisas sobre o rururbano.

Ementa:

O curso pretende além de revisar os teorias rurais clássicas que abordam a luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no Brasil, tem como objetivo investigar a realidade agrária da atualidade como as questões da expansão da fronteira agrícola, o agronegócio, agroindústria e o fenômeno da urbanização de áreas rurais.

Referências bibliográficas básicas:

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MEDEIROS, L. S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE1989.

Referências bibliográficas Complementares:

ANDRADE, Maristela de Paula & SOUZA FILHO, Benedito (Orgs). Fome de farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. EDUFMA, São Luís, 2006.

BASTOS, E. R. As ligas camponesas. Petrópolis: Vozes, 1984.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. A morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
LAMARCHE, H. (Coord.). A agricultura familiar: comparação internacional. Vol.1. Uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
MARTINS, J. de S. (Org.). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1986.
Periódicos da área:

Nome do componente: Sociedades Indígenas e Quilombolas
Carga horária: 80 horas
Objetivos:
Discutir as condições sociais de vida hoje dos povos indígenas e dos remanescentes de escravos que compõe os quilombos, atentando para o debate sobre os conflitos desses grupos com os interesses econômicos (perda das terras e dos meios de sobrevivência por conta da instalação de empreendimentos capitalistas) e com o Estado (atuando em muitos caso com a iniciativa privada, constrói obras de infraestrutura que acarreta grades danos sociais a essas comunidades tradicionais brasileiras.
Ementa:
O curso pretende abordar as condições sociais de existência das populações tradicionais brasileiras, notadamente as de matrizes indígenas e africanas, observando as condições de vida desses grupos nas aldeias e nos quilombos e as consequências dos investimentos privados e estatais em obras que colocam em risco a sobrevivência dessas populações.
Referências bibliográficas básicas:

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. Revista ESTUDOS AVANÇADOS 13 (36), 1999.

PEREIRA, P. P. S. et al. Política de Atenção a Integral a Saúde Mental das Populações Indígenas de Porto Velho/RO: a voz das lideranças. Revista tempus actas de saúde coletiva, v. 7 n.4, 2013.
SILVA, Aracy Lopes da & FERREIRA. M. K. L. (Orgs.). Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001.
Referências bibliográficas Complementares:

ACEVED, Rosa. Edna & CASTRO, E. Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios. Belém: UFPA/NAEA,1998.

ADAMS, Cristina.; MURRIETA, Rui. & NEVES, Walter. (orgs.) Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos (org.). Biodiversidade e os Saberes Tradicionais no Brasil, NUPAUB-USP, CNPq, São Paulo, 1999.

THOMAS, KEITK. O Homem e o Mundo Natural. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TREVIZAN, Salvador (org.). Comunidades Sustentáveis. Ilhéus, BA: Editus, 2006.

VIANA, Lucila. De Invisíveis a Protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Anablume, Fapsp, 2008.

Periódicos da área:

Nome do componente: Estratificação e Desigualdades Sociais

Carga horária: 80 horas

Objetivos:

Analisar as teorias de estratificação e estrutura social, observando as diferentes conceituações de classe social, mobilidade social e de relação entre as classes. Apresentando a situação do Brasil como paradigmática quando se trata do tema da desigualdade social, e nesse sentido analisar as políticas públicas voltadas para o combate da desigualdade na sociedade brasileira contemporânea.

Ementa:

O curso pretende abordar o a questão dos estratos da sociedade e a sua relação com problema da desigualdade social. A disciplina deve apresentar as concepção sobre estratificação e analisar as causas e consequências da desigualdade social, em especial a realidade brasileira, na qual se observa a persistência das desigualdades sociais ao longo da história do Brasil.

Referências bibliográficas básicas:

AGUIAR, Neuma (Org.). Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. Estrutura de posições de classe no Brasil. Belo Horizonte, Editora UFMG/IUPERJ, 2002.

MEDEIROS, Marcelo. O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira. São Paulo: Hucitec, 2005.

Referências bibliográficas Complementares:

ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELO BRANCO, Maria Teresa. Jovens Sem Terra: identidades em movimento. Curitiba: Ed. da UFPR, 2003.

HASENBAG, Carlos; SILVA, Nelson Valle. Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

MOORE, W. e DAVIS, K. Alguns princípios de estratificação. In: VELHO, O. *et al*. Estrutura de classe e estratificação social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

Periódicos da área:

g) Informar alterações da matriz curricular (caso haja)

Esta é uma Matriz Curricular nova, motivo pelo qual não há alterações.

h) Descrição dos requisitos para integralização de currículo

Quadro demonstrativo da integração curricular

Componente Curricular	**Carga Horária**
Obrigatórios Específicos	1.840
Obrigatórios da Formação Pedagógica	640
Livre	80
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento	200
Estágio Supervisionado em Prática de Ensino	400
TCC	80
Total	**3.240**

i) Descrição da avaliação do curso pelo ENADE

O Curso tem se submetido regularmente ao Exame Nacional Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE), conforme determina a Lei n. 10.861/2004.

j) Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento

De comum acordo com o dispositivo legal, as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento são aquelas de cunho Acadêmico-Científico-Cultural que

constituem o núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação do(a) discente em:

a) seminários e estudos curriculares, projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, participação orientada ou sob supervisão de um professor do DCS;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas, de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas neste PPP e em normas a este Departamento vinculantes; e

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar-se, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

As Atividades Complementares são reguladas conforme Regimento próprio, previsto no Apêndice C deste Projeto.

A distribuição da carga horária deste componente curricular pode ser visualizada nas subseções “2.8.1” e “2.8.2”.

k) O Regulamento específico do Trabalho de Conclusão de Curso

Os critérios para a realização do TCC estão definidos no Regimento de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Licenciatura em Ciências Sociais, no Apêndice E.

l) Regulamento específico de Estágios:

Além da legislação em vigor, o Estágio Supervisionado em Prática de Ensino, obedecerá às Normas do Regimento de Estágio Supervisionado, conforme Apêndice C, *infra*.

m) Descrição sobre a articulação entre a teoria e a prática, entre ensino pesquisa e extensão.

Como já se informou, na alínea “j” desta subseção, praticamente todas as disciplinas têm uma dimensão prática, como determina a lei, a qual envolve tanto extensão, no sentido do oferecimento de atividades pedagógicas à população, quanto pesquisa, por meio de atividades sobre o objeto de conhecimento de cada disciplina.

Outras atividades envolvem pesquisa e extensão, tais como as Semanas de Ciências Sociais, Encontros Acadêmicos, Seminários Científicos, projetos de pesquisa e programas de extensão oferecidos pelo DCS e seus Grupos e Laboratórios de Pesquisa.

Em se tratando da relação teoria-prática, os componentes curriculares já são assim concebidos, de modo que o(a) docente atenda a esse critério, conforme se encontra na subseção “2.8.2”.

2.8 Representação gráfica do perfil de formação

O Plano de integralização da carga horária deve ser feita a partir de uma Representação Gráfica da possibilidade formativa do curso, explicitando o percurso da integralização da carga horária: plano de integralização da carga horária do curso. Essa informação é valiosa para análise do currículo do curso e para o discente.

2.8.1 Fluxogramas da Matriz Curricular por Núcleo, de acordo com Resolução n. 2, de 1º de julho de 2015

Quadro *4*Matriz Curricular do Curso (por Núcleo)

Período	**Componente Curricular**				
1º	Filosofia	Introdução à Antropologia	Introdução à Ciência Política	Introdução à Sociologia	Produção de Textos Científicos em Língua Portuguesa
2º	Epistemologia das Ciências Sociais	Antropologia I	Ciência Política I	Sociologia I	Produção de Científica em Ciências Sociais
3º	Libras	Antropologia II	Ciência Política II	Sociologia II	Gênero e Sexualidade
4º	Relações Étnico-Raciais afro-brasileira e indígena	Antropologia III	Ciência Política III	Sociologia III	Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais
5º	História da Educação	Economia Política	Pensamento Social Brasileiro	Metodologia Qualitativa em Ciências Sociais	Didática
6º	Filosofia da Educação	Sociologia da	Política e Legislação	Estágio Supervisionado	Avaliação Educacional

		Educação	Educacional	em Prática de Ensino I	
7º		Antropologia da Amazônia	Gestão Educacional	Estágio Supervisionado em Prática de Ensino II	Optativa Livre
8º			Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento	Estágio Supervisionado em Prática de Ensino III	TCC

Legenda:
1- Núcleo de Estudos de Formação Geral (Comum a Bacharelado e Licenciatura): 1.840 h.
2- Núcleo de Aprofundamento e Diversificação da Área de Atuação Profissional: 1.200 h.
3- Núcleo de Estudos Integradores: Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento: 200 h.
Carga horária total: 3.240 h.

2.8.2 Matriz Curricular e Periodização – Licenciatura em Ciências Sociais

Quadro *5*Matriz Curricular e Periodização do Curso

Tipo	Código	Nome da Disciplina	Créditos	Carga Horária (h)		
				Teórica	Prática	Total
1º Período						
OB	CSO00611	Filosofia	4	60	20	80
OB	CSO00301	Introdução à Sociologia	4	60	20	80
OB	CSO00101	Introdução à Antropologia	4	60	20	80
OB	CSO00201	Introdução à Ciência Política	4	60	20	80
OB	CSO00621	Produção de Textos Científicos em Língua	4	60	20	80
2º Período						
OB	CSO00632	Epistemologia das Ciências Sociais	4	60	20	80
OB	CSO00102	Antropologia I	4	60	20	80
OB	CSO00202	Ciência Política I	4	60	20	80
OB	CSO00302	Sociologia I	4	60	20	80
OB	CSO00642	Produção Científica em Ciências Sociais	4	60	20	80
3º Período						
OB	CSO00303	Sociologia II	4	60	20	80
OB	CSO00103	Antropologia II	4	60	20	80
OB	CSO00203	Ciência Política II	4	60	20	80
OB	CSO00615	Gênero e Sexualidade	4	60	20	80
OB		Libras	4	60	20	80
4º Período						
OB	CSO00304	Sociologia III	4	60	20	80
OB	CSO00104	Antropologia III	4	60	20	80
OB	CSO00204	Ciência Política III	4	60	20	80
OB	CSO00684	Relações Étnico-Raciais Afro-Brasileira e Indígena	4	60	20	80
OB	CSO00674	Metodologia Qualitativa em Ciências Sociais	4	60	20	80
5º Período						
OB		História da Educação	4	60	20	80
OB	CSO00625	Economia Política	4	60	20	80
OB	CSO00653	Pensamento Social Brasileiro	4	60	20	80

OB	CSO00695	Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais	4	60	20	80
OB		Didática	4	60	20	80
6º Período						
OB	FIS31021	Filosofia da Educação	4	60	20	80
OB		Sociologia da Educação	4	60	20	80
OB		Política e Legislação Educacional	4	60	20	80
OB		Estágio Supervisionado I	4	60	20	80
OB		Avaliação Educacional	4	60	20	80
7º Período						
OB	FIS31012	Estágio Supervisionado II	8	40	120	160
OB		Antropologia da Amazônia	4	60	20	80
OB		Gestão Educacional	4	60	20	80
		Optativa Livre	4	60	20	80
8º Período						
OB	FIS31014	Estágio Supervisionado III	8	40	120	160
OB		TCC	4	80		80
OB		Atividades Teórico-Práticas de	10	200		200
Carga horária total (h):						**3.240**

Notas:

1. Enade: considerado componente curricular obrigatório sem atribuição de crédito;
2. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015,** art. 13: Carga Horária Total: 3.200 horas; Prática como Componente Curricular: 400 horas; Estágio Supervisionado: 400 horas; Núcleos I e II:
3. 2.200 horas; Dimensão Pedagógica das Licenciaturas: 5ª Parte da Carga Horária Total; Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento: 200 horas; e
4. **Dados do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UNIR**: Carga Horária Total: 3.240 horas; Prática como Componente Curricular: 640; Estágio Supervisionado: 400 horas; Núcleos I e II: 3.040 horas; Dimensão Pedagógica da Licenciatura: 960 (incluindo estágio); e Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento: 200 horas.

2.9 Avaliação

O Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Rondônia procederá a uma contínua avaliação do desempenho dos Cursos, tanto o Bacharelado, quanto a Licenciatura, buscando sistematicamente a sua atualização e aperfeiçoamento, de acordo com as normas internas estabelecidas, no âmbito das instâncias decisórias da UNIR, bem como de acordo com as normas externas, quer emanadas do Conselho Nacional de Educação, quer do Ministério da Educação.

2.9.1 Avaliação institucional

A avaliação institucional é uma prática social na UNIR, executada por Comissão Própria de Avaliação, de modo presencial e eletrônico, da qual todos os servidores da Instituição participam.

As orientações, normas e procedimentos estão contidas no Projeto de Avaliação Institucional Interna Ciclo Avaliativo 2015 – 2018, que se fundamenta nas:

> [...] orientações legais contidas na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, Portaria MEC nº 2.051, de 09 de junho de 2004, Instruções Normativas INEP decorrentes em especial, das normativas preconizadas na Portaria Normativa nº 40, de 2007, com redação dada pela Portaria Normativa 24, de 2012 e Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006, com alteração dada pelo e Regimento da CPAv disposto pela Resolução 021/2013,CONSUN,UNIR.

Sendo assim, é por este Projeto que a avaliação institucional da Universidade Federal de Rondônia se orienta. Maiores informações podem ser acessadas pelo link: .

2.9.2 Avaliação e autoavaliação do Curso de Ciências Sociais

Além dos procedimentos institucionais encontrados no link acima, que regem tanto a forma interna de avaliação do Curso, quanto a externa, para fins de aprimoramento da metodologia de avaliação do Curso se terá como parâmetro o desempenho dos alunos no ENADE, associado à avaliação semestral, pelos estudantes, por sistema eletrônico, e à avaliação anual realizada, em reunião especialmente convocada para esse fim, com os professores do Curso. Além disso, anualmente, por ocasião da Semana de Ciências Sociais, haverá uma Mesa especificamente programada para a discussão da temática. Para completar tal processo, far-se-á proposição à administração superior para a construção de software para a implantação de um Sistema eletrônico de Acompanhamento dos Egressos, pelo qual os próprios egressos, com seu número originário de matrícula, alimentarão o sistema.

2.9.3 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

No caso da avaliação do processo ensino-aprendizagem, o Departamento de Ciências Sociais tem, historicamente, tomado por base a Lei n. 9.394/1996 e as regulamentações aprovadas pelo Conselho Superior da UNIR.

Além disso, o processo ensino-aprendizagem é uma pauta constante das reuniões do NDE, sempre no sentido de orientar os professores para que procedam avaliação desse processo tentando equacionar os objetivos da disciplina aos objetivos do Curso, apoiados por instrumentos avaliativos, que atendam à natureza da disciplina, pela escolha de métodos apropriados aos conteúdos e atividades, bem como às condições socioculturais de existência dos alunos.

2.9.4 Informações para Sistema E-mec

Essa informação se encontra no formulário do Anexo A.

3 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO

3.1 Gestão administrava e acadêmica do curso

a) Dados atualizados do Chefe e Vice-Chefe de Departamento do curso.

Chefe do Departamento de Ciências Sociais: Luis Fernando Novoa Garzon

CPF: 005.274.436-55

Titulação: Doutor.

Formação: Graduação em Ciências Sociais pela Faculdade Católica Madre Gertrudes de São José (1990). Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2015).

Perfil: Tem experiência nas áreas de Sociologia e Ciência Política. Pesquisador nos seguintes temas: integração dos povos, instituições financeiras, justiça e meio ambiente. Planejamento urbano e regional com foco em estruturas de transformação do Estado, a partir de sua interface com o mercado.

Atuação: Atuou, entre 2002 e 2009, em Grupos de Trabalho da REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos) e da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Atualmente é Membro da RBJA (Rede Brasileira por Justiça Ambiental) e da Rede Jubileu Sul. Coordena o Grupo de Pesquisa “Justiça Ambiental e Cartografia Social na Amazônia” na UNIR e é um dos coordenadores do Programa de Pesquisa “BNDES: grupos econômicos, setor público e sociedade civil no contexto nacional e internacional”, vinculado ao Laboratório ETTERN (Estado, Território, Trabalho e Natureza) do IPPUR/UFRJ.

Vice-Chefe do Departamento de Ciências Sociais: Sérgio Luiz de Souza

CPF: 136.618.638-77.

Titulação: Doutor.

Formação: Graduação em Engenharia Química pela Universidade de Ribeirão Preto (1992). Graduação em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá (1996). Mestrado em Sociologia (2005) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010).

Perfil: Tem experiência na área de Antropologia, Sociologia e História. Pesquisador nos seguintes temas: Antropologia urbana, Cultura e História afro-brasileira e africana, História do Brasil Império e República, sociologia, memória, processos identitários, relações de poder e dinâmica sociocultural.

Atuação: Desde 2005 atua como docente em projetos de formação para professores das redes estadual e municipal. Profere palestras e minicursos em diversas instituições no Brasil e no exterior. Tem experiência na área de Antropologia, Sociologia e História. É pesquisador associado do Centro de Estudos das Línguas e Culturas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN), do Laboratório de Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diversidade (LEAD) e do Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão (NUPE), grupo de trabalho de Araraquara. Foi fundador-coordenador do Catavento: Redes e Territórios de Culturas e Identidades, grupo de estudos do CLADIN/LEAD/NUPE.

b) Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

O NDE do Curso de Ciências Sociais, campus de Porto Velho, constitui-se de 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente efetivo do Departamento de Ciências Sociais, todos com titulação acadêmica de pós-graduação *stricto sensu*, sendo, pelo menos, 03 (três) dos membros em regime de Dedicação Exclusiva. Os membros são escolhidos por estudantes e professores, em voto secreto e direto, sob a organização e fiscalização de Comissão Eleitoral específica, na forma legal pertinente, e nomeados por resolução do Conselho do Departamento de Ciências Sociais.

Deve ser evitado que o professor Chefe do Departamento de Ciências Sociais participe do NDE, para evitar que aspectos meramente políticos se confundam com a função estritamente pedagógica do NDE (Conforme Parecer CONAES N. 4, de 17. 06.2010).

De acordo com a PORTARIA Nº 77/NCH/UNIR, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017, são membros do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Sociais, sediado no campus de Porto Velho os seguintes docentes:

- Prof. Dr. Luis Fernando Novoa Garzon, presidente;
- Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel, membro;
- Prof. Dr. Estevão Rafael Fernandes, membro;
- Prof. Dr. Sérgio Luiz de Souza, membro;

- Prof.ª Dra. Arneide Bandeira Cemin, membro;
- Prof. Dr. Gills Vilar Lopes, suplente; e
- Prof. Dr. Humberto Alves da Silva Júnior, suplente.

c) Do perfil dos membros do NDE

Conforme Portaria nº 147, de 02 de fevereiro de 2007, e Parecer CONAES n. 4, de 17.06.2010 os professores do NDE deverão ter:

- Titulação em nível de pós-graduação stricto sensu;
- Regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao Curso;
- Experiência docente;
- Seja conhecido pela sua luta pessoal no sentido de construir um Curso melhor;
- Ter liderança acadêmica e presença efetiva no desenvolvimento do curso, percebidas na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição.

d) Renovação do NDE

Mandato de 04 (quatro) anos, com estratégia de renovação parcial, para dar continuidade no pensar do curso. No quarto ano de mandato, abrem-se 02 (duas) vagas para o cargo, que hão de ser supridas por via do voto; no sexto ano, mais duas vagas se abrem e assim, sucessivamente. Sendo que, no primeiro mandato, 02 (dois) membros terão, certamente, um mandato de 06 (seis) anos. Cada membro poderá ser reconduzido ao cargo indefinidamente, se assim, a comunidade acadêmica, pelo sistema de voto secreto e direto, entender (Conforme Parecer/CONAES n. 4, de 17.06.2010).

e) Da exoneração de membro do NDE

Será demitido do NDE, por proposta expressa do presidente do Núcleo e apreciação e deliberação de todos os conselheiros do DNE, o professor-membro que:

- Perder o vínculo institucional com o Curso de Ciências Sociais ou interromper, temporariamente, de fato ou de direito, o desempenho de suas atividades acadêmicas no Curso de Ciências Sociais;
- Deixar de cumprir as tarefas que lhe forem atribuídas, na conformidade de suas funções regulamentares.

f) Das atribuições do NDE

- Propor e realizar a formulação ou a reformulação do Projeto Político-Pedagógico do Curso e submetê-la a apreciação do Conselho do Departamento de Ciências Sociais, com a necessária fundamentação;
- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico do Curso, propondo as correções que se fizerem necessárias ao seu melhor cumprimento;
- Zelar para que se torne efetivo, no âmbito da do Curso de Ciências Sociais, o princípio da unidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Definir parâmetros com vistas a apreciar e avaliar os Planos de Ensino elaborados pelos Professores do curso, apresentando sugestões de melhoria, com a assessoria da Coordenação Pedagógica do Curso;
- Propor situações e recursos de aprendizagem que colaborem com o processo de ensino e aprendizagem de competências e habilidades, conjuntamente, com a Coordenação Pedagógica do Curso;
- Avaliar o perfil profissional do egresso e a performance pedagógica do curso; conjuntamente, com a Coordenação Pedagógica do curso;
- Coordenar os processos internos de avaliação do PPP e do Curso de Ciências Sociais.

g) Da escolha do Coordenador do NDE

O Coordenador do NDE será eleito pelos seus membros.

h) Das atribuições do Presidente do NDE

- Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive de qualidade;
- Representar o NDE junto aos demais órgãos da UNIR;
- Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE; e

- Coordenar a integração do NDE com os demais Colegiados e órgãos da UNIR.

i) Da forma e instrumentos de realização das atividades do NDE

O NDE realizará suas atribuições através de atividades de fiscalização, avaliação e controle, relativos ao fiel cumprimento do PPP, propostas de projetos de cursos, de disciplinas e outros instrumentos de atualização do Curso, propostas de alteração do Projeto Político-Pedagógico, tendo como suporte informador e realizador (instrumentos de realização de suas atividades, como relatórios, pesquisas e outros) a chefia do Departamento de Ciências Sociais e as Coordenações do Curso de Ciências Sociais.

j) Das Sessões ordinárias e extraordinárias do NDE

Os membros do NDE se reunirão em sessão ordinária, a cada (30) trinta dias, em datas a serem designadas pelo próprio Conselho do NDE. Os membros se reunirão, extraordinariamente, a qualquer tempo:

- A pedido do Presidente do Conselho do Departamento de Ciências Sociais, em requerimento fundamentado;
- Por convocação do Coordenador do NDE, ou
- A pedido de, pelo menos, 03 (três) membros do NDE ao Coordenador do NDE.

As Sessões Extraordinárias do NDE serão convocadas, sempre, para apreciar matéria específica ou considerada de urgência.

As deliberações do NDE serão sempre por maioria absoluta de votos. Cada membro tem direito a um voto; os votos são paritários, sendo que o Presidente do NDE tem voto de desempate, quando couber.

Das deliberações do NDE caberá recurso ao Conselho do Departamento de Ciências Sociais.

k) Das alterações e atualizações que visem à melhoria contínua do PPP e do Curso

O NDE, quando das alterações e atualizações que vier a fazer no PPP, observará o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Regimento Interno da UNIR e as demais legislações pertinentes; tomará como referência as observações registradas pelos membros do NDE a respeito do Curso, os registros realizados pelos serviços de Ouvidoria, os registros de atendimento feitos pelo Chefe do Departamento, as avaliações externas relacionadas ao ensino superior, as

exigências do ensino-aprendizagem, a Política Nacional de Educação Superior e as demandas da sociedade.

l) Da Comissão de Acompanhamento do desempenho do PPP (Comissão de Curso – item 2.9.1, da Resolução n. 278/CONSEA, de 04.06.2012):

O Conselho do departamento de Ciências Sociais criará a Comissão de Acompanhamento do desempenho do PPP – CADPPP, que será composta de 04 (quatro) professores-membros; cada professor-membro com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos; será o Órgão Executivo do NDE e terá a finalidade de:

a) Exigir que a entrega dos Formulários de Avaliação Discente e os Relatórios semestrais dos Professores sejam feitas nas datas previstas;

b) Tomar providências para que os estudantes e os professores faltosos entreguem seus formulários e relatórios, respectivamente, devidamente preenchidos no prazo que a CADPPP determinar;

c) Comunicar ao NDE os casos de não entrega dos Formulários e Relatórios mencionados;

d) Fazer análise dos Formulários e Relatórios e encaminhar a Análise Conclusiva ao NDE, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do final das rematrículas;

e) Acompanhar a execução do PPP, analisando suas deficiências, na prática, e encaminhando ao NDE;

f) Participar, como sujeito ativo, de todos os eventos no sentido de acompanhar a execução do PPP, de atualizá-lo ou lhe promover qualquer alteração.

m) Relação de todos os docentes do Curso (item 2.9.1 Res. 278/CONSEA):

Nome completo	CPF	E-mail	Tel.	Titulação máxima	Função – Docente Docente/Tutor	Regime de trabalho (integral – DE ou T40) (parcial - T20)	Vinculo empregatício – Estatutário CLT Outros
Adilson Siqueira de Andrade		adilson@unir.br		Me.	Chefe de Gabinete	T-40-DE	Estatutário
Antônio Carlos Maciel	100.141.952-91	acmaciel@unir.br	(69)999939381	Dr.	Docente	T-40-DE	Estatutário
Ari Miguel Teixeira Ott		ariott@unir.br	(69)9994-8007	Dr.	Reitor	T-40-DE	Estatutário
Arneide Bandeira Cemin	551.352.267-53	cemin@unir.br	(69) 992449762	Drª.	Docente	T-40-DE	Estatutário
Barby de Bittencourt Martins	007.828.430-93	barby@unir.br	(69) 9950-2424	Me.	Docente	T-40-DE	Estatutário
Djanilson Amorim da Silva	797.848.104-25	ninnoamorim@unir.br	(83) 998406840	Me.	Docente	T-40-DE	Estatutário
Estevão Rafael Fernandes	879.404.771-53	estevao@unir.br	(69)98126-7869	Dr.	Docente	T-40-DE	Estatutário
Gills Vilar Lopes	050.226.024-66	gills@unir.br	69 99298-5614	Dr.	Docente	T-40-DE	Estatutário
Humberto Alves Silva Júnior	897.452.725-15	humbertoalves@unir.br	(69) 3224-2082	Dr.	Docente	T-40-DE	Estatutário
João Paulo Saraiva Leão Viana	643.530.283-91	joaopauloviana@unir.br	(69)98120-1275	Me.	Docente	T-40-DE	Estatutário
Jorge Luiz Coimbra de Oliveira		jorge@unir.br		Dr.	Pró-Reitor	T-40-DE	Estatutário
Luis Fernando Novoa Garzon	005.274.436-55	l.novoa@unir.br	(69)98815-9454	Dr.	Chefe do Departamento	T-40-DE	Estatutário
Maria Berenice Alho da Costa Tourinho	111.993.772-87	kang@unir.br	(69) 98101-8888	Drª.	Docente	T-40-DE	Estatutário
Patrícia Mara Cabral de Vasconcellos	304.975.278-55	pvasconcellos@unir.br	(69) 99208-5889	Drª.	Docente	T-40-DE	Estatutário
Sérgio Luiz de Souza	136.618.638-77	sergiosouza@unir.br	(69) 993644264	Dr.	Vice-Chefe do Departamento	T-40-DE	Estatutário
Vinicius Valentin Raduan Miguel	783.960.002-63	viniciusmiguel@unir.br	69 9984-0422	Me.	Docente	T-40	Estatutário

Nome completo	SIAPE	Depto. de origem	Disciplina que ministra no Curso	Experiência Profissional, excluída as atividades de magistério (anos)	Experiência no exercício da docência na educação básica (anos)	Experiência de magistério superior (anos)	Link do Currículo Lattes
Adilson Siqueira de Andrade			Antropologia				http://lattes.cnpq.br/2244052183335413
Antônio Carlos Maciel	03966321	DCS	Educação	3	9	28	http://lattes.cnpq.br/8865923724231718
Ari Miguel Teixeira Ott			Antropologia				http://lattes.cnpq.br/6344056419837518
Arneide Bandeira Cemin	0396637	DCS	Antropologia	5	1	27	http://lattes.cnpq.br/5661232495592399
Barby de Bittencourt Martins	2116148	DCS	Sociologia	1a9m	3a3m	3	http://lattes.cnpq.br/9941406369748590
Djanilson Amorim da Silva	1715483	DCS	Antropologia	10	0	10	http://lattes.cnpq.br/0240525805978430
Estevão Rafael Fernandes	1627821	DCS	Antropologia	2	0	10	http://lattes.cnpq.br/9325979084800204
Gills Vilar Lopes	1066022	DCS	Ciência Política	5	0	1a6m	http://lattes.cnpq.br/9334674406341967
Humberto Alves Silva Júnior	1168223	DCS	Sociologia	0	1	15	http://lattes.cnpq.br/1995050914277353
João Paulo Saraiva Leão Viana	078217	DCS	Ciência Política	7	0	11	http://lattes.cnpq.br/8707855201746217
Jorge Luiz Coimbra de Oliveira			Sociologia				http://lattes.cnpq.br/6101743767405151
Luis Fernando Novoa Garzon	152207	DCS	Sociologia	9	0	17	http://lattes.cnpq.br/6969099594370398
Maria Berenice Alho da Costa Tourinho	396833	DCS	Sociologia	7	0	30	http://lattes.cnpq.br/4006949610964277
Patrícia Mara Cabral de Vasconcellos	1671367	DCS	Ciência Política	0	0	10	http://lattes.cnpq.br/3571585131621064
Sérgio Luiz de Sousa	0814364	DCS	Sociologia	10	12	12	http://lattes.cnpq.br/6942919779989586
Vinicius Valentin Raduan Miguel	1820324	DCS	Ciência Política	10	1a6m	8	http://lattes.cnpq.br/2295162764916093

3.2 RECURSOS HUMANOS

3.2.1 Corpo docente

Listagem dos docentes lotados na unidade de funcionamento do Curso e sua formação:

Quadro *6*Docentes lotados no DCS-UNIR (2018)

NOME	FORMAÇÃO
Adilson Siqueira de Andrade	Graduação: Filosofia e Teologia Mestrado: Antropologia Doutorado: Ciência da Informação (cursando)
Antônio Carlos Maciel	Graduação: Filosofia e Pedagogia Mestrado: Educação Doutorado: Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
Ari Miguel Teixeira Ott	Graduação: Medicina Mestrado: Antropologia Doutorado: Ciências Humanas
Arneide Bandeira Cemin	Graduação: História Mestrado: Sociologia Doutorado: Antropologia Social
Barby de Bittencourt Martins	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Ciências Sociais Doutorado: Sociologia (cursando)
Djanilson Amorim da Silva	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Sociologia Doutorado: Antropologia (cursando)
Estevão Rafael Fernandes	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Antropologia Doutorado: Estudos Comparados Sobre As Américas
Gills Vilar Lopes	Graduação: Relações Internacionais Mestrado: Ciência Política Doutorado: Ciência Política
Humberto Alves Silva Júnior	Graduação: Ciências Sociais e Filosofia Mestrado: Sociologia Doutorado: Ciências Sociais
João Paulo Saraiva Leão Viana	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Relações Internacionais Para a América do Sul Doutorado: Ciência Política (cursando)
Jorge Luiz Coimbra de Oliveira	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Ciências Políticas e Sociais Doutorado: Sociologia
Luis Fernando Novoa Garzon	Graduação: Mestrado: Doutorado: Planejamento Urbano e Regional
Maria Berenice Alho da Costa Tourinho	Graduação: Serviço Social Mestrado: Serviço Social Doutorado: Psicologia Social e do Trabalho
Patrícia Mara Cabral de Vasconcellos	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Relações Internacionais Doutorado: Relações Internacionais
Sérgio Luiz de Sousa	Graduação: História e Engenharia Química Mestrado: Sociologia Doutorado: Sociologia
Vinícius Valentin Raduan Miguel	Graduação: Ciências Sociais e Direito Mestrado: Ciência Política Doutorado: Ciência Política (cursando)

Perfil desejado dos docentes:

O curso necessita de docentes com formação na área de Ciências Sociais, tanto na graduação quanto na pós-graduação stricto sensu.

Perfis dos docentes já existentes na IES:

Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Comissão do Curso:

NOME	FUNÇÃO
Luis Fernando Novoa Garzon	Presidente
Arneide Bandeira Cemin	Membro
Antônio Carlos Maciel	Membro
Estevão Rafael Fernandes	Membro
Sérgio Luiz de Souza	Membro
Gills Vilar Lopes	Suplente
Humberto Alves da Silva Júnior	Suplente

Necessidades de contratação:

Para a garantia do funcionamento do curso conforme planejado, o curso de ciências sociais necessita da contratação de docentes (T-40 DE), em função do atendimento a outros cursos do campus, de acordo com as especificações no quadro abaixo:

	Ciências Sociais ou Antropologia	Doutorado em Antropologia ou áreas afins	Pelo menos dois docentes
	Ciências Sociais ou Ciência Política	Doutorado em Ciência Política ou áreas afins	Pelo menos dois docentes
	Ciências Sociais ou Sociologia	Doutorado em Sociologia ou áreas afins	Pelo menos quatro docentes

Necessidades e ações de qualificação do corpo docente:

O corpo docente possui qualificação adequada ao funcionamento do curso de ciências sociais. O percentual de docentes com formação em áreas afins é suficiente para a garantia da interdisciplinaridade desejada.

O curso realiza o planejamento anual de qualificação, com as devidas previsões de afastamentos para cursos de aprimoramento nos vários níveis da pós-graduação.

Possibilidade de compartilhamento com docentes de outros cursos e/ou Campus:

Algumas disciplinas do curso são atendidas por docentes de outros departamentos.

Devem-se descrever as formas de atendimento ao docente, se houver na UNIR.

3.2.2 Corpo discente

O corpo discente será composto por pessoas que concluíram o ensino médio e com interesse na formação na área de Ciências Sociais. Em relação ao apoio estudantil, a Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis – PROCEA desenvolve projetos com o objetivo de promover o acesso e a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade. Tais políticas acadêmicas possibilitam o sucesso e a qualidade aos estudantes de graduação, bem como, fomentam políticas de Ações Afirmativas com o intuito de integração e "inclusão" de grupos excluídos por razões sociais e econômicas, garantindo o acesso à Educação Superior.

Quanto às atividades de extensão e cultura, a PROCEA desenvolve políticas específicas, quais sejam: Prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população; associação de processo educativo com as ações culturais e científicas aplicadas à realidade encontrada; com o intuito de socializar o conhecimento e promover o "diálogo" entre o saber científico e outras formas de conhecimento na promoção da dignidade da vida e da solidariedade entre as pessoas. O estudante matriculado no curso deve construir e manter uma postura crítica, autônoma e colaborativa durante o processo de aprendizagem.

3.2.3. Técnicos Administrativos:

O DCS possui o apoio técnico-administrativo, nos quadros abaixo:

	Formação	**Titulação**	**Siape**
	Nível Médio	----------	19956827

	Formação	**Titulação**	**CPF**
	Nível Médio	----------	014.555.282-93

Quadro de Necessidade de Técnicos

	Pedagógica	Especialização	Pelo menos um

4 INFRAESTRUTURA

O DCS conta as seguintes instalações no momento da implementação do curso de Ciências Sociais:

a) Departamento de Ciências Sociais

Descrição	Localização	Quant.	Área
Sala da Coordenação do Curso			
Sala de professores	Bloco 2C, Salas122 e 124	02	35 m²

b) Salas de Aula da Graduação

Descrição	Localização	Quant.	Área
Salas de aula com capacidade para 50 alunos	Prédio Bloco 1E Salas 101, 102, 103, 104 e 105	05	65 m²
Acordo para cessão de uso no período noturno.			

c) Laboratório de Informática

Descrição	Quant.	Área
Sala com 30 computadores Desktop com monitor, equipados com internet, mouse, rede wireless, um Datashow, quadro branco, duas centrais de ar-condicionado, mesas disponíveis para notebooks, localizado no Prédio Diretoria de Educação à Distância-DIRED.	01	120 m²
Acordo para cessão de uso, com o Departamento de Ciências da Computação.		

d) Auditório

Descrição	Quant	Área
Auditório do Prédio Universidade Aberta – UAB, com capacidade para 100 pessoas.	01	m²

a) Descrição da estrutura administrativa do Curso:

- Chefe de Departamento;
- Vice-Chefe de Departamento;
- Auxiliar Administrativo; e
- Estagiário.

Conselho do Departamento de Ciências Sociais (CONDEP):

Consoante art. 27 do (UNIR), o Conselho do Departamento de Ciências Sociais é o órgão consultivo e deliberativo do Departamento de Ciências Sociais (DCS), o qual se compõe de:

- Todos os docentes lotados no DCS;
- Representantes estudantis, na proporção estabelecida em lei, matriculados regularmente nos cursos vinculados ao DCS, com mandato de um ano, permitida a recondução; e
- 1 (um) representante técnico-administrativo vinculado ao DCS.

As Presidência e Vice-Presidência do Conselho Departamental são exercidas, respectivamente, pelo Chefe e pelo Vice-Chefe do DCS, cujo presidente tem também direito ao voto de qualidade. Ocorrendo a ausência ou impedimento dos dois, a Presidência será exercida pelo docente mais antigo na carreira do magistério superior da UNIR. Lembrando que o voto dos professores visitantes e substitutos tem peso de 50% (cinquenta por cento) dos votos dos docentes da carreira do magistério superior lotados no DCS.

b) Descrição do suporte administrativo do Núcleo:

O Núcleo de Ciências Humanas (NCH), renomeado pela Resolução 083/CONSAD, de 21/09/2009, atende a 2.340 estudantes de graduação e 105 estudantes de pós-graduação. Para isto, conta com aproximadamente 146 docentes permanentes, distribuídos em onze Departamentos Acadêmicos: Artes Música Artes Teatro e Artes Visuais; Arqueologia; Ciências da Educação; Ciências Sociais; Filosofia; História; Línguas Estrangeiras; Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; e Línguas Vernáculas. O NCH é responsável pela coordenação das funções de ensino, pesquisa e extensão, tanto em termos de planejamento, como em termos de execução e avaliação. Para suas atividades estima-se 23 técnicos em atividades de gestão e apoio administrativo.

Direção: Professor Dr. Júlio César Barreto Rocha

Portaria 224/2015/GR/UNIR, publicada em 17 de março de 2015.
Vice-Direção: Professora Drª. Walterlina Barboza Brasil
Corpo Administrativo:

Servidor (a)	Cargo/Função	Lotação ou Cedência
Anael Francis Salgueiro Silva	Técnico em Artes Gráficas	Departamento de Artes
Aneilda Nascimento dos Santos	Assistente Administrativa	Departamento de Arqueologia
Angélica Viriato Ortiz Alves	Técnica em Assuntos Educacionais - TAE	Departamento de Libras
Antônio Carlos Valério	Técnico em Assuntos Educacionais - TAE	Núcleo de Ciências Humanas
Antônio Ferreira Neves Filho	Assistente Administrativo	Departamento de Línguas Estrangeiras
Carlos Pereira de Brito	Assistente Administrativo	Núcleo de Ciências Humanas
Carlos Roberto Wensing Ferreira	Técnico em Assuntos Educacionais - TAE	Departamento de Línguas Vernáculas
Elcias Villar de Carvalho	Cenógrafo	Departamento de Artes
Elizabeth Cavalcante de Lima	Técnica em Assuntos Educacionais - TAE	Departamento de Libras
Evânia Lima de Barros	Museóloga	Departamento de Artes
Glenda Maria Bastos Félix	Assistente de Laboratório	Departamento de Arqueologia
Ícaro Albarã Franco Gomes	Auxiliar Administrativo	Departamento de Ciências Sociais
Jacó da Silva Cruz	Tradutor Intérprete de Língua de Sinais - TILS	Departamento de Libras
Jaqueline Prestes de Souza	Secretária Executiva	Mestrado em História e Estudos Culturais
Leandro Gomes Barros Almeida	Diagramador	Departamento de Artes
Patrícia de Freitas Pessoa	Produtora Artística	Departamento de Artes
Raimundo Rosinaldo Façanha Ramos	Auxiliar Administrativo/Secretário-NCH	Núcleo de Ciências Humanas
Ricardo Alves Oliveira	Administrador	Núcleo de Ciências Humanas
Tiago dos Santos Trindade	Assistente Administrativo	Núcleo de Ciências Humanas
Thaís Bombardelli	Assistente Administrativa	Mestrado Acadêmico em Educação (MEDUC)
Tharyck Dryelly Nunes Rodrigues	Técnica em Assuntos Educacionais - TAE	Departamento de Ciências da Educação
Victória Angelo Bacon	Secretária Executiva	Núcleo de Ciências Humanas

Estrutura de decisão:

- Conselho do Núcleo de Ciências Humanas:

Consoante o Art. 22, do Estatuto da UNIR, o conselho de núcleo e de *campus* compõe-se:

I – do diretor, seu presidente;

II – do vice-diretor, seu vice-presidente;

III – dos chefes de departamentos, diretamente integrados ao núcleo ou campus;

IV – de 02 (dois) representantes dos coordenadores de projetos especiais e de pesquisa, vinculados ao núcleo ou campus, escolhidos por seus pares, com mandato de dois anos, permitida a recondução;

V – de 02 (dois) coordenadores de programas de pós-graduação stricto sensu, vinculados ao núcleo ou campus, escolhidos por seus pares, com mandato de dois anos, permitida a recondução;

VI – de representantes estudantis, na forma da lei, dos cursos de graduação e pós-graduação vinculados ao núcleo ou campus, com mandato de dois anos, permitida a recondução;

VII – de 2 (dois) representantes docentes, eleitos pelos seus pares, com mandato de dois anos, permitida a recondução;

VIII – de 1 (um) representante da comunidade, com mandato de dois anos, eleitos pelos membros do próprio conselho, sendo permitida a recondução; e

IX – de 1 (um) representante dos técnico-administrativos, com mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 1º O Diretor de Núcleo e do Campus tem também direito ao voto de qualidade.

§ 2º A vice-presidência do Conselho será exercida pelo substituto legal do Diretor.

§ 3º Na ausência do presidente ou vice-presidente, o Conselho será presidido pelo membro docente mais antigo na carreira de magistério.

§ 4º Serão considerados projetos especiais e de pesquisa os Centros, Laboratórios, Observatórios, Institutos de Pesquisa legalmente institucionalizados e integrantes do núcleo ou *campus* próprios.

c) Equipamentos e laboratórios:

Laboratórios: Há necessidade de construção de laboratórios ou salas de pesquisa que possam abrigar as bibliotecas e documentos setoriais dos grupos de pesquisa vinculados ao Departamento. Todos os laboratórios devem ser equipados com mesas de estudo individual, mesa de reunião, cadeiras, Datashow, computadores (pelo menos 2), impressora, telefone.

Atualmente, o curso apresenta os seguintes Laboratórios (grupos de pesquisa), com estrutura física limitada em funcionamento:

Grupo de Estudos em Defesa e Assuntos Internacionais (GEDAI/CNPq)

Líder: Prof. Dr. Gills Vilar Lopes

Link:

Linhas de pesquisa: Atividade de Inteligência; Diplomacia, Direito Internacional e Organizações Internacionais; Epistemologia e Metodologia em Ciência Política e Relações Internacionais; e Estudos Estratégicos, de Defesa e Segurança Internacional.

Laboratório Amazônico de Estudos em América Latina (LabLat/CNPq))

Líder: Prof. Dr. Estevão Rafael Fernandes

Vice-líder: Prof. Dra. Patrícia Mara Cabral de Vasconcellos

Link:

Linhas de pesquisa: Bioética Intercultural e conflito de interpretação; Gênero e Sexualidade: Limites, interseccionalidades e silenciamentos; Pensamento social latino-americano; Relações Internacionais nos países amazônicos: integração política, fronteiras e sujeitos internacionais; e Transformações Socioculturais, fluxos espaciais e identidades.

Laboratório de Pesquisas das Culturalidades e Historicidades Africanas e da Diáspora (CHADE)

Líder: Prof. Dr. Sérgio Luiz de Souza

Descrição: O CHADE é um Grupo de pesquisas e estudos sobre os processos históricos, as realidades sociais e as dinâmicas culturais de populações africanas e daquelas provenientes de sua diáspora. O CHADE é constituído por pesquisadores/as da Universidade Federal de Rondônia que congrega também pesquisadores/as de outras universidades do Brasil. O CHADE tem a África como conceito norteador de seus estudos, concebendo-a como berço da humanidade e das civilizações. Já a concepção de diáspora negra adotada tem base nos últimos 150 mil anos da história africana, assim como das dispersões humanas ocorridas a partir do continente africano e das sociedades formadas em todo o planeta, com foco nas imbricações estabelecidas pelos africanos e afrodescendentes.

Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Sustentabilidade – CIEPES/HISTEDBR-UNIR

Líder: Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel

Link CNPQ:

Endereço eletrônico:

Descrição: O Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Sustentabilidade CIEPES/HISTEDBR se originou do Grupo Fundamentos Epistemológicos e Experimentais da Pedagogia Histórico-Crítica, criado em 2002, com o objetivo de contribuir com a Pedagogia criada pelo educador Dermeval Saviani. De 2002 a 2010, foram realizados vários estudos e experiências pedagógicas, dentre os quais o Projeto Burareiro de Educação Integral, o projeto

mais exitoso tanto pelos resultados epistemológicos, quanto empiricossociais, uma vez que se tornou a primeira política de educação integral no Estado de Rondônia. Findo esse período, o CIEPES para atender aos novos desafios colocados pelas demandas socioeducacionais de Rondônia e da Amazônia, bem como aos objetivos do Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal de Rondônia. Hoje, o CIEPES está focado em pesquisas sobre Educação Integral Politécnica, Sustentabilidade Social, Desigualdades Regionais e Formação Sociocultural da Amazônia.

d) Biblioteca:

A Biblioteca Central (BC) “Prof. Roberto Duarte Pires” ampliou seu espaço físico em 2007. Atualmente conta com 3.270,12m², salas de estudo em grupo, cabines de estudo individual, auditório, área de leitura, acervo: geral, de coleção especial e de periódicos, além de guarda-volumes e espaço para pesquisa digital. A BC possui um sistema informatizado para consulta e reserva dos títulos. No Portal de Periódicos da Capes são encontrados 1.629 registros na área de Ciências. No acervo físico, em outubro de 2017, encontram-se os seguintes periódicos:

PERIÓDICOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS					
TÍTULO	COLEÇÃO	CADASTRO NO SISTEMA	COMPRA	DOAÇÃO	OBSERVAÇÕES
ACTA CIENTIFICA UNASP	2011	X	X		
ACTA SCIENTARIUM: HUMAN AND SOCIAL SCIENCE	2013	X		X	Alguns exe. na Bib. RM.
ACTES DE DA RECHERCHE EN SCIENCES SOCIALES	1966-1975			X	
AFRODIÁSPORA JOURNAL OF THE AMERICAN WORLD	1983-1984			X	
AKRÓPOLIS REVISTA	1993-2011	X	X		
ANALECTA – REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES	2000-2010	X		x	Alguns exemplares na Biblioteca Rolim de Moura
ARIUS – REVISTA DO CENTRO DE HUMANIDADE	1999-2004	X	X		
BOLETIM DE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	SEM IDENTIFICAÇÃO DE ANO			X	
BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	1985-1995			x	
BRASILEIROS	2013	X		X	
BRASILEIROS DE RAIZ	2011-2012	X		X	
CADERNO CBIA	1993-1994			x	
CADERNO DE PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO	2012			x	
CADERNO DE SOCIOLOGIA	1998-1999			x	Único exemplar
CADERNO DO TERCEIRO MUNDO	1994-2002	X		x	
CADERNO UNICEN	1997-2001			X	
CADERNOS AEL	1998-2010	X	X		
CADERNOS CERU	2002/2005	X		X	
CADERNOS CIÊNCIAS HUMANAS	1994			x	
CADERNOS DE ESTUDOS – DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM DEBATE	2009-2010	X		X	
CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS	1996	X	X		Unico exemplar
CADERNOS DE PSICOLOGIA SOCIAL NO TRABALHO	1998/2011	x		x	
CADERNOS DE SOCIOLOGIA – PENSAMENTO SOCIAL	1990			X	volume único
CADERNOS DE SOCIOLOGIA UFRGS	1991-1995			x	
CADERNOS DE SOCIOLOGIA UFRGS (NÚMERO ESPECIAL)	1993-1994			x	
CADERNOS DE SOCIOLOGIA UNICAMP	1996			x	Apenas 1 exemplar nº2
CADERNOS DO CEAS	1988-2001	X	x		
CADERNOS ITESP	1998-1999	X	X		
CADERNOS PAGU	1998/2012	X		X	
CAHIERS DE SOCIOLOGIA ET DE DÉMOGRAPHIE MÉDICALES	1993/2004	X		x	
CAMPOS REVISTA DE ANTROPOLOGIA SOCIAL	2001-2011	X		X	
CARTAS: FALAS, REFLEXÕES, MEMÓRIAS	1992-1996			x	
CDH – REVISTA BRASILEIRA DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO	1991-2005	X		X	
CIÊNCIAS HUMANAS APLICADAS EM REVISTA	2005-2010			X	
CIÊNCIAS HUMANAS EM REVISTA	2003-2008	X	X		
CIÊNCIAS SOCIAIS EM PERSPECTIVA	2010	X	X		
CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE	1986-1993			X	
CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA	1979			x	Único exemplar.
COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE	1982/2005	X		X	
CONEXÃO – COMUNICAÇÃO E CULTURA	2008-2013	X		X	
CONTACT	1980/1983			x	
CONTATO – REVISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO, ARTE E EDUCAÇÃO	1998-2000	X	X		
CUADERNO VENEZOLANO DE SOCIOLOGIA	1996-1997			x	
DADOS – REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	1973-2000	X	X		
DIÁLOGO CIENTIFICO	1993	X		X	
DIÁLOGO CIENTIFICO – REVISTA SEMESTRAL	1992-2000	X	X		
ESTUDOS – REVISTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIMAR	2000-2008	X	X		
ESTUDOS LEOPOLDENSES	1967/1979			x	
ESTUDOS LEOPOLDENSES – CIÊNCIAS HUMANAS	1997-1999	X	X		
HORIZONTES	1998-1999			x	
HUMAN ORGANIZATION	1974/1994			x	
HUMANIDADES	1989-2003	X	X		
HUMANIDADES E CIÊNCIAS SOCIAIS – REVISTA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	1999-2000	X	x		
IMPULSO – REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	1988-1996	X	X		
INFORMAÇÃO E SOCIEDADE	2002	X	X		
INTERFACE - UFRN	2006-2008	X		X	
INTERFACE – CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS	1996	X	X		Único exemplar
MIMESES – REVISTA DA AREA DE CIENCIAS HUMANAS	1987-1995			X	
MOVENDO IDEIAS – CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADAS	1996-2008	X	X		
NOVOS ESTUDOS	1982-2004	X	X		
PERCURSOS	2000-2003	X		x	
PERSPECTIVAS – REVISTA DE CIENCIAS SOCIAIS – UNESP	1990-1992	X	X		
POLI SAÚDE, EDUCAÇÃO, TRABALHO	2009-2014			x	Único exemplar nº33.
POLITICAS SOCIAIS – ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE	2000-2008	X	X		
POLITICAS SOCIAIS – ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE	2009-2013	X		X	
POPULAÇÃO E SAÚDE	1986			x	
PORANTIM – EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA	1996-2014	X	X		
PRIMEIRA LEITURA	2004	X		x	
PROBLEMAS D'AMÉRIQUE LATINE	1986-2000			X	
PROPOSTA EXPERIENCIA EM EDUCAÇÃO POPULAR	1989-1999	X	X		
PUBLICATIO UEPG – CIÊNCIAS HUMANAS	1987-2002	X	X		
RAÇA BRASIL	2012-2014	X	X		
RAIZES – REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS	1996-2008	X		X	
REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	1996-2004	X	X		Alguns exemplares na Biblioteca Rolim de Moura
REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO	1987-1988 e 2010-2013	X		X	
REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS	1992-2004			x	
REVISTA CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS	1983-1987			X	
REVISTA CIÊNCIAS HUMANAS	1982-2005	X		X	
REVISTA CIÊNCIAS HUMANAS	1993-2013	X		X	
REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA	1966-1968	X		X	
REVISTA DA CÁTEDRA – JAIME CORTESÃO	1997			x	Único exemplar.
REVISTA DA FACULDADE CHRISTUS	2002/2005	X		X	

REVISTA DA UNJPÊ	1997-1999			x	
REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS	1993-2013	X		X	
REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – UFCE	1985-1988	X		X	
REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFMA	1991-1994	X	X		
REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS	1983-1986			x	4 exemplares
REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	1978-1980			X	
REVISTA DO IESP	2000-2001			x	
REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS	1988-1992			X	
REVISTA INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	2000/2013			x	
REVISTA MEXICANA DE SOCIOLOGIA	1993-1997			x	
REVISTA MULTIPLA UPIS	2007-2012	X		X	
REVISTA NEXOS	1998-2003	X	X		
REVISTA NEXOS – UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	2001	X			Consta no acervo único exemplar.
REVISTA PAZ E TERRA	1966-1969			X	
REVISTA POLI: SAÚDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO	2008-2014	X		X	
REVISTA SYMPOSIUM	1997-2006	X		x	
REVISTA UNIVERSITAS COMUNICAÇÃO	2004	x		x	Único volume.
REVISTA UNIVERSIDADE GUARULHOS: SÉRIE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	1997-1998			X	
RURAL SOCIOLOGY	2002			x	4 exemplares.
RURIS	2007-2011	X		X	
SCIENTIA ET SPES	2002-2004	X		x	
SENATUS	2009-2010	X		X	
SGI – QUARTERLY – PERSPECTIVA BUDISTA SOBRE A PAZ, CULTURA E EDUCAÇÃO	2012	X	X		
SGI QUARTELY	1998/2010	X		X	
SINAIS SOCIAIS	2012-2014	X		X	
SOCIAIS E HUMANAS – REVISTA DO CENTRO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS -	1994-2007	X		X	
SOCIEDADE E ESTADO	2000/2007	X		X	
SOCIOLOGIA – CIÊNCIA E VIDA	ano I (02-12), ano II (13-20), ano III (21, 23,24, 25), ano ? (28,29), 2010 (30,31), 2011 (33-38), 2012 (38-44), 2013 (44,45,46,47,50), 2014 (50,51)	X	X		
SOCIOLOGIE	2011-2013			x	
SOMANLU – REVISTA DE ESTUDOS AMAZÔNICOS	2008	X		X	Consta no acervo 2 ex.
TEMÁTICAS	1994-2012	X		X	
TEMPO SOCIAL – REVISTA DE SOCIOLOGIA USP	1989/2004	X	X		
TERCEIRA CIVILIZAÇÃO	1987/2001	X		X	
TEXTOS PARA DEBATE INTERNACIONAL	1999			x	Único exemplar.
UNISA AMERICAN REPORT	1989-2007	X		X	
UNIVERSITAS – CADERNO DE ESTUDOS E PESQUISAS UNIVERSITAS	2008-2011	X		X	
UNOPAR CIENTÍFICA – CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO	2000-2014	X		X	
VISÃO MUNDIAL – TRANSFORMAÇÃO	1998-2002	X		X	

Horário de Funcionamento da Biblioteca Central (BC):

De segunda a sexta-feira, das 8h às 21h.

Normas dos Serviços de Empréstimo:

A Biblioteca oferece atendimento disponibilizando empréstimos e acesso à internet. O empréstimo domiciliar é facultado aos professores, aos estudantes e aos funcionários da instituição. Estudantes e funcionários poderão realizar o empréstimo de até 03 (três) livros de cada vez, por um período de 07 (sete) dias, com direito a renovação por mais 07 (sete) dias. O sistema de empréstimo é informatizado e compatível com o sistema adotado pela biblioteca para informatização do acervo. A reserva deve ser solicitada no balcão de atendimento, ou via sistema acadêmico (SINGU), pelo site da Universidade. O livro reservado ficará à disposição do usuário pelo prazo de 24 horas. Findo este prazo, a reserva perderá a sua validade.

Acesso dos alunos aos equipamentos de informática:

Os estudantes têm acesso à internet banda larga nos terminais localizados na biblioteca e laboratório de informática que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 21h, sempre com a presença de um responsável qualificado, auxiliando os

usuários em suas dúvidas com as bases de dados e as ferramentas de pesquisas disponíveis.

A equipe da biblioteca é composta pela Diretoria da Biblioteca Central, cuja responsável é Biblio. Esp. Eliane Gemaque Gomes Barros; pela Diretoria-Substituta que responsável é a Biblio. Esp. Ozelina do Carmo de Carvalho Saldanha; pela Secretaria Administrativa, responsável é a Biblio. Esp. Carolina Cavalcante; pela Secretaria Administrativa Substituta, responsável é a Biblio. Esp. Edoneia Sampaio da Silva Miranda. Além da equipe de Coordenadoria de Formação e Desenvolvimento de Coleções, Coordenadoria de Periódicos, Coordenadoria do Repositório Institucional, Coordenadoria de Aquisição Bibliográfica, Coordenadoria de Apoio ao Usuário, Gerência de Atendimento ao Público (GAP), Gerência de Atendimento ao Público-Substituto, Assistentes de Gerência de Atendimento ao Público.

e) Infraestrutura básica utilizada no ensino:

- Salas de aula: São 5 salas de aulas disponibilizadas para o curso, no bloco E.
- **Laboratório de informática:** Existem 3 laboratórios de informática que podem ser utilizados mediante agendamento.
- **Conectividade com Internet**: Há, no campus inteiro, uma boa rede de internet sem fio que os alunos podem utilizar a vontade com seus próprios equipamentos.
- **Acervo digital online**: A Universidade Federal de Rondônia possui a assinatura do Portal Capes de Periódicos. Os alunos recebem periodicamente treinamento sobre seu uso e está disponível em toda rede.
- **Recursos institucionais**: Plataforma Moodle, web conferência, videoconferência.

Quadro de Necessidades – Infraestrutura:

Considerando as particularidades do curso, haverá a necessidade da construção futuramente de 01 (um) Bloco com a seguinte estrutura física para o desenvolvimento das atividades do curso:

Quadro 7Estrutura física do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UNIR

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Salas de aula equipadas com um computador (para cada sala), um projetor de imagem – Datashow – (um para cada sala), mesas e cadeiras para 50 alunos (para cada sala), mesa e cadeira para professor e ar-condicionado.	08
Sala para Departamento/Coordenação Acadêmica do curso com mobiliário adequado, telefone, computadores, ar-condicionado.	02
Sala de professores com mobiliário adequado, computador, ar-condicionado.	01

Salas para Grupos de pesquisa com mobiliário adequado, computador, ar-condicionado.	02
Laboratório Didático e de pesquisa de acervo digital e bibliográfico específico atualizado na área de Ciências Sociais, com mobiliário adequado (estante para livros, CD's e DVD's, 30 mesas com computadores para estudo individual, armários, 1 data show, ar-condicionado.	01
Gabinete para professores salas para estudo individual e orientação discente com mobiliário adequado, computador, ar-condicionado.	04
Banheiros/SanitárioS.	02

f) Acessibilidade:

A Unir tem adequado as suas instalações seguindo as diretrizes do Memorial Descritivo dos Detalhamentos Executivos de Acessibilidade (Disponível em: <www.licitacoes.unir.br/acessibilidade/cacoal/memorial_descritivo.docx>).

Em setembro de 2008, a Unir divulgou a notícia de que foi contemplada no âmbito do Programa Igualdade de Oportunidade e Direito à Universidade (Programa Incluir), edição 2008, das Secretarias de Educação Especial (SEESP) e de Educação Superior (SESu), do Ministério da Educação (MEC). O resultado foi divulgado na última sexta (27). O projeto “Ampliação e Estruturação do Centro de Apoio a Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais – CAPNES” foi aprovado no valor total de R$ 120 mil. O CAPNES foi um projeto coordenado pela Biblioteca Central da UNIR e vinculado a Pró-Reitora de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA) da universidade.

Em abril de 2014, foi instituído, no âmbito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, de que trata o art. 9º e art. 40 da Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011, através da Portaria nº 405/2014/GR/UNIR de 24 de abril de 2014. Essa institucionalização do SIC propiciou a sua estruturação física, cujas instalações foram designadas para o Prédio das Pró-reitorias, Campus José Ribeiro Filho, primeiro piso. As áreas encontram-se sinalizadas. Há uma linha telefônica e banheiros. O espaço não contém degraus.

Especificamente no bloco do curso das Ciências Sociais há piso tátil e banheiro adaptado. O Departamento de Ciências Sociais localiza-se no piso térreo e há piso tátil até a entrada do prédio. O prédio possui banheiro adaptado.

Na Biblioteca há uma plataforma para cadeirantes; uma rampa com barra de apoio; um Banheiro com adaptador; um teclado com Braille; uma Impressora Braille; um computador com DOS/VOX; um Leitor Autônomo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Universidade Federal de Rondônia. **Sítio virtual do Departamento de Ciências Sociais (DCS)**, Porto Velho, [2018]. Disponível em: <>. Acesso em: 10 abr. 2018.

IBGE. **Censo**. Brasília: IBGE, 2010.

_____. **Contas Regionais do Brasil – 2013-2015**: Rondônia. Brasília: IBGE, 2016.

MACIEL, Antônio C. **Dinâmica do processo de ocupação socioeconômica de Rondônia:** trajetórias e tendências de um modelo agropecuário na Amazônia**.** Belém: NAEA/UFPA, 2004. 345 f. Tese (Doutorado em Ciências Socioambientais), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2004.

RONDÔNIA. Governo do Estado de Rondônia. **Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão**, Porto Velho, 2010. Disponível em: <>. Acesso em: 10 abr. 2018.

APÊNDICE A – Quadro de disciplinas optativas por área de concentração

Antropologia

Componente	Código	CH (h)	Pré-requisito
Antropologia Urbana	CSO00110	80	CSO00102
Antropologia do Consumo	CSO00111	80	Sem Pré-requisito
Antropologia e Culturas Populares	CSO00112	80	CSO00102
Cultura Brasileira	CSO00113	80	Sem Pré-requisito
Antropologia Econômica	CSO00114	80	CSO00103
Antropologia e Política	CSO00115	80	CSO00103
Antropologia da Religião	CSO00116	80	CSO00103
Etnologia indígena	CSO00117	80	CSO00102
Estudos Afro-Brasileiros	CSO00118	80	CSO00102
Identidade e Relações Interétnicas	CSO00119	80	CSO00102

Ciência Política

Componente	Código	CH (h)	Pré-requisito
Poder e Desenvolvimento na Amazônia	CSO00210	80	Sem Pré-requisito
Direitos Humanos	CSO00211	80	Sem Pré-requisito
Teorias da Dependência e do Sistema-Mundo	CSO00212	80	Sem Pré-requisito
Política Internacional Contemporânea	CSO00213	80	Sem Pré-requisito
Política Externa Brasileira	CSO00214	80	Sem Pré-requisito

Política e Governos da América do Sul	CSO00215	80	Sem Pré-requisito
Desvio, Crime e Política	CSO00216	80	Sem Pré-requisito
Estado, Governo e Políticas Públicas	CSO00217	80	Sem Pré-requisito
Estado e Sociedade Civil	CSO00218	80	Sem Pré-requisito
Política, Sociologia e Direito	CSO00219	80	Sem Pré-requisito

Sociologia

Componente	Código	CH (h)	Pré-requisito
Sociologia da Arte	CSO00310	80	Sem Pré-requisito
Sociologia do Trabalho	CSO00311	80	CSO00303
Sociologia e Questão Agrária	CSO00312	80	CSO00302
Sociedades Indígenas e Quilombolas	CSO00313	80	Sem Pré-requisito
Estratificação e Desigualdades Sociais	CSO00314	80	CSO00303
Sociologia de Durkheim	CSO00315	80	CSO00303
Sociologia de Marx	CSO00316	80	CSO00303
Sociologia de Weber	CSO00317	80	CSO00303
Sociologia da Religião	CSO00318	80	CSO00303

APÊNDICE B – Matriz Curricular e Periodização da Licenciatura em Ciências Sociais

Tipo	Código	Nome da Disciplina	Créditos	Carga	
		1º Período		Teóric	Prátic
OB	CSO00611	Filosofia	4	60	20
OB	CSO00301	Introdução à Sociologia	4	60	20
OB	CSO00101	Introdução à Antropologia	4	60	20
OB	CSO00201	Introdução à Ciência Política	4	60	20
OB	CSO00621	Produção de Textos Científicos em	4	60	20
		2º Período			
OB	CSO00632	Epistemologia das Ciências Sociais	4	60	20
OB	CSO00102	Antropologia I	4	60	20
OB	CSO00202	Ciência Política I	4	60	20
OB	CSO00302	Sociologia I	4	60	20
OB	CSO00642	Produção Científica em Ciências	4	60	20
		3º Período			
OB	CSO00303	Sociologia II	4	60	20
OB	CSO00103	Antropologia II	4	60	20
OB	CSO00203	Ciência Política II	4	60	20
OB	CSO00615	Gênero e Sexualidade	4	60	20
OB		Libras	4	60	20
		4º Período			
OB	CSO00304	Sociologia III	4	60	20
OB	CSO00104	Antropologia III	4	60	20
OB	CSO00204	Ciência Política III	4	60	20
OB	CSO00684	Relações Étnico-Raciais Afro-Brasileira	4	60	20
OB	CSO00674	Metodologia Qualitativa em Ciências	4	60	20
		5º Período			
OB		História da Educação	4	60	20
OB	CSO00625	Economia Política	4	60	20

OB	CSO00653	Pensamento Social Brasileiro	4	60	20
OB	CSO00695	Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais	4	60	20
OB		Didática	4	60	20
OB	FIS31021	Filosofia da Educação	4	60	20
OB		Sociologia da Educação	4	60	20
OB		Política e Legislação Educacional	4	60	20
OB		Estágio Supervisionado I	4	60	20
OB		Avaliação Educacional	4	60	20
7º Período					
OB	FIS31012	Estágio Supervisionado II	8	40	120
OB		Antropologia da Amazônia	4	60	20
OB		Gestão Educacional	4	60	20
		Optativa Livre	4	60	20
8º Período					
OB	FIS31014	Estágio Supervisionado III	8	40	120
OB		TCC	4	80	
OB		Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	10	200	
Carga horária total			162	3.240	

APÊNDICE C – Regimento do Estágio Supervisionado em Prática de Ensino

Aprovado em reunião extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2017, pelo Conselho Departamental do Curso de Ciências Sociais, junto com o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Sociais.

I – Introdução.

O Curso de Ciências Sociais da UNIR compreende o estágio supervisionado como espaço para que os estudantes vivenciem experiências relacionadas com o exercício de sua formação profissional, por meio da articulação teoria e prática. O estágio é um momento de grande importância para a trajetória de formação dos alunos, através do qual são adquiridas e exercitadas competências profissionais e aplicados os conhecimentos debatidos ao longo do curso.

Com base na Lei de estágio, Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, o estágio no curso de Ciências Sociais da UNIR busca, sobretudo, abrir novas possibilidades no ofício de Cientista Social, de forma crítica e investigativa, consolidando a aproximação entre a universidade, o estudante e a instituição que concede o estágio, promovendo um respeitável exercício de parceiras e responsabilidades entre todos os envolvidos.

Nessa perspectiva, o estágio no curso de Ciências Sociais da UNIR trabalha com uma visão ampliada de formação, ampliando o exercício da licenciatura para demais esferas do campo educativo. Assim, o estágio deverá ser realizado no espaço escolar, obrigatoriamente, e, de forma complementar, em espaços educativos não-escolares, como a gestão pública; em organizações e movimentos sociais; políticas, programas e projetos ligados ao âmbito dos direitos sociais; empresas públicas e privadas e em organismos internacionais, buscando acompanhar dinâmicas, lugares e tempos de atuação profissional, respondendo aos processo de democratização da sociedade brasileira, que tem exigido novos e criativos diálogos entre demandas sociais e agendas públicas.

A circulação do professor de Ciências Sociais em várias práticas educativas, escolares e não-escolares, permite a experimentação de diversos gêneros de atuação profissional, e tem como objetivo central oferecer aos alunos um conhecimento mais arejado, contemporâneo e interligado, adquirido por meio do contato com as diversas realidades que movimentam o mundo.

O estágio deverá formar um professor de educação básica que reúna o conhecimento clássico da teoria com a experiência prática diversificada, integrando vivência e matrizes teóricas e conceituais das ciências sociais, cujo objeto de estudo são os fenômenos da sociedade: grupos, visões de mundo, culturas, práticas sociais, novas tecnologias, formas de comunicação, lutas pelos direitos, construções das identidades etc.

O estágio deve proporcionar ao graduando o desenvolvimento da capacidade de reflexão, análise da realidade e elaboração de propostas que venham ao encontro dos anseios da população brasileira.

O estágio deverá seguir a concepção do curso, que tem no caráter interdisciplinar uma das suas principais marcas, centrado em cinco linhas de pesquisa: estudos urbanos; políticas públicas; memória social; estudos culturais e comunicação, e teoria social, como também, ser realizado simultaneamente a atividades teórico-conceituais, prolongando-se, preferencialmente, do quinto até o oitavo período do curso.

De um modo geral, a fragmentação do conhecimento tem sido preocupação constante e o estágio apresenta-se como uma possibilidade de contribuir com a formação integral de seus estudantes articulando as diferentes disciplinas curriculares e os saberes que circulam nos espaços de prática da profissão. O estágio torna-se, assim, meio de articulação dos saberes entre a Universidade, as Escolas e os demais espaços de trabalho do Cientista Social, como também, espaço privilegiado de conhecimento e reflexão.

As atividades de estágio se distinguem em obrigatórias e não obrigatórias, sendo obrigatório aquele previsto no currículo obrigatório do curso, consistindo em requisito essencial para a obtenção do diploma. O estágio não obrigatório é opcional, excedendo a carga horária curricular mínima do curso e dispensável para a obtenção do diploma.

A normativa aqui apresentada organiza a prática do estágio curricular obrigatório no curso de Ciências Sociais e está de acordo com as normas vigentes.

II – Objetivos e finalidades do estágio supervisionado

O estágio supervisionado tem por objetivo oportunizar a prática da docência e demais práticas formadoras/educativas, devendo ser vivenciado por todos os estudantes do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UNIR nos espaços de

trabalho em que a profissão possa ser desempenhada, observando a exigência de 400h de carga horária em prática de ensino.

II.1. São suas finalidades

a) Propiciar formação de professores para o ensino fundamental (segundo segmento) e médio para jovens e adultos, coerente com a realidade sócio-político-cultural da escola brasileira.
b) Formar para o respeito à escola e a compreensão desta no mundo atual, considerando os novos sujeitos, questões, temáticas e diversidade.
c) Capacitar os alunos para atuação em atividades específicas de educação em organizações governamentais, não governamentais, comunitárias e empresariais.
d) Desenvolver atividades de docência, pesquisa e extensão que permitam aos discentes se apropriarem de conhecimentos, competências, valores e habilidades que propiciem uma formação politécnica.
e) Organizar e desenvolver projetos e experiências pedagógicas que promovam oportunidades de pesquisa coletiva a todos os participantes do Programa.
f) Participar em atividades de procedimento didático/pedagógico e de colaboração no processo educativo (atividades em sala de aula, conselhos de classe e extraescolares, elaboração de materiais didáticos etc.).
g) Apropriar e construir metodologias de ensino de Ciências Sociais (Disciplina Sociologia).
h) Refletir e pesquisar acerca do ensino de Ciências Sociais (Disciplina Sociologia) nas escolas.

III – Justificativa

Os estágios supervisionados são componentes curriculares que buscam a inserção do estudante em formação nos espaços de trabalho onde sua função será exercida com a finalidade de aproximar os saberes do campo de trabalho aos saberes acadêmicos (conhecimento produzido por meio da pesquisa acadêmica, que buscam contribuir no exercício da profissão), busca-se, assim, a necessária superação das concepções de formação dissociadas das práticas de trabalho. Neste sentido, os estágios compõem espaço de formação articulada entre a Universidade e instituições educativas outras, incluindo espaços, onde a profissão se exerce.

Aqui, em consonância com a proposta pedagógica do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, trabalha-se com a ampliação da concepção de prática

educativa, comprometida com práticas sociais e culturais, estendendo-a aos diferentes espaços da sociedade, para além do âmbito escolar, formulada no sentido de uma concepção democrática da educação como possibilidade de instrumentalizar sujeitos para o domínio da complexidade do processo de produção e de organização do trabalho. Também aqui, se prioriza um processo formativo na perspectiva da formação politécnica e emancipatória.

Entende-se que os desafios da profissão, nestas instâncias, discutidos nos espaços de formação da Universidade, podem contribuir com a formação de um profissional comprometido com as necessidades da realidade sociocultural e econômica do país.

IV – Os estágios na base curricular do Curso

No currículo do curso de Ciências Sociais, as disciplinas de estágio supervisionado estão propostas com carga horária que totaliza 400 (quatrocentos) horas, focadas nos principais campos de atuação docente. Estes estágios começam a ser realizados a partir do 6º período do Curso e estão integrados às disciplinas teóricas que colaboram na discussão e aprofundamento dos desafios percebidos no campo de trabalho.

V – Metodologia de trabalho nos estágios

As orientações aos professores supervisores de estágio e aos estudantes do curso devem balizar a prática do estágio em Ciências Sociais, o qual deverá ser realizado em instituições conveniadas com a UNIR.

VI – O estágio obrigatório supervisionado deverá oportunizar ao estagiário

a) Colaboração efetiva para a ampliação de seus conhecimentos sobre a profissão.
b) Observação participante nas instituições educativas e/ou turmas de alunos, previamente estabelecidas, e nestas permanecerem até o final do estágio, possibilitando a compreensão mais abrangente da prática pedagógica desenvolvida na instituição.
c) Ampla participação das atividades desenvolvidas na instituição concedente do estágio.
d) Colaboração na elaboração e execução do trabalho.
e) Quando em escolas, atuação efetiva como professorando(a) orientada pelo(a) professor(a) regente e supervisionado pelo(a) professor(a) da Universidade.

f) O estagiário não pode substituir o professor ou o profissional em suas funções na instituição concedente do estágio.

VII – Cabe ao coordenador de estágio

a) Formalizar o encaminhamento dos alunos para os campos de estágios.
b) Assinar os Termos de Compromisso dos Estágios.
c) Acompanhar a execução e a administração da programação de Estágio do curso.
d) Esclarecer o aluno sobre as exigências e os critérios para a realização dos estágios.
e) Identificar e avaliar novas demandas institucionais para a realização de estágios.
f) Estabelecer contato com instituições ou campos de estágio, avaliando a programação e o interesse no oferecimento de vagas para estágio, encaminhando-as, quando for o caso, à Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, responsável pela formalização dos convênios da Universidade.
g) Organizar e catalogar a documentação do estágio para consulta e pesquisa.
h) Providenciar o seguro obrigatório para estudantes em situação de estágio.
i) Providenciar o conjunto de documentos necessários para que o estudante possa desempenhar a atividade de estágio.
j) Disponibilizar os documentos de estágio no site do Curso de Ciências Sociais.
k) Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.
l) Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas.
m) Elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos.

VIII – Cabe aos professores do DCS/UNIR, no exercício da supervisão de estágios em Ciências Sociais:

a) Selecionar as instituições que serão indicadas aos estagiários como campos de estágio em cada semestre letivo, considerando suas possibilidades de acompanhamento do estágio.
b) Encaminhar aos estudantes a lista de convênios para a prática de estágio, já existentes na instituição.

c) Manter diálogo permanente com as instituições onde os estágios serão desenvolvidos buscando orientar seus estagiários e a instituição sobre o trabalho a ser realizado.
d) Encaminhar aos estudantes a documentação necessária para dar início ao estágio: carta de apresentação; seguro obrigatório; plano de atividades, termo de convênio, comprovante de frequência.
e) Manter diálogo com os estudantes sobre a escolha do local de estágio.
f) Organizar roteiro de observação do estágio.
g) Auxiliar os estudantes na elaboração de atividades pedagógicas para serem desenvolvidas no estágio.
h) Organizar o calendário de orientação dos estágios, considerando as especificidades do campo de estágio.
i) Acompanhar e avaliar o estágio realizado pelo estudante.
j) Exigir do educando a apresentação periódica do relatório das atividades.
k) Orientar a realização e avaliar o relatório de estágio.
l) Planejar, acompanhar, executar e avaliar as atividades de estágio em corresponsabilidade entre as partes envolvidas.

VIII – Cabe ao estagiário, sem renúncia às demais atividades e obrigações estudantis:

a) Cumprir o calendário organizado para o semestre com seu professor supervisor tendo como referenciais a observação, a interação, a colaboração e a relevância do estágio para o processo formativo.
b) Encaminhar os documentos necessários para efetiva realização do estágio nos prazos definidos pelo professor supervisor;
c) Manter-se no campo de estágio, sendo pontual, ético, responsável durante as atividades realizadas, portando-se com o decoro necessário.
d) Acompanhar as atividades propostas pelo supervisor para orientação de seu estágio e relatório, incluindo as orientações de estágio presenciais na Universidade, encontros de estudo e outras atividades solicitadas como parte da carga horária.
e) Apresentar relatório de estágio conforme as orientações de seu professor supervisor;

f) Entregar os documentos e relatórios (que atendam os critérios orientados pelo professor) solicitados pelo professor supervisor nos prazos estipulados no início do estágio.

IX – Sobre as etapas de ensino e modalidades da Educação Básica permitidas para a realização da prática do estágio obrigatório em escolas:

O estágio em escola pode ser realizado nas seguintes etapas e modalidades de ensino da Educação Básica:

a) Ensino Fundamental (5ª a 9ª séries).
b) Ensino Médio regular.
c) Educação de Jovens e Adultos (5ª a 9ª séries e Ensino Médio).
d) Educação Profissional (integrada ao Ensino Médio).

O Estágio Curricular Obrigatório (nas instituições escolares) será desenvolvido em escolas da rede estadual, municipal, particular e federal de ensino, que tenham em seus currículos o ensino de Ciências Sociais (Disciplina Sociologia).

X – Sobre as fases de execução

Cada um dos estágios obrigatórios supervisionados, escolar e não escolar, compreende uma fase de execução, no primeiro ou segundo semestre letivo de cada ano, totalizando 400 horas.

A(o) estudante matriculada(o) em cada fase do Estágio Supervisionado, independentemente do local de realização (escola ou demais instituições e organismos), é obrigatório o cumprimento da hora prevista por período de prática. Quando o estagiário já desenvolver atividade de trabalho no campo do estágio em que está matriculado, sua carga horária poderá ser reduzida em 50% do total da prática, desde que:

a) Haja comprovação do exercício da profissão no mesmo nível e modalidade em que o estágio está sendo realizado;
b) A redução da carga horária seja autorizada por escrito pelo seu professor supervisor de estágio e submetida ao Conselho Departamental do DBS/UNIR.

O curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia é responsável em promover ações de integração entre as práticas de ensino e os campos de estágio, no intuito de auxiliar na formação crítica do licenciando

contribuindo para torná-lo um futuro profissional capaz de aliar os diversos saberes docentes necessários à atuação profissional.

É também responsável por promover ações de parceria e troca de saberes entre a universidade e as diversas instituições de ensino que são parceiras na formação congregando seus atores principais (professores e alunos tanto da universidade quanto das escolas e demais instituições educativas).

As atividades de estágio serão acompanhadas pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Sociais, segundo os princípios pedagógicos enunciados nesta normativa e segundo as finalidades, objetivos, etapas e atividades especificadas.

XII – Disposições finais.

Os casos omissos serão decididos pelo Colegiado do Curso de Ciências Sociais.

APÊNDICE D – Regimento de Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento

Art. 1º Este Regimento dispõe sobre o aproveitamento de créditos pela participação dos estudantes em eventos científicos e publicação de trabalhos acadêmicos.

Art. 2º O aproveitamento de créditos pela participação em eventos científicos e publicação de trabalhos acadêmicos será de 05 (cinco) créditos, durante todo o período de integralização curricular. Para efeito de contabilidade, as atividades receberão a seguinte pontuação.

§ 1º Participação em eventos científicos será contabilizada, pela apresentação de comunicação em evento acadêmico da área de ciências sociais e humanas: 01 crédito por comunicação (pontuação máxima: 05 créditos).

§ 2º Publicação de trabalhos acadêmicos será contabilizada do modo seguinte:

a) Artigo completo publicado em periódico impresso e/ou *on-line*, com ISSN/ISBN e Conselho Editorial, da área de Ciências Sociais: 02 créditos por artigo (pontuação máxima: 04 créditos); e

b) Trabalho completo publicado em anais de eventos da área de ciências sociais e humanas: 01 crédito por trabalho (pontuação máxima: 04 créditos).

§ 3º Participação, como ouvinte, em eventos científicos e projetos/cursos de extensão da área de ciências sociais e humanas será contabilizada pela carga horária do certificado (pontuação máxima: 80h = 04 créditos).

Art. 3º Para efeito de integralização curricular, os créditos obtidos constarão no Histórico Escolar do estudante como Componentes Livres. O estudante poderá aproveitar os créditos oriundos da participação em eventos acadêmicos e da publicação de trabalhos nas cinco disciplinas de componentes livres previstos neste Projeto.

Parágrafo único. Os mesmos créditos somente poderão ser aproveitados uma única vez, não servindo para as demais atividades complementares exigidas no curso.

Art. 4º Para a aquisição de créditos, o estudante deverá apresentar uma solicitação ao Presidente do NDE, descrevendo as atividades a serem convertidas em crédito, acompanhada dos seguintes comprovantes.

§ 1º Quando se tratar de apresentação de comunicação em eventos científicos, o estudante deverá anexar à solicitação o comprovante de participação no evento como apresentador de trabalho;

§ 2º Quando se tratar de publicação em periódicos ou anais de eventos, o estudante deverá anexar à solicitação uma cópia da publicação.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE do Curso.

Art. 6º Este Regimento entra em vigor a partir do semestre letivo imediatamente subsequente ao da data de aprovação deste Projeto.

APÊNDICE E – Regimento de Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 1º Este regimento, com base na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, regulamenta, estrutura e estabelece os critérios para elaboração, defesa e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado, pelos(as) estudantes, como critério parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Parágrafo único. O TCC do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais deverá versar sobre assunto relacionado à Prática de Ensino em Ciências Sociais.

Art. 2º Só poderá se matricular no componente curricular "Trabalho de Conclusão de Curso" (TCC) o(a) estudante que estiver no oitavo período letivo do Curso e que tenha cursado, com aproveitamento, os componentes específicos, complementares e livres do 1º ao 7º período letivo.

Parágrafo único. A matrícula em TCC somente será deferida mediante a apresentação do projeto de pesquisa e do aceite do(a) orientador(a), submetido à aprovação do Conselho do Departamento de Ciências Sociais (DCS).

Art. 3º O TCC deverá ser depositado no DCS até 15 (quinze) dias anteriores ao último dia para implantação de notas do semestre letivo, conforme dispuser o Calendário Acadêmico do ano vigente.

§ 1º No ato do depósito, o estudante deverá entregar uma carta do(a) orientador(a) com as seguintes indicações: (i) de que o trabalho pode ser submetido à banca examinadora; (ii) data e horário da defesa; (iii) e membros da banca;

§ 2º Entregar 03 (três) cópias impressas do TCC, devidamente revisadas, a serem distribuídas para os membros da banca examinadora.

§ 3º Enviar uma cópia do trabalho em formato PDF, para , com o Assunto "Monografia - ANO DE DEFESA - NOME COMPLETO DO ALUNO", a ser disponibilizada no sítio eletrônico do DCS e no repositório institucional (RI) da UNIR.

Art. 4º A estrutura do TCC se compõe dos seguintes elementos:

a) no mínimo, 50 (cinquenta) laudas de texto (incluindo referências);
b) capa contendo o logotipo da UNIR e do DCS, título e subtítulo do trabalho, nome do autor, nome do orientador, mês e ano;
c) folha de rosto;
d) ficha catalográfica no verso da folha de rosto, depois de submetida à apreciação da Biblioteca Central;

e) folha de aprovação da banca examinadora;
f) sumário;
g) lista (tabelas, quadros, abreviaturas, siglas e símbolos);
h) resumo em língua portuguesa de, no máximo, 20 linhas em espaço simples, fonte Times New Roman, tamanho 12;
i) elementos do texto: introdução, desenvolvimento de seções, conclusão e referências;
j) papel A4 (210 mm x 297 mm); fonte: Times New Roman, Tamanho: 12, espaço: 1,5 cm, margens: esquerda 3,0 cm; direita, superior e inferior 2,5 cm; e
k) o texto deverá seguir as normas mais recentes da ABNT.

Art. 5º Poderá ser orientador(a) do TCC todo(a) professor(a) pertencente ao corpo docente do DCS.

Parágrafo único. Orientadores para casos excepcionais deverão ser aprovados pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso.

Art. 6º Para a defesa do TCC, o estudante deverá depositá-lo em até 15 dias antes do último dia de aula de cada período, conforme calendário letivo, em número de 3 (três) exemplares.

§ 1º A defesa pública será realizada no prazo mínimo de 15 (quinze) dias após a entrega de cópias do TCC no DCS. Caberá ao Departamento providenciar o local para a defesa, em conformidade com a data e o horário estipulados pelo(a) orientador(a);

§ 2º Na defesa, o estudante terá até 30 (trinta) minutos de apresentação, e cada examinador terá até 20 (vinte) minutos para arguição, no que o(a) estudante terá, no máximo, 20 (vinte) minutos para a réplica. O(a) orientador(a) convidará os presentes, inclusive o(a) candidato(a), a se retirarem do local para que a Banca proceda à avaliação. O resultado será divulgado com a leitura da Ata de Defesa do TCC.

Art 7º A banca, devidamente referendada pelo NDE do Curso, será composta dos seguintes membros:

a) Professor(a)-orientador(a), presidente;
b) Dois examinadores, sendo que um deles deve obrigatoriamente pertencer ao corpo docente do DCS; e
c) Um membro suplente do corpo docente do DCS.

Art. 8º A nota do TCC será extraída da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca, variando de 0 (zero) a 100 (cem), sem fracioná-la;

§ 1º Será considerado(a) aprovado(a) e apto(a) à colação de grau o(a) estudante que obtiver nota igual ou superior a 70 (setenta).

§ 2º Quem não alcançar nota 70 (setenta) deverá refazer seu trabalho, no prazo e sob as condições estipulados pela banca examinadora, para, em seguida, reapresentá-lo a exame.

§ 3º A banca examinadora deverá levar em consideração, quando da apreciação do trabalho, o critério da qualidade acadêmica e a contribuição do trabalho para algum tema ou área de concentração das Ciências Sociais.

Art. 9º O(a) discente deve verificar se as informações constantes no trabalho final estão de acordo com as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 10 Qualquer documento relacionado à conclusão do Curso e à aprovação do TCC só poderá ser expedido pelo DCS.

Art. 11 Os casos não previstos neste Regimento serão deliberados pelo NDE do Curso.

Art. 12 Este Regimento entra em vigor a partir do semestre letivo imediatamente subsequente ao da data de aprovação deste Projeto.

APÊNDICE F – Regimento de Orientação Acadêmica

Este Regimento regulamenta a Orientação Acadêmica de estudantes da Licenciatura em Ciências Sociais.

Art. 1º. Durante os quatro primeiros semestres letivos caberá à Chefia do DCS exercer a orientação acadêmica dos(as) estudantes, exceto nos casos em que o(a) estudante ingressar, no terceiro ou quarto semestres letivos, em atividades de PIBIC. Nestes casos, a orientação acadêmica ficará sob a responsabilidade dos(as) orientadores(as) e/ou coordenadores(as) da referida atividade.

Art. 2º. A partir do quinto semestre letivo o(a) estudante regularmente matriculado deve ter um(a) orientador(a), escolhido(a) entre os membros do corpo docente do Curso de Ciências Sociais, em função dos seus interesses de pesquisa.

§ 1º. A escolha da área de pesquisa do(a) estudante deverá contemplar aquelas linhas e/ou grupos de pesquisa vinculados ao Curso de Ciências Sociais;

§ 2º. A escolha do(a) orientador(a) também deverá levar em conta a área de concentração (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) que o(a) estudante pretende seguir;

§ 3º. Caberá à Comissão de Estágio intermediar, quando necessário ou solicitado pelo(a) estudante, a escolha do(a) orientador(a), indicando dentre os membros do corpo docente do Curso aquele(a) cuja linha de pesquisa atende aos interesses acadêmicos do(a) estudante;

§ 4º. A orientação deverá ser obrigatoriamente formalizada no Colegiado do Curso por meio de requerimento assinado pelo(a) estudante e pelo(a) professor(a) orientador(a) a partir do sexto semestre letivo;

§ 5º. A Comissão de Estágio pode solicitar aos representantes das áreas de concentração que discutam os casos excepcionais, a fim de distribuir as orientações conforme as linhas de pesquisa de cada área e de acordo com uma distribuição equitativa do número de orientandos entre os(as) professores(as) da área;

§ 6º. Quando se verificar, ao longo da orientação, incompatibilidade entre o(a) estudante e seu(sua) orientador(a), cabe ao(à) estudante e/ou ao(à) orientador(a) encaminhar requerimento à Comissão de Estágio do Curso solicitando o desligamento, devendo constar da solicitação os motivos, devidamente esclarecidos,

e as assinaturas do(a) professor(a) e do(a) aluno(a), que serão avaliados pelo Colegiado do Curso;

§ 7º. Verificadas e admitidas as razões do desligamento pelo Colegiado do Curso, quando se verificar, ao longo da orientação, incompatibilidade entre o(a) estudante e seu(sua) orientador(a), cabe à Comissão de Estágio auxiliar o(a) estudante a escolher outro(a) orientador(a), em conformidade com as linhas de pesquisa e a área de concentração;

§ 8º. Caberá à Comissão de Estágio do Curso assumir a orientação acadêmica dos(as) estudantes enquanto não se definir um(a) novo(a) orientador(a) responsável.

Art. 4º. O(A) estudante poderá contar com a colaboração de um(a) co-orientador(a) para a sua pesquisa, desde que indicado pelo(a) seu(sua) orientador(a).

Art. 5º. A partir do sexto semestre letivo o(a) estudante deverá obrigatoriamente apresentar, no ato da matrícula, um formulário padronizado, fornecido pela Comissão de Estágio do Curso, comprovando sua aceitação pelo(a) orientador(a). A partir da aprovação do formulário pelo Colegiado do Curso, caberá ao(à) orientador(a):

a) Auxiliar o(a) estudante na escolha das disciplinas a serem cursadas semestralmente, assim como nas demais atividades acadêmicas;
b) Orientar o(a) estudante na escolha do tema e na construção e implementação do seu projeto de pesquisa;
c) Orientar o(a) estudante na confecção do seu Trabalho de Conclusão de Curso;
d) Apresentar semestralmente à Comissão de Estágio do Curso um relatório sobre a atividade acadêmica e de pesquisa de cada orientando(a).

Art. 6º. A indicação do(a) orientador(a), de um(a) eventual co-orientador(a) e a eventual mudança de orientação deverão ser submetidas à aprovação do Colegiado do Curso de Ciências Sociais.

Art. 7º. Cada membro do corpo docente poderá assumir um máximo de seis (06) orientações acadêmicas na graduação.

Art. 8º. As pesquisas do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais ocorrerão, preferencialmente, no âmbito de espaços educativos escolares e não escolares.

Art. 9º. Qualquer assunto relativo à orientação acadêmica não previsto neste Regimento será deliberado pelo Colegiado do Curso de Ciências Sociais.

Art. 10º. Este Regimento entrará em vigor a partir do semestre letivo imediatamente subsequente ao da data de aprovação deste Projeto.

APÊNDICE G – Regimento da Participação em Programas Institucionais

Art. 1º. Este Regimento dispõe sobre o aproveitamento de créditos pela participação dos estudantes em Projetos Institucionais.

Parágrafo único. Os Projetos e Setores Institucionais de que trata este Regimento são: PIBIC, PIVIC, PROEXT, Monitoria em uma das três áreas do curso e outros programas ou projetos de pesquisa e extensão universitária desenvolvidos pela UNIR e que tenham relação com a formação discente em Ciências Sociais.

Art. 2º. Poderá se integrar nestas atividades o estudante que estiver cursando o 3º período letivo ou subsequentes.

Art. 3º. Para efeito de aproveitamento de créditos serão observados os seguintes critérios:

a) A participação do estudante na referida atividade deverá ser de no mínimo 12 horas semanais e no máximo 20 horas semanais.
b) Para efeito de contabilização, será levado em conta o seguinte cálculo: 1 semestre comprovado de atividade equivale a 2 créditos, com pontuação máxima de 04 créditos por atividade (2 semestres letivos).
c) Ao final de cada semestre letivo o estudante deverá apresentar um relatório, que será avaliado pelo Coordenador de Estágio do DCS.
d) Nos mesmos períodos de apresentação institucional dos relatórios, o estudante deverá apresentar à Comissão de Estágio um documento intitulado “Avaliação da Atuação”, preenchido pelo professor responsável pela atividade desenvolvida.

Art. 4º. As atividades ligadas ao PIBIC, PIVIC, PROEX, Monitoria e outros desenvolvidos pela UNIR e que tenham relação com a formação discente em Ciências Sociais serão convertidas em créditos mediante a apresentação de uma solicitação do estudante, junto ao Colegiado do Curso, com a descrição das atividades a serem aproveitadas. Os comprovantes de participação nas atividades, bem como os relatórios descritos no § 2º e § 3º do Art. 3º deverão ser anexados à solicitação.

Art. 5º. Para efeito de integralização curricular, os créditos obtidos constarão no Histórico Escolar do estudante como Estágio Curricular, na medida em que são considerados como uma das atividades de Estágio, conforme o Regimento de Estágio Curricular do DCS.

Art. 6º. As solicitações de aproveitamento de créditos das atividades em Projetos Institucionais deverão ser submetidas ao Coordenador de Estágio do DCS, que será o responsável pela implantação das notas no Diário Escolar.

Art. 7º. Para a atribuição de nota, o Coordenador de Estágio do DCS deverá extrair a média aritmética das notas constantes nos relatórios descritos no § 2º e § 3º do Art. 3º.

Parágrafo único. Será aprovado o estudante que obtiver nota igual ou superior a 70 (setenta) na média aritmética extraída dos referidos relatórios.

Art. 8º. Qualquer assunto relativo à participação em Programas Institucionais e aproveitamento de créditos não previsto neste Regimento será deliberado pelo Colegiado do Curso de Ciências Sociais.

Art. 9º. Este Regimento entrará em vigor a partir do semestre letivo imediatamente subsequente ao da data de aprovação deste Projeto.

ANEXO A – Instrumento de avaliação para alimentar o sistema e-MEC

Curso de Licenciatura em CIÊNCIAS SOCIAIS; *Campus* José Ribeiro Filho – Porto Velho; Data do preenchimento: 17/09/2018.

Matriz dos Cursos de Graduação		
***Campus* de Porto Velho** Nome (X) *Campus* sede ( ) *Campus* fora de sede	**Ato de Credenciamento do *Campus*** **_____**	**Disponibilidade do imóvel** **(X) próprio ( ) cedido ( ) comodato** **( ) alugado ( ) convênio ( ) acordo de parceria ( ) outros** **Doc. _____**
Endereço: Universidade Federal de Rondônia;*Campus* José RibeiroFilho (*Campus* BR-PVH); Núcleo de Ciências Humanas (NCH); Departamento de Ciências Sociais (DCS); BR 364, Km 9,5; Porto Velho/RO, Brasil - CEP: 76801-059 **Telefone:** (69) 2182-2147		

Nome do Curso	Ciências Sociais			
Coordenador	Nome	Luís Fernando Novoa Garzon		
	CPF	005.274.436-55		
	E-mail			
	Telefone	(69) 2182-2147		
Atos Autorizativos do Curso Legislações (Resoluções, Portarias, etc.)	Autorização	Reconhecimento	Renovação de Reconhecimento	Situação atual
	Portaria 086, de 23/05/2004	Portaria 1149, de 20/05/2011	Portaria 1094 de 24/12/2015	Em atividade / Ativa

Informações do Curso	
Código do Curso Dirca: 42 Código do Curso e-Mec: 85458	Nº processo de regulamentação Dirca/Prograd: _____ Nº processo e-Mec: 200804983 e 201513824

Grau	Modalidade	Início de funcionamento do curso	Carga horária	Vagas anuais	Turno	Periodicidade	Integralização - Duração do curso (ano ou fração)	Tempo máximo para integralização
( ) Bacharelado (X) Licenciatura	(X) Presencial ( ) A distância	01/03/2005	3160	45	( ) matutino ( ) vespertino (X) noturno	(X) semestral ( ) anual	8	12

					( ) integral			

Conceitos		
ENADE:	CPC (Conceito preliminar do curso):	CC (Conceito do Curso):
2	3	3

Observações:
Dados extraídos de: ==
O turno informado acima é do Curso vigente; o do proposto será matutino

1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA - Fontes de Consulta: Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico do Curso, Diretrizes Curriculares Nacionais.

ATENÇÃO Descrever os itens abaixo contendo um resumo com até 4000 caracteres.

1.1 Contexto educacional
(Descrever as demandas efetivas de natureza econômica e social contidas no PPC)

A microrregião geográfica de Porto Velho, região de influência direta do *campus* de Porto Velho e, portanto, do Curso, compreende uma área de 40.940,27 km² e, por fazer fronteira com a Bolívia e divisa com os estados do Acre e do Amazonas, atende demandas sociais idiossincráticas de todo o Sudoeste da Amazônia.
A população total nesse território é de 448.306 habitantes, que corresponde a quase um terço da população do estado de Rondônia. A participação de seu PIB está assim configurada: 8,3% agropecuário; 2,8% industrial; e 33,7% de serviços. Esses dados, associados à abrangência geográfica e estratégica da microrregião, são determinantes para a importância do Curso de Graduação em Ciências Sociais – haja vista o percentual de 33,7% de participação no PIB dos Serviços, notadamente em órgãos das três esferas governamentais, além de empresas privadas nas áreas ambiental e hidrelétrica – quanto de Licenciatura.

1.2. Políticas institucionais no âmbito do curso.
(Descrever as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, quando for o caso) constantes no PDI, que estão previstas/implantadas, no âmbito do curso.

O PDI da UNIR (2014-2018) em vigor não prevê políticas institucionais voltadas especificamente para um Curso, e sim para a Universidade como um todo; logo, o que se tem no PDI-UNIR 2014-2018 são metas e objetivos gerais desta IES: .

1.3 Objetivos do curso

(Descrever os objetivos do curso de forma coerente, sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional).-

---

Objetivo geral

Proporcionar sólida formação teórico-metodológica no escopo que forma a identidade do Curso (Sociologia, Antropologia, Ciência Política), privilegiando a formação da consciência crítica da realidade social e a capacidade de pensar a sociedade brasileira em suas múltiplas problemáticas, de modo a possibilitar o exercício da docência, da pesquisa social e da produção científica e tecnológica, com autonomia intelectual e participação política nos destinos da sociedade.

Objetivos específicos

Propiciar uma formação acadêmica teórico-prática, que possibilite o exercício da docência, tendo por base as dimensões do conhecimento científico, as competências e as habilidades da profissão, e os valores éticos de uma sociedade democrática:

a) Domínio epistemológico das Ciências Sociais;

b) Propriedade metodológica na pesquisa em Ciências Sociais;

c) Competência pedagógica para o ensino de Ciências Sociais;

d) Consciência crítica acerca dos problemas sociais da sociedade brasileira; e

e) Compromisso democrático com a diversidade social, cultural, política, religiosa, étnico-racial e de gênero.

A formação do licenciado em Ciências Sociais deve funcionar em três frentes: a primeira, atendendo às necessidades crescentes de aprofundamento, orienta para que o estudante escolha, a partir do 5º semestre letivo, um domínio específico de concentração em uma das três áreas que formam essas ciências (antropologia, ciência política ou sociologia), à qual dedicará maior esforço e maior tempo de integralização curricular, tendo em vista preparar-se com mais solidez às atividades profissionais, inclusive, mas não apenas, aquelas da pertinência acadêmica como a pós-graduação stricto sensu.

A segunda frente de formação do licenciado em Ciências Sociais visa a garantir o estreito diálogo entre as áreas, supondo tanto a matriz curricular obrigatória e comum às três áreas, quanto o incentivo a que o estudante cumpra, entre essas disciplinas do currículo básico profissional, optativas em áreas diversas daquela que escolheu como área de concentração de sua formação.

A terceira frente consiste em proporcionar condições objetivas para a ampliação do escopo da formação acadêmica, por meio da possibilidade de aprofundamento profissional nas três áreas de concentração, bem como na outra modalidade do curso de Ciências Sociais, de modo a favorecer maior atuação no mundo do trabalho.

Supõe, por fim, que o novo ementário proposto pelas três áreas de concentração forneça o necessário aporte teórico-metodológico para a formação crítica e orientada para a pesquisa, para a docência e para o planejamento social. É este o princípio que orienta a concepção, o objetivo e a estrutura do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

O profissional egresso do curso de Ciências Sociais está habilitado a atuar nas dimensões de pesquisas de programas governamentais ou do terceiro setor, dirigir ou executar projetos sociais, bem como fornecer assessoria e emitir laudos e pareceres, observando-se a titulação e as exigências legais, dentro das suas subáreas, além de, na prática da pesquisa, ser capaz de:

- Demonstrar competências metodológicas e epistemológicas para a efetiva intervenção de desempenho na pesquisa social e habilidades para a atuação cidadã, crítica e dentro dos parâmetros da ética, da solidariedade e do respeito pela dignidade humana e pelos direitos humanos a partir das realidades sociais amazônicas;
- Compreender as questões político-sociais locais, nacionais e globais, valendo-se das teorias antropológicas, políticas e sociológicas como referências bibliográficas fundamentais na elaboração de seus temas de pesquisa.
- Entender os contextos e as conjunturas históricas de surgimento das desigualdades étnico-raciais, econômico-sociais e regionais no Brasil e na América Latina;
- Diagnosticar e avaliar políticas públicas e programas governamentais; e
- Produzir conhecimento científico sobre as realidades sociais estudadas que venham a dar suporte na intervenção direta na sociedade em que atua, questionando modelos de desenvolvimento que desconsideram os interesses de populações tradicionais e que degradam o meio ambiente.

1.4. Perfil profissional do egresso
(Expressar as competências do egresso)

O perfil do(a) estudante que o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais possui é o compromisso ético com a sociedade e com as pessoas que a compõem. Dado que o objeto das Ciências Sociais, quase que invariavelmente, está intrinsecamente relacionado com questões sensíveis dos problemas

sociais como a pobreza, a miséria, a fome e a desigualdade social, esse compromisso com a sociedade, com os grupos sociais se torna mais eloquente para o estudante de Ciências Sociais.

Espera-se do egresso, portanto, como pesquisador social em formação, que atente para a realidade regional, nacional e mundial; o seu trabalho, por isso, deve primar pelo respeito às pessoas e à empatia com os mais desfavorecidos, compreender as causas dessa situação, analisar suas consequências e os impactos na sociedade. Do mesmo modo o, estudante deve adquirir um conhecimento consistente em Ciências Sociais e aliar a teoria e a prática através de uma reflexão crítica e atenta aos fenômenos sociais locais, nacionais e mundiais.

Nessa direção, o currículo do Curso de Ciências Sociais está constituído por um conjunto de conhecimentos, competências, habilidades, que qualifica o graduando para:

1) Dominar e discutir as teorias sociais clássicas e contemporâneas nas áreas da Antropologia, Ciência Política e Sociologia;
2) Aprender e aplicar instrumentos metodológicos de investigação, debater metodologias, produzir conhecimentos sobre a realidade social investigada cientificamente e principalmente compreender, discutir e intervir na sociedade munido da teoria e do arcabouço metodológico das Ciências Sociais;
3) Realizar atividades de pesquisa e extensão, consideradas imprescindíveis para a formação do licenciado em Ciências Sociais;
4) Elaborar pesquisas e estudos sempre pautados pela problematização da sociedade, aliando de modo indissociável a teoria, a pesquisa e a realidade social investigada.

1.5. Estrutura curricular

(Descrever se a estrutura curricular prevista/implantada contempla os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com esta modalidade).

O cientista social, em quaisquer áreas de sua atuação (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), tem amplas possibilidades de inserção profissional. Além das competências e atribuições do Cientista Social, fixadas pela Lei n. 6.888/1980, o profissional de Ciências Sociais tem papel central para a compreensão dos fenômenos culturais, sociais e políticos.

Nesse sentido, caminhando em direção ao que prevê as Referências Curriculares Nacionais dos Cursos de Licenciatura, o Licenciado em Ciências Sociais atua na busca da compreensão do funcionamento dos sistemas sociais, estabelecendo relações entre seus agentes e a dinâmica das transformações políticas e sociais. O cientista social articula a teoria social, a pesquisa e a prática profissional para a compreensão de questões relevantes dos contextos social, político-econômico e cultural, podendo subsidiar a formulação, a execução, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas e programas em órgãos governamentais e não-governamentais.

O Curso de Ciências Sociais se propõe ao compromisso com as demandas culturais, sociais, políticas e ambientais, bem como aos paradigmas técnico-científicos de nosso tempo. Embora herdeira da tradição ocidental, a formação em ciências sociais reconhece e preza pela diversidade e pelas diferenças culturais como elementos determinantes da formação étnico-racial brasileira. Assim, as ciências sociais postulam pela igualdade étnico-racial, a partir da qual todas as formas de organização social devem ser igualmente tratadas, desde que respeitados os direitos humanos fundamentais.

Do mesmo modo, o conteúdo das ciências sociais destaca como a formação histórico-social brasileira, desde o sistema colonial, fundado na instituição da escravidão de negros e índios e no latifúndio, resultou numa sociedade desigual e elitista. Por esta razão, o curso de ciências sociais almeja a uma formação que vise à superação de tais desigualdades.

Os cientistas sociais reconhecem que só muito recentemente, ao contrário de outras sociedades latino-americanas, o Brasil logrou conquistar o estado democrático de direito. Fundada num sistema colonial e imperial elitista, seguida por uma república sem bases políticas nacionais, a formação política brasileira tem por tradição o patriarcado, o regionalismo, o coronelismo e o clientelismo de grupos hegemônicos. Neste contexto, a gestão da coisa pública no Brasil atua em prejuízo da maioria da população que é excluída do acesso a direitos básicos, tais como alimentação, moradia e renda. Assim, sob

esses pressupostos, o curso de ciências sociais é uma ferramenta para a consolidação da democracia, a partir do respeito à igualdade política dos cidadãos e do respeito às diversidades brasileiras: de credo, religiosa, de gênero, ideológica, política, bem como, no caso específico da formação acadêmica, às diferenças filosóficas e epistemológicas.

No século XXI, mais do que em qualquer outra época, é necessário pôr em pauta a discussão sobre os impactos ambientais dos modelos de desenvolvimento baseados nas especulações de crescimento econômico e na exploração dos recursos naturais não-renováveis. Por esse caminho, o curso de ciências sociais promove a formação profissional para a sustentabilidade humana. Entendemos que a noção de desenvolvimento, com sua eficiência econômica e tecnológica, somente é sustentável quando considera imprescindíveis a equidade econômico-social e a sustentabilidade ambiental das localidades em que tais projetos são implementados.

Um curso de graduação sincronizado com tal desenvolvimento humano e com as forças motrizes da sociedade deve estar integrado aos paradigmas técnico-científicos da contemporaneidade. Um curso com estas características possui alicerce em princípios epistemológicos, pedagógicos e políticos, por meio dos quais possa proporcionar não só consistência técnica à formação universitária, mas também consciência ético-política. Para tanto, a formação do cientista social, por essa perspectiva, deve se sustentar:

1. Na **emancipação humana como princípio filosófico.** Considerar a emancipação humana como princípio motriz é reconhecer a natureza histórico-dialética da formação da humanidade do ser humano e, assim, reconhecê-lo como princípio e fim educativos, segundo três dimensões: enquanto humanização, por conceber o homem como produto histórico do trabalho, em suas contradições culturais, sociais e políticas em face de seu relacionamento com a natureza e com sua própria espécie, humanizando-as ao mesmo tempo em que se humaniza; enquanto consciência social, por reconhecer as possibilidades humanas de superação dos processos alienatórios; e, enquanto liberdade, por depositar na força social da ação humana a condição de sujeito da própria história.
2. No **trabalho como princípio educativo**. Indissociável do princípio anterior, pois é o meio através do qual o homem se faz humano, considerar o trabalho como princípio educativo por excelência significa admitir que o homem pode aperfeiçoar, por processos educacionais, a produção e reprodução de suas próprias condições de existência. Com este princípio a ciência encontra a base sobre a qual pode desenvolver sistematicamente o aprimoramento das capacidades humanas em suas múltiplas dimensões, a partir dos paradigmas técnico-científicos e tecnológico-produtivos contemporâneos.
3. Na **politecnia como princípio pedagógico**. Estabelecido o trabalho como princípio educativo, a ciência social proporciona as condições para criar princípios, a partir dos quais serão operacionalizados os processos de desenvolvimento das capacidades humanas. Nesse sentido, a politecnia é o princípio pedagógico que possibilita pensar o desenvolvimento das capacidades humanas de forma integral, tratando equilibradamente cognoscibilidade, habilidade, sensibilidade e sociabilidade. A cognoscibilidade como desenvolvimento das dimensões lógico-cognitiva e psíquica; a habilidade, enquanto expressão de capacidades psicomotoras e físicas; a sensibilidade como potencialização de todos os sentidos pela arte; e a sociabilidade como efetivo exercício político nas relações sociais.
4. Na **pesquisa como princípio metodológico.** Fundada em epistemologias das Ciências Sociais e seus métodos investigativos, a pesquisa dever ser o princípio condutor da prática acadêmica do curso, em que princípios epistemológicos sejam a base dos metodológicos, através dos quais a formação teórica encontre coerência com a prática, seja acadêmico-laboratorial, seja profissional, seja, ainda, social e política.
5. Na **interdisciplinaridade como princípio didático.** Orientação teórico-metodológica que deve se dá na perspectiva da síntese do conhecimento, não apenas pela integração dos saberes produzidos nas diversas áreas do estudo, mas também pela associação dialética entre teoria e prática, ação e reflexão, ensino e aprendizagem, conteúdo e forma, processo e produto, buscando a formação politécnica e integral do homem.
6. Na **cultura democrática como princípio político.** Com a adoção desse princípio, quer o Curso de Ciências Sociais enfatizar sua postura contrária às estruturas elitistas, autoritárias e ditatoriais sob as quais o país foi formado, para apostar no aprofundamento do modelo surgido na década de 1980, da qual a Constituição de 1988 é a sua expressão máxima. Assim, o curso procura educar as atuais e as futuras gerações, sob a égide do respeito aos princípios democráticos e à diversidade filosófico-epistemológica, ética, religiosa, étnico-racial, cultural, social, político-ideológica e

partidária, bem como às diferenças regionais.

Esses princípios formam, no conjunto, a base sobre a qual a práxis educativa no Curso de Ciências Sociais, enquanto prática pedagógica, deve se concretizar, articulando sistematicamente teoria e prática, em busca da integração entre ensino, pesquisa e extensão. Tal práxis educativa está voltada para a formação profissional do cientista social, cuja atuação na sociedade possa proporcionar formas de sociabilidade, onde as relações humanas possibilitem o florescimento de uma juventude politicamente democrática, historicamente situada; culturalmente comprometida; pedagogicamente politécnica e, por tudo isso, socialmente crítico-participativa.

1º Semestre:

Introdução à Antropologia	Obrigatório	ANT00100	80	Não se aplica
Introdução à Ciência Política	Obrigatório	CPO00100	80	Não se aplica
Introdução à Sociologia	Obrigatório	SOC00100	80	Não se aplica
	Obrigatório	CSO00101	80	Não se aplica
	Obrigatório	CSO00102	80	Não se aplica

2º Semestre:

	Obrigatório	ANT00200	80	Introdução à Antropologia
	Obrigatório	CPO00200	80	Introdução à Ciência Política
	Obrigatório	SOC00200	80	Introdução à Sociologia
	Obrigatório	CSO00201	80	Filosofia
Produção Científica em Ciências Sociais	Obrigatório	CSO00202	80	Produção de Textos Científicos em Língua Portuguesa

3º Semestre:

	Obrigatório	ANT00300	80	Antropologia I
	Obrigatório	CPO00300	80	Ciência Política I
	Obrigatório	SOC00300	80	Sociologia I
Gênero e Sexualidade	Obrigatório	CSO00301	80	Antropologia I; Ciência Política I; Sociologia I
Libras	Obrigatório	CSO00302	80	

4º Semestre:

	Obrigatório	ANT00400	80	Antropologia II
	Obrigatório	CPO00400	80	Ciência Política II
	Obrigatório	SOC00400	80	Sociologia II
Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais	Obrigatório	CSO00401	80	Antropologia I; Ciência Política I; Sociologia I
Relações Étnico-Raciais afro-brasileira e indígena	Obrigatório	CSO00402	80	Antropologia I; Ciência Política I; Sociologia I

5º Semestre:

História da Educação	Obrigatório	CSO00500	80	
Metodologia Qualitativa em Ciências Sociais	Obrigatório	CSO00501	80	Antropologia III; Ciência Política III; Sociologia III
Pensamento Social Brasileiro	Obrigatório	CSO00502	80	Antropologia I; Ciência Política I; Sociologia I
Economia Política	Obrigatório	CSO00503	80	Antropologia I; Ciência Política I; Sociologia I
Didática	Obrigatório	CSO00504	80	

6º Semestre:

	Obrigatório		80	Filosofia
	Obrigatório		80	Sociologia III
	Obrigatório		80	Ciência Política III
	Obrigatório		80	Didática
	Obrigatório		80	Didática

7º Semestre:

Antropologia da Amazônia	Obrigatório	ANT00702	80	Antropologia III

	Obrigatório		80	Política e Legislação Educacional
	Obrigatório		160	Estágio Supervisionado em Prática de Ensino I
	Optativo		80	Não se aplica

8º Semestre:

Trabalho de Conclusão de Curso	Obrigatório	CSO00800	80	(*)
	Obrigatório	ANT00801	160	Estágio Supervisionado em Prática de Ensino II
	Obrigatório		200	

(*) A matrícula no TCC está condicionada aos critérios previstos em regimento específico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UNIR.

1.6 Conteúdos curriculares

(Descrever que os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, adequação das cargas horárias (em horas), adequação da bibliografia).

a) Componentes Curriculares Obrigatórios:

Os Componentes Curriculares Obrigatórios do Núcleo de Estudos de Formação Geral compreendem disciplinas nas três áreas de concentração do Curso. São disciplinas comuns a todos os estudantes de bacharelado e licenciatura, distribuídas ao longo dos cinco primeiros semestres letivos. O Estágio Supervisionado da licenciatura será realizado do 6º ao 8º períodos. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se iniciará no 6º período e será apresentado no final do 8º período. Tanto o Estágio Supervisionado, quanto o TCC serão normatizados por regimentos específicos do Departamento de Ciências Sociais da UNIR. Todos os Componentes Curriculares Obrigatórios priorizam o diálogo temático entre as três áreas de concentração. As disciplinas obrigatórias são sequenciais e exigem, a partir do 2º semestre, pré-requisitos específicos relativos às disciplinas que lhes antecede.

As disciplinas dos Componentes Curriculares Obrigatórios são oferecidas seguindo a distribuição nos semestres exposta abaixo:

Quadro *8* Componentes Específicos do Curso (por semestre letivo)

Semestre letivo	Componente Curricular	Créditos		Carga Horária	
		individuais	total	individual	total
1º	Introdução à Antropologia	4	12	80h	240h
	Introdução à Ciência Política	4		80h	
	Introdução à Sociologia	4		80h	
2º	Antropologia I	4	12	80h	240h
	Ciência Política I	4		80h	

	Sociologia I	4		80h	
3º	Antropologia II	4	12	80h	240h
	Ciência Política II	4		80h	
	Sociologia II	4		80h	
4º	Antropologia III	4	12	80h	240h
	Ciência Política III	4		80h	
	Sociologia III	4		80h	
5º	Estágio de Pesquisa em Ciências Sociais	4	4	80h	80h
8º	Trabalho de Conclusão de Curso	4	4	80h	80h
Total		**56**		**1.120h**	

b) Componentes Curriculares Complementares (Obrigatórios):

As disciplinas dos Componentes Curriculares (Obrigatórios) referem-se à formação de cientistas sociais relativas à construção do conhecimento científico nas ciências sociais, comuns a todos(as) os(as) estudantes do curso de licenciatura. Contemplam também as temáticas de Gênero e Sexualidade e das Relações Étnico-Raciais afro-brasileiras e indígenas no Brasil, de acordo com o Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004 e com a Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de Junho de 2004. Todas possuem pré-requisitos que são indicados na tabela da matriz curricular.

Estas disciplinas se distribuem ao longo dos cinco primeiros semestres letivos na seguinte sequência:

Quadro *9* Componentes Curriculares Complementares

Semestre letivo	Componente Curricular	Créditos		Carga Horária	
		individuais	total	individual	total
1º	Filosofia	4	8	80h	160h
	Produção de Textos Científicos em Língua Portuguesa	4		80h	
2º	Epistemologia das Ciências Sociais	4	8	80h	160h
	Produção Científica em Ciências Sociais	4		80h	
3º	Pensamento Social Brasileiro	4	8	80h	160h
	História do Brasil	4		80h	
4º	Metodologia Qualitativa em Ciências Sociais	4	8	80h	160h
	Relações Etnicorraciais afro-brasileira e indígena	4		80h	
5º	Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais	4	16	80h	320h
	Gênero e Sexualidade	4		80h	
	Economia Política	4		80h	
	Geografia Humana	4		80h	

Total	**48**	**960h**

b.1) Componentes Curriculares Complementares (Optativas na área de concentração):

Cada estudante deve se matricular pelo menos em três disciplinas optativas da área de concentração escolhida. Recomenda-se a matrícula em disciplinas que abordem o tema de pesquisa a ser desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso.

As disciplinas optativas constam no quadro de disciplinas optativas por área de concentração (Anexo A) que são ofertadas de acordo com as demandas dos respectivos grupos de pesquisa e de extensão, cujos integrantes são docentes e estudantes do curso de ciências sociais. O curso de licenciatura em ciências sociais disponibiliza uma lista de, pelo menos, cinco disciplinas optativas por área de concentração.

Outras demandas são contempladas nas disciplinas de Tópicos Especiais, oferecidas por área, que tem a mesma validade dos componentes curriculares complementares (optativas na área de concentração).

b.2) Componentes Curriculares Complementares (optativas livres):

As disciplinas relativas aos componentes curriculares complementares (optativas livres) poderão ser contempladas com qualquer disciplina cursada em instituições de ensino superior, públicas e privadas, em cursos de graduação no Brasil (cursos reconhecidos pelo MEC) e no exterior (desde que devidamente validadas pelo Conselho Departamental do curso de licenciatura em ciências sociais da UNIR).

Antes de se matricular em disciplinas de outras instituições, que não seja a Unir, o discente deverá solicitar a matrícula, via requerimento, junto ao colegiado de curso com a anuência de seu orientador.

Os componentes curriculares complementares (optativas livres) poderão ser contemplados também, em até cinquenta por cento de sua carga horária máxima (200 h), com atividades diversas como a participação em eventos acadêmicos, atividades de extensão, dentre outras, a serem regulamentadas em regimento específico do Conselho Departamental do curso de licenciatura em ciências sociais.

Os componentes curriculares complementares (optativas livres) são uma oportunidade para o corpo discente ampliar seus horizontes de formação, bem como, para aprofundar temas específicos alusivos a suas pesquisas e seus interesses profissionais.

1.7 Metodologia (As atividades pedagógicas deverão estar coerentes com a metodologia prevista/implantada).

Com o intuito de consubstanciar o processo de ensino e aprendizagem, os professores de Ciências Sociais contam com a seguintes orientações, por parte do DCS:

- As metodologias e técnicas de ensino devem ser diversificas, de modo a atender às especificidades do Curso, das Turmas, da Amazônia e de Rondônia, bem como as novas contribuições científicas e tecnológicas no campo das Ciências Sociais e as perspectivas teóricas da área.
- Nesse sentido, sugere-se a aplicação de metodologias consagradas como aula expositiva, preferencialmente, dialogada; estudos individuais e em grupo com aplicação de técnicas de leitura; trabalhos acadêmicos individuais e em grupo; pesquisas temáticas orientada tanto no sentido do trabalho de campo, quanto no sentido da produção dissertativa; Seminários temáticos, que oportunize a comunicação da produção acadêmica e a interação das pesquisas realizadas no Curso e na área das ciências sociais; pesquisas utilizando as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs; prioridade para o planejamento didático-pedagógico, de modo flexível, mas evitando o improviso e a absolutização do letio.
- Metodologias voltas para a Resolução de questões do ENADE, como forma não somente de participar do exame, mas também de verificar o domínio de conhecimentos necessários à participação produtiva na sociedade e, mesmo, para avaliar o desempenho do próprio curso.

1.8. Estágio curricular supervisionado.

NSA (não se aplica) para cursos que não contemplam estágio no PPC e que não possuem diretrizes curriculares nacionais ou suas diretrizes não preveem a obrigatoriedade de estágio supervisionado.

(Descrever que o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está regulamentado/ considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, previsão/existência de convênios, orientação, supervisão e coordenação). Obs. Enviar o regulamento em formato digital para a PROGRAD)

O Estágio Supervisionado da licenciatura será realizado do 6º ao 8º períodos. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se iniciará no 6º período e será apresentado no final do 8º período. Tanto o Estágio Supervisionado, quanto o TCC serão normatizados por regimentos específicos do Departamento de Ciências Sociais da UNIR.

Além da legislação em vigor, o Estágio Supervisionado em Prática de Ensino, obedecerá às Normas do Regimento de Estágio Supervisionado, conforme Apêndice E do PPC.

O Curso de Ciências Sociais da UNIR compreende o estágio supervisionado como espaço para que os estudantes vivenciem experiências relacionadas com o exercício de sua formação profissional, por meio da articulação teoria e prática. O estágio é um momento de grande importância para a trajetória de formação dos alunos, através do qual são adquiridas e exercitadas competências profissionais e aplicados os conhecimentos debatidos ao longo do curso.

Com base na Lei de estágio, Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, o estágio no curso de Ciências Sociais da UNIR busca, sobretudo, abrir novas possibilidades no ofício de Cientista Social, de forma crítica e investigativa, consolidando a aproximação entre a universidade, o estudante e a instituição que concede o estágio, promovendo um respeitável exercício de parceiras e responsabilidades entre todos os envolvidos.

Nessa perspectiva, o estágio no curso de Ciências Sociais da UNIR trabalha com uma visão ampliada de formação, ampliando o exercício da licenciatura para demais esferas do campo educativo. Assim, o estágio deverá ser realizado no espaço escolar, obrigatoriamente, e, de forma complementar, em espaços educativos não-escolares, como a gestão pública; em organizações e movimentos sociais; políticas, programas e projetos ligados ao âmbito dos direitos sociais; empresas públicas e privadas e em organismos internacionais, buscando acompanhar dinâmicas, lugares e tempos de atuação profissional, respondendo aos processo de democratização da sociedade brasileira, que tem exigido novos e criativos diálogos entre demandas sociais e agendas públicas.

A circulação do professor de Ciências Sociais em várias práticas educativas, escolares e não-escolares, permite a experimentação de diversos gêneros de atuação profissional, e tem como objetivo central oferecer aos alunos um conhecimento mais arejado, contemporâneo e interligado, adquirido por meio do contato com as diversas realidades que movimentam o mundo.

O estágio deverá formar um professor de educação básica que reúna o conhecimento clássico da teoria com a experiência prática diversificada, integrando vivência e matrizes teóricas e conceituais das ciências sociais, cujo objeto de estudo são os fenômenos da sociedade: grupos, visões de mundo, culturas, práticas sociais, novas tecnologias, formas de comunicação, lutas pelos direitos, construções das identidades etc.

1.9 Atividades complementares.

NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC e que não possuem diretrizes curriculares nacionais ou suas diretrizes não preveem a obrigatoriedade de atividades complementares.

(Descrever que as atividades complementares previstas/implantadas estão regulamentadas/institucionalizadas considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento).

Obs. Enviar o regulamento em formato digital para a PROGRAD.

Os componentes livres poderão ser contemplados, em até cinquenta por cento (50%) de sua carga horária máxima (200 h), com atividades diversas, como a participação em eventos acadêmicos, atividades de extensão, dentre outras, a serem regulamentadas em Regimento de Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento do colegiado do curso. Os componentes livres são uma oportunidade para o corpo discente ampliar seus horizontes de formação, bem

como, para aprofundar temas específicos alusivos a suas pesquisas e seus interesses profissionais.
O aproveitamento de créditos pela participação em eventos científicos e publicação de trabalhos acadêmicos será de no mínimo 04 créditos e no máximo 08 créditos, durante todo o período de integralização curricular. Para efeito de contabilidade, as atividades receberão a seguinte pontuação.
§ 1º A participação em eventos científicos será contabilizada, a partir de apresentação de comunicação em evento acadêmico da área de ciências sociais e humanas: 01 crédito por comunicação (pontuação máxima: 04 créditos).
§ 2º A publicação de trabalhos acadêmicos será contabilizada do modo seguinte:

a) Artigo completo publicado em periódico impresso e/ou *on-line*, com ISSN/ISBN e Conselho Editorial, da área de Ciências Sociais: 02 créditos por artigo (pontuação máxima: 04 créditos);
b) Trabalho completo publicado em anais de eventos da área de ciências sociais e humanas: 01 crédito por trabalho (pontuação máxima: 04 créditos).

1.10. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC e que não possuem diretrizes curriculares nacionais ou suas diretrizes não preveem a obrigatoriedade de TCC.
(Descrever que o trabalho de conclusão de curso previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, orientação e coordenação).
Obs. Enviar o regulamento em formato digital para a PROGRAD.

O "Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)", com carga horária de 80h, será apresentado no 8º semestre letivo, cuja matrícula está condicionada aos critérios previstos no Regimento de Trabalho de Conclusão de Curso, apensado a seu Projeto. A matrícula em TCC somente será deferida mediante a apresentação do projeto de pesquisa e do aceite do(a) orientador(a), submetido à aprovação do Conselho de Departamento. O TCC deverá ser depositado no DCS até um período de, no máximo, 15 (quinze) dias antes do último dia para implantação de notas do semestre letivo

1.11. Apoio ao discente (Descrever as ações da PROCEA no apoio ao discente)

A Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA), criada em 2007, é a unidade responsável pelas políticas culturais, estudantis e de extensão da Universidade Federal de Rondônia. Ela é, portanto, responsável pelo fomento à extensão e à cultura, via, dentre outros: realização de eventos, bolsas PIBED, PIBEC e PROEXT, auxílios diversos, Monitoria e chamadas públicas.

1.12. Ações decorrentes dos processos de avaliação do Curso
[Descrever se há ou não ações acadêmico-administrativas previstas ou implantadas, decorrentes das autoavaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, PPC e outras), no âmbito do curso].

O DCS procederá a uma contínua avaliação do desempenho dos seus Cursos, buscando sistematicamente sua atualização e aperfeiçoamento, de acordo com as normas internas estabelecidas pelas instâncias decisórias da UNIR, bem como com aquelas externas, quer emanadas do Conselho Nacional de Educação (CNE), quer do Ministério da Educação (MEC).
A avaliação institucional é uma prática social na UNIR, executada por Comissão Própria de Avaliação (CPAv), presencial e eletronicamente, da qual os(as) servidores(as) da Instituição participam. Essas orientações, normas e procedimentos estão contidos no Projeto de Avaliação Institucional Interna.

Além desses procedimentos institucionais, que regem tanto a forma interna de avaliação do Curso quanto a externa, para fins de aprimoramento da metodologia de avaliação do mesmo, ter-se-á como parâmetro o desempenho dos(as) discentes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), associado à avaliação semestral, pelos(as) estudantes, por sistema eletrônico, e à avaliação anual realizada, em reunião especialmente convocada para esse fim, com os(as) docentes do Curso. Além disso, anualmente, por ocasião da Semana de Ciências Sociais, haverá Mesa especificamente programada para a discussão da temática avaliativa. Para completar tal processo, far-se-á proposição à administração superior desta Instituição para o desenvolvimento de *software* responsável por gerenciar o Acompanhamento de Egressos(as), pelo qual estes(as), com seu número originário de matrícula, alimentarão tal sistema.
No caso da avaliação do processo ensino-aprendizagem, o DCS tem, historicamente, tomado por base a Lei n. 9.394/1996 e as regulamentações aprovadas pelos Conselhos Superiores da UNIR.
O NDE do Curso, quando das alterações e atualizações que vier a fazer no PPC, observará o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Regimento Interno da UNIR e as demais legislações pertinentes; tomará como referência as observações registradas pelos membros do NDE a respeito do Curso, os registros realizados pelos serviços de Ouvidoria, os registros de atendimento feitos pelo Chefe do Departamento, as avaliações externas relacionadas ao ensino superior, as exigências do ensino-aprendizagem, a Política Nacional de Educação Superior e as demandas da sociedade.

1.13. Atividades de tutoria
NSA para cursos presenciais. Obrigatório para cursos a distância e presenciais, reconhecidos, que ofertam até 20% da carga horária total do curso na modalidade a distância, conforme Portaria 4.059 de 10 de dezembro de 2004.
(Descrever de que forma as atividades de tutoria previstas/implantadas atendem as demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular).

NSA

1.14. Tecnologias de informação e comunicação – TICs - no processo ensino-aprendizagem NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância.
[Descrever se as tecnologias de informação e comunicação (TIC) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem permitem executar o projeto pedagógico do curso].

NSA

1.15. Material didático-institucional
NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância.
(Descrever se o material didático institucional previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes permite executar a formação definida no projeto pedagógico do curso a distância considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: abrangência e profundidade de abordagem do conteúdo específico).

NSA

1.16. Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes
NSA para cursos presenciais que não contemplam mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes no PPC, obrigatório para cursos à

distância. (Descrever como os mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes previstos/implantados atendem às propostas do curso).
NSA

1.17. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem (Descrever os procedimentos de avaliação previstos/implantados utilizados nos processos de ensino-aprendizagem e se eles atendem à concepção do curso definida no Projeto Pedagógico do Curso – PPC).
O processo ensino-aprendizagem é uma pauta constante das reuniões do NDE-DCS, sempre no sentido de orientar seus(as) docentes para que procedam à avaliação desse processo, tentando equacionar os objetivos das respectivas disciplinas aos do Curso, apoiados por instrumentos avaliativos que atendam à sua natureza teórica e/ou prática, pela escolha de métodos apropriados aos conteúdos e atividades propostos, bem como às condições socioculturais de existência dos(as) discentes.

1.18. Números de vagas (Para os cursos de Medicina, considerar também como critério de análise: disponibilidade de serviços assistenciais, incluindo hospital, ambulatório e centro de saúde, com capacidade de absorção de um número de alunos equivalente a matrícula total prevista para o curso; a previsão de 5 ou mais leitos na (s) unidade (s) hospitalar (es) própria (s) ou conveniada (s) para cada vaga oferecida no vestibular do curso, resultando em um egresso treinado em urgência e emergência; atendimento primário e secundário capaz de diagnosticar e tratar as principais doenças e apto a referir casos que necessitem cuidados especializados) (Informar se o número de vagas previsto/implantado corresponde à dimensão do corpo docente e as condições de infraestrutura da IES).
O número de vagas anuais pretendidas para o Curso de Ciências Sociais é de 20, acrescidos os 10%. Ingressos via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e via processo avaliativo interno da Unir denominado “Vestibulinho”. São 20 vagas para ingresso via Enem, acrescidas os 10%, sempre no primeiro período letivo do ano. As vagas e o período de ingresso via Vestibulinho seguem as vacâncias ocorridas no curso e o calendário da Unir. Este número compactua com os preceitos de que seu corpo docente terá condições de desempenhar, em regime de Dedicação Exclusiva, atividades que dizem respeito não apenas ao ensino, mas também à extensão e à pesquisa.

1.19. Integração com as redes públicas de ensino. Obrigatório para as Licenciaturas, NSA para os demais que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC. (Informar se existem ou não ações ou convênios que promovam integração com creches/escolas da rede pública). Obs. Anexar ao processo de regularização cópia do convênio e encaminhar cópia em formato digital para a PROGRAD.
NSA

1.20. Integração com o sistema local e regional de saúde e o SUS Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos que não contemplam integração com o sistema local e regional de saúde e o SUS no PPC. (Informar se existem ou não ações ou convênios que promovam integração com o sistema local e regional de saúde e SUS).

Obs. Anexar ao processo de regularização cópia do convênio e encaminhar cópia em formato digital para a PROGRAD.
NSA

1.21. Ensino na área de saúde

Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos.
NSA

1.22 Atividades práticas de ensino Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos. Obs. Enviar o regulamento em formato digital para a PROGRAD.
NSA

2. CORPO DOCENTE E TUTORIAL - Fontes de consulta: Projeto Pedagógico do Curso, Formulário Eletrônico preenchido pela IES no e-MEC e Documentação Comprobatória.

2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE (Descrever a atuação do NDE previsto/implantado, em uma análise sistêmica e global: a concepção, o acompanhamento, a consolidação e a avaliação do PPC) Obs. Enviar o regulamento em formato digital para a PROGRAD
O NDE do Curso de Ciências Sociais, *campus* de Porto Velho, constitui-se de 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente efetivo do Departamento de Ciências Sociais, todos com titulação acadêmica de pós-graduação *stricto sensu*, sendo, pelo menos, 03 (três) dos membros em regime de Dedicação Exclusiva. Os membros são escolhidos por estudantes e professores, em voto secreto e direto, sob a organização e fiscalização de Comissão Eleitoral específica, na forma legal pertinente, e nomeados por resolução do Conselho do Departamento de Ciências Sociais. Deve ser evitado que o professor Chefe do Departamento de Ciências Sociais participe do NDE, para evitar que aspectos meramente políticos se confundam com a função estritamente pedagógica do NDE (Conforme Parecer CONAES N. 4, de 17. 06.2010).

2.2. Atuação do(a) coordenador(a)/Chefe de Departamento (Descrever se há ou não atuação do coordenador do curso. Em caso positivo, descrever se a atuação do coordenador em relação a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes e a representatividade nos colegiados superiores).
Deve ser evitado que o professor Chefe do Departamento de Ciências Sociais participe do NDE, para evitar que aspectos meramente políticos se confundam com a função estritamente pedagógica do NDE (Conforme Parecer CONAES N. 4, de 17.06.2010). As Presidência e Vice-Presidência do Conselho Departamental são exercidas, respectivamente, pelo Chefe e pelo Vice-Chefe do DCS, cujo presidente tem também direito ao voto de qualidade.

2.3. Experiência do(a) coordenador (a)/ Chefe de Departamento em cursos à distância. Indicador específico para cursos à distância (Descrever quantos anos o coordenador possui de experiência em cursos a distância)
NSA

2.4. Experiência profissional de magistério superior e de gestão acadêmica do (a) coordenador (a)/ Chefe de Departamento (Quantos anos o coordenador possui de experiência profissional de magistério superior e de gestão acadêmica).
Atuou entre 2002 e 2009 em Grupos de Trabalho da REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos) e da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Atualmente é Membro da RBJA (Rede Brasileira por Justiça Ambiental) e da Rede Jubileu Sul. Coordena o Grupo de Pesquisa "Justiça Ambiental e Cartografia Social na Amazônia" na UNIR e é um dos coordenadores do Programa de Pesquisa "BNDES: grupos econômicos, setor público e sociedade civil no contexto nacional e internacional", vinculado ao Laboratório ETTERN (Estado, Território, Trabalho e Natureza) do IPPUR/UFRJ. É docente da UNIR desde 2006 e Chefe do DCS desde 2016.

2.5. Regime de trabalho do (a) coordenador (a)/Chefe de Departamento do curso NSA para cursos à distância, obrigatório para cursos presenciais (Informar se o regime de trabalho previsto/implantado do coordenador é de tempo parcial ou integral e o total de horas semanais dedicadas à coordenação do curso que deve ser de no mínimo de 10 horas semanais, e que o índice de alunos por horas semanais não pode ser maior que 10). Exemplo: 45 alunos/10 horas semanais = 4,5 alunos por hora semanais; 250 alunos /25 horas semanais = 10 alunos por horas semanais: $\frac{45}{10}\frac{alunos}{hs}$ □ 4,5*a*/*hs* 25*hs* X 10*a*/*hs* $\frac{250 alunos}{}$
T-40 DE

2.6. Carga horária de coordenação/Chefe de Departamento de curso

NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos à distância (Total de horas semanais dedicadas à coordenação do curso. Postulação mínima maior ou igual a 25 horas/semanais).
NSA

2.7. Titulação do corpo docente do curso

(A fim de se obter a maior pontuação é necessário que o corpo docente do curso tenha a porcentagem entre mestres e doutores >= a 70% e que o percentual de doutores seja > ou = a 30%)
Obs. Preencha detalhadamente o quadro do item 3.2.1 das Orientações Gerais para elaboração de Projetos Político-Pedagógicos para os cursos da Universidade Federal de Rondônia.

Dos 16 professores efetivos do Curso, 11 são doutores e todos os demais estão regularmente matriculados em curso de Doutorado. Portanto, o percentual de mestres e doutores é de 100% e o de doutor, de 68,75%.

2.8. Titulação do corpo docente do curso – percentual de doutores. Obs. Verificar no anexo II			
Titulação	**Número de docentes**	**% dos docentes**	
Graduação			
Especialização			
Mestrado	**5**	**31,25%**	
Doutorado	**11**	**68,75%**	
Total	**16**	**100%**	

2.9. Regime de trabalho do corpo docente do curso
(Docente T20 = parcial; Docente T40 = integral ou DE)
Obs. Verificar quadro no item 3.2.1 das Orientações Gerais para elaboração de Projetos Político-Pedagógicos para os cursos da Universidade Federal de Rondônia.

Regime de trabalho	**Número de docentes efetivo**	**previsto/**	**% dos docentes**	
Tempo integral	15		93,75%	
Tempo parcial	1		6,25%	
Horista				
Total do percentual do corpo docente previsto/efetivo em tempo integral e parcial	100%			

2.10. Experiência profissional do corpo docente (excluída as atividades no magistério superior)			
Experiência profissional do corpo docente	**Número de docentes efetivo**	**previsto/**	**% dos docentes**
Menos de 2 anos	5		31,25%
Pelo menos 2 anos			
Pelo menos 3 anos	1		6,25%
Pelo menos 4 anos	1		6,25%
Pelo menos 5 anos	9		56,25%
Mais de 5 anos			

Total do percentual do corpo docente previsto/efetivo que possui experiência profissional de, pelo menos, 2 anos.	16	100%	

2.11. Experiência no exercício da docência na educação básica. Obrigatório para cursos de licenciatura, NSA para os demais.			
Experiência no exercício da docência na educação básica	**Número de docentes previsto/ efetivo**	**% dos docentes**	
Menos de 3 anos	2	12,%	
Pelo menos 3 anos	1	6,3%	
Mais de 3 anos	4	25%	
Total do percentual do corpo docente previsto/efetivo que possui experiência profissional na docência da educação básica de, pelo menos, 3 anos.	7	43,8%	

2.12. Experiência de magistério superior do corpo docente				
Experiência de magistério superior do corpo docente	**Número de docentes previsto/ efetivo**		**% dos docentes**	
Menos de 3 anos				
Pelo menos 3 anos				
Mais de 3 anos	16		100%	
Total do percentual do corpo docente previsto/efetivo que possui experiência profissional de, pelo menos, 3 anos.	16		100%	

2.13. Relação entre o número de docentes e o número de estudantes.
NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos à distância (relação entre o número de docentes e o número de estudantes equivalente 40h em dedicação à EAD)
NSA

2.14. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente
Consoante art. 27 do (UNIR), o Conselho do Departamento de Ciências Sociais é o órgão consultivo e deliberativo do Departamento de Ciências Sociais (DCS), o qual se compõe de: • Todos os docentes lotados no DCS; • Representantes estudantis, na proporção estabelecida em lei, matriculados regularmente nos cursos vinculados ao DCS, com mandato de um ano, permitida a recondução; e

- 1 (um) representante técnico-administrativo vinculado ao DCS.

As Presidência e Vice-Presidência do Conselho Departamental são exercidas, respectivamente, pelo Chefe e pelo Vice-Chefe do DCS, cujo presidente tem também direito ao voto de qualidade. Ocorrendo a ausência ou impedimento dos dois, a Presidência será exercida pelo docente mais antigo na carreira do magistério superior da UNIR. Lembrando que o voto dos professores visitantes e substitutos tem peso de 50% (cinquenta por cento) dos votos dos docentes da carreira do magistério superior lotados no DCS.

2.15. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica Preencher o seguinte quadro:
Nome do docente: Luis Fernando Novoa Garzon

ITENS	Quantidade	Ano de publicação	
Tempo de vínculo ininterrupto do docente com o curso (mês/meses)	144	2006	
Docente com formação/capacitação/experiência pedagógica? (sim ou não)	Não		
Art. Publicados em periódicos científicos na área	43		
art. Public. Em periódicos científicos em outras áreas	0		
livros ou capítulos em livros public. na área	21		
livros ou capítulos public. em outras áreas			
trabalhos publicados em ANAIS (completos)	6		
trabalhos publicados em ANAIS (resumos)			
traduções de livros, cap. De livros ou art. Publicados			
propriedade intelectual depositada			
propriedade intelectual registrada			
projetos e/ou produções técnicas artísticas e culturais			
produção didático - pedagógica relevante, public. ou não	2		

Produção dos Docentes nos últimos três Anos	Número de Docentes		% de Docentes
Nenhuma	4		25%
1- 4 produções	4		25%
5 – 8 produções	3		18,75%
9 – 12 produções	1		6,25%
Mais de 12 produções	4		25%

2.16. Titulação e formação do corpo de tutores do curso NSA para cursos presenciais. Obrigatório para cursos à distância e presenciais, reconhecidos, que ofertam até 20% da carga horária total do curso na modalidade à distância, conforme Portaria 4.059/2004			
Titulação **NSA**	**Número de docentes** **NSA**	**% dos docentes** **NSA**	
Não graduados **NSA**			
Graduados	**NSA**	**NSA**	
Graduados na área	**NSA**	**NSA**	
Especialistas	**NSA**	**NSA**	
Mestres	**NSA**	**NSA**	
Doutores	**NSA**	**NSA**	
Total	**NSA**	**NSA**	

2.17. Experiência do corpo de tutores em educação à distância NSA para cursos presenciais. Obrigatório para cursos à distância e presenciais, reconhecidos, que ofertam até 20% da carga horária total do curso na modalidade à distância, conforme Portaria 4.059/2004		
Experiência do corpo de tutores	**Número de tutores**	**% dos tutores**
Menos de 3 anos	**NSA**	**NSA**
Pelo menos 3 anos	**NSA**	**NSA**
Mais de 3 anos	**NSA**	**NSA**
Total do percentual de tutores que possui experiência profissional de, pelo menos, 3 anos.	**NSA**	**NSA**

2.18. Relação dos docentes e tutores - presenciais e a distância - por estudante NSA para cursos presenciais. Obrigatório para cursos à distância e presenciais, reconhecidos, que ofertam até 20% da carga horária total do curso na modalidade à distância, conforme Portaria 4.059/2004.			
Total de alunos (A)	Total de docentes (D)	Total de tutores (T)	Índice de alunos por docentes e tutores $\frac{A}{\%\square} X100$

			(*D□T*)
NSA	**NSA**	**NSA**	**NSA**

2.19. Responsabilidade docente pela supervisão da assistência médica Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos
NSA

2.20. Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos
NSA

3. INFRAESTRUTURA

3.1 Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral (Preencha detalhadamente o anexo I)	
Tipo de instalações	
Identificação (nome do local)	
Disponibilidade (própria, alugada, cedida, etc.)	
Instalação (o que está instalado no local)	
Quantidade	
Capacidade (quantidade de alunos)	
Tipo de capacidade (por turno, etc.)	
Área total em m²	
OBS: (preenchimento obrigatório)	O Departamento de Ciências Sociais (DCS) não possui gabinetes de trabalho para professores de Tempo Integral. O NCH dispõe de Sala de Reuniões que pode ser agendada eletronicamente, inclusive para reuniões de grupos de pesquisa.

3.2 Espaço de trabalho para coordenação do curso/Chefe de Departamento e serviços acadêmicos (Preencha detalhadamente o anexo I)	
Tipo de instalações	1 sala ampla, situada no corredor do prédio do Núcleo de Ciências Humanas (NCH)
Identificação (nome do local)	Sala de Reuniões do DCS
Disponibilidade (própria, alugada, cedida, etc.)	Própria
Instalação (o que está instalado no local)	1 mesa grande, computador, 1 impressora a laser preta, 14 cadeiras, 1 ar-condicionado, 1 mesa de escritório pequena, 1 estante e 1 quadro branco
Quantidade	1
Capacidade (quantidade de alunos)	8
Tipo de capacidade (por turno, etc.)	Como o Chefe do Departamento tem de estar, presencialmente, 20h semanais no DCS, tal horário de atendimento é ajustado entre os demais membros da administração do Departamento (estagiário e técnico-administrativo)
Área total em m²	23,92
OBS: (preenchimento obrigatório)	A biblioteca setorial do DCS funciona no mesmo local, e há acesso à Internet com e sem fio (wi-fi) em todo o ambiente.
3.3. Sala de professores (Preencha detalhadamente o anexo I)	
Tipo de instalações	Uma sala, a qual está ligada à Sala de Reunião do Departamento
Identificação (nome do local)	Sala de Professores do DCS
Disponibilidade (própria, alugada, cedida, etc.)	própria
Instalação (o que está instalado no local)	1 computador, 2 mesas, ar-condicionado, 7 cadeiras, e 1 estante de ferro e 1 prateleira
Quantidade	1
Capacidade (quantidade de alunos)	2
Tipo de capacidade (por turno, etc.)	Por turno, a sala pode comportar até 1 professor, de modo que até 3 professores por dia podem revezá-la
Área total em m²	11,04
OBS: (preenchimento obrigatório)	Concomitantemente, a Sala serve também para guardar material de escritório do DCS, e há acesso sem fio (wi-fi) à Internet em todo o ambiente.

3.4. Salas de aula. (Preencha detalhadamente o anexo I)	
Tipo de instalações	Salas
Identificação (nome do local)	104-1E, 103-1E, 102-1E e 101-1E

Disponibilidade (própria, alugada, cedida etc.)	Própria (NCH)
Instalação (o que está instalado no local)	Ar-condicionado, cadeiras, quadro branco
Quantidade	4
Capacidade (quantidade de alunos)	Cerca de 50 alunos
Tipo de capacidade (por turno, etc.)	Por turno, as salas suportam até 50 alunos, de modo que em um dia pode suportar até 150 alunos
Área total em m²	63,64
OBS: (preenchimento obrigatório)	O bloco em que as aulas do DCS ocorrem possui cinco salas, de modo que, à tarde e, esporadicamente, à noite, uma delas fica vazia.

3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática
(Preencha detalhadamente o anexo I)
Descrever no campo das observações a quantidade de equipamentos relativa ao número de usuários, velocidade de acesso à internet, política de atualização de equipamentos e softwares, se há acessibilidade e adequação do espaço físico nos laboratórios, na biblioteca ou nos outros meios de acesso à informática, implantados para o curso.

Tipo de instalações	Laboratório de informática
Identificação (nome do local)	Laboratórios de ensino
Disponibilidade (própria, alugada, cedida, etc.)	Agendada junto o Departamento de Ciência da Computação
Instalação (o que está instalado no local)	22 computadores Desktop com monitor, mouse, rede wireless, um datashow, quadro branco, quatro centrais de ar condicionado, mesas disponíveis para notebooks
Quantidade	1
Capacidade (quantidade de alunos)	40
Tipo de capacidade (por turno, etc.)	40 alunos por turno = até 120 alunos por dia
Área total em m²	42,12
OBS: (preenchimento obrigatório)	A quantidade de equipamentos relativa ao número de usuários é de quase 2 alunos por computador. O Laboratório de Ensino do Departamento Acadêmico de Ciência da Computação (DACC) possui 22 computadores de configuração intermediária e 01 técnico de laboratório que zela pela manutenção e coordenação do laboratório e dos equipamentos, cujo horário pode ser agendado no Departamento de Ciência da Computação. Ademais, o acesso sem fio à internet é feito via rede *eduroam*, um serviço de acesso seguro, desenvolvido para a comunidade internacional de educação e pesquisa. Como o sistema operacional (OS) das máquinas é o Linux, sua política de atualização de equipamentos é feita de longo prazo. O caminho que leva do DCS ao CACC foi adequado aos portadores de necessidades especiais.

3.6. Bibliografia básica (Preencha detalhadamente o anexo IV) (Informar se o acervo da bibliografia básica está ou não disponível; a proporção média de exemplar por vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares; se o acervo existente está informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES; quantos títulos por unidade curricular (disciplinas) e se existe um mínimo de três títulos por unidade, etc. Desejável é 1 livro para cada 5 alunos)
O acervo da bibliografia básica está disponível nas Bibliotecas Central e Setorial do DCS, embora algumas obras encontram-se *on-line*; a proporção média de exemplar por vagas anuais pretendidas/autorizadas é de 1 livro para cada 5 alunos; o acervo existente está informatizado e parcialmente tombado junto ao patrimônio da IES, haja vista que alguns livros do PPC antigo estão ainda disponíveis (especialmente os clássicos); são 3 títulos por unidade curricular.

3.7. Bibliografia complementar (Preencha detalhadamente o anexo IV) (Informar se o acervo da bibliografia complementar está ou não disponível; quantos títulos por unidade curricular (disciplinas), nas formas impressa, virtual ou multimídia, e se existe um mínimo de dois títulos por unidade).
O acervo da bibliografia complementar está disponível nas Bibliotecas Central e Setorial do DCS, embora algumas obras encontram-se *on-line*; a proporção média de exemplar por vagas anuais pretendidas/autorizadas é de 1 livro para cada 5 alunos; o acervo existente está informatizado e parcialmente tombado junto ao patrimônio da IES, haja vista que alguns livros do PPC antigo foram novamente indicados (especialmente os clássicos); são 2 títulos por unidade curricular.

3.8. Periódicos especializados (Informar se há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual; qual a quantidade de títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, se o acervo está ou não atualizado em relação aos últimos 3 (três) anos.
A UNIR disponibiliza a seus corpos docente e discente acesso ao Portal Periódicos da CAPES, que conta com um acervo de mais de 38 mil títulos com texto completo, 126 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. Como os melhores periódicos das áreas de Ciências Sociais tão indexados na plataforma **SciELO** – a exemplo da Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS) –, de modo que os alunos são encorajados a utilizar periódicos *online*.

3.9. Laboratórios didáticos especializados: quantidade (NSA para cursos que não utilizam laboratórios especializados para pedagogia, é obrigatório verificar a brinquedoteca. Para curso a distância informar os laboratórios especializados, da sede e dos polos. (Indicar se existe ou não existe; se a quantidade é insuficiente; suficiente; se atende muito bem ou é excelente). (Preencha detalhadamente o anexo I)
NSA

3.10 Laboratórios didáticos especializados: Qualidade (NSA para cursos que não utilizam laboratórios especializados para pedagogia é obrigatório verificar a brinquedoteca. Para curso a distância informar os laboratórios especializados, da sede e dos pólos. (adequação/atualização de equipamentos).

(Preencha detalhadamente o anexo I)
NSA

3.11 Laboratórios didáticos especializados: serviço (NSA para cursos que não utilizam laboratórios especializados para pedagogia é obrigatório verificar a brinquedoteca.Para curso a distância informar os laboratórios especializados, da sede e dos polos. (apoio técnico, manutenção de equipamentos e atendimento a comunidade) (Preencha detalhadamente o anexo I)
NSA

3.12. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos à distância
NSA

3.13 Núcleo de Prática Jurídica: atividades básicas (Obrigatório para o curso de Direito, NSA aos demais)	
Tipo de instalações	**NSA**
Identificação	**NSA**
Disponibilidade	**NSA**
Instalação	**NSA**
Quantidade	**NSA**
Capacidade	**NSA**
Tipo de capacidade	**NSA**
Área total em m²	**NSA**
OBS: 1. Atividades básicas	**NSA**

3.14. Núcleo de Prática Jurídica: Atividade de arbitragem, negociação e mediação (Obrigatório para o curso de Direito, NSA aos demais)	
Tipo de instalações	**NSA**
Identificação	**NSA**
Disponibilidade	**NSA**
Instalação	**NSA**
Quantidade	**NSA**
Capacidade	**NSA**
Tipo de capacidade	**NSA**

Área total em m²	**NSA**
OBS: 1. Atividade de arbitragem, negociação e mediação	**NSA**

.15. Unidades hospitalares de ensino e complexo assistencial (obrigatório para o curso de Medicina, NSA aos demais)

Tipo de instalações	**NSA**
Identificação	**NSA**
Disponibilidade	**NSA**
Instalação	**NSA**
Quantidade	**NSA**
Capacidade	**NSA**
Tipo de capacidade	**NSA**
Área total em m²	**NSA**
OBS: (preenchimento obrigatório)	**NSA**

3.16. Sistema de referência e contrarreferência Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos
NSA

3.17. Biotérios (obrigatório para o curso de Medicina, NSA aos demais)	
Tipo de instalações	**NSA**
Identificação	**NSA**
Disponibilidade	**NSA**
Instalação	**NSA**
Quantidade	**NSA**
Capacidade	**NSA**
Tipo de capacidade	**NSA**
Área total em m²	**NSA**
OBS: (preenchimento obrigatório)	**NSA**

3.18. Laboratório de Ensino (obrigatório para o curso de Medicina, NSA aos demais)

Tipo de instalações	**NSA**
Identificação	**NSA**
Disponibilidade	**NSA**
Instalação	**NSA**
Quantidade	**NSA**
Capacidade	**NSA**
Tipo de capacidade	**NSA**
Área total em m²	**NSA**
OBS:	**NSA**

3.19. Laboratório de habilidades (obrigatório para o curso de Medicina, NSA aos demais	
Tipo de instalações	**NSA**
Identificação0	**NSA**
Disponibilidade	**NSA**
Instalação	**NSA**
Quantidade	**NSA**
Capacidade	**NSA**
Tipo de capacidade	**NSA**
Área total em m²	**NSA**
OBS: (preenchimento obrigatório)	**NSA**

3.20. Protocolos de experimentos Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos que não contemplam protocolos de experimentos no PPC	
Tipo de instalações	**NSA**
Identificação	**NSA**
Disponibilidade	**NSA**
Instalação	**NSA**
Quantidade	**NSA**
Capacidade	**NSA**

Tipo de capacidade	**NSA**
Área total em m²	**NSA**
OBS: (preenchimento obrigatório)	**NSA**

3.21. Comitê de ética em pesquisa Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos que não contemplam comitê de ética em pesquisa no PPC.
NSA